Collecção Economica

13 — Um coração de mulher, por Paul Bourget.
14 — Beatriz, por R. Haggard.
15 — O crime, por d'Annunzio.
16 — Lise Fleuron, por Ohnet.
17 — Os dois rivaes, por A. Lapoint.
18 — O ultimo amor, por Ohnet.
19 — Um bulgaro, por Ivan Tourgueneffe.
20 — Memorias d'um suicida, por Maxime du Camp.
21 — Forte como a morte, por Guy de Maupassant.
22 — A alma de Pedro, por J. Ohnet.
23 — Camilla, por G.-Ginisty.
24 — Trahida, por Maxime Paz.
25 — Sua Magestade o Amor, por A. Belot.
26 — Magdalena Férat, por Zola.
27 — Os reis no exilio, por A. Daudet.
28 — Divida de odio, por Ohnet.
29 — Mentiras, por Paul Bourget.
30 — Marinheiro, por Pierre Loti.
31 — A montanha do diabo, por Eugenio Sue.
32 — A Evangelista, por Daudet.
33 — Aranha vermelha, por R. de Pont Jest.
34 e 35 — Odio antigo, por Jorge Ohnet.
36 — Parisienses!... por H. Davenel.
37 — Ao entardecer!... por Iveling Rambaud.
38 — A confissão de Carolina, trad. de J. Sarmento.
39 — Um casamento no mosteiro, por A. Assoland.
40 — Os párias, por Francisco da Rocha Martins.
41 — O abbade de Fayiéres, por J. Ohnet.
42 — A agonia de uma alma, por Ossip Fchubin.
43 — Memorias de um burro, por Madame Ségur.
44 — A nihilista, por C. Mendés.
45 — O grande industrial, por Jorge Ohnet.
46 — Morta de amor, por Delpit.
47 — João Sbogar, por C. Nadier.
48 — Viagem sentimental, por Sterne.
49 — O milhão do tio Raclot, por Emile Richebourg.
50 — A confissão de um rapaz do seculo, por Musset.
51 — O romance de um principe, por Pierre de Lano.
52 — O castello de Lourps, por J. K. Huysmans.
53 — Amor de Miss, por J. Blain.
54 — A sogra, por Laforest
55 — Colomba, por P. Merimée.
56 — Katia, por L. Tolstoï.
57 — Alma simples, por Dostoiewsky.
58 — Duplo amor, por Rosny.
59 — Contos fantasticos, por Hofmann.
60 — A princeza Maria, por Lermontoff.
61 — Rosa de maio, por Armand Silvestre.
62 — Manon Lescaut, pelo Abbade Prevost.
63 — O romance do homem amarello, pelo general Tcheng-Ki-Tong.
64 — A dama das violetas, por F. Guimarães Fonseca.
65 e 66 — Nemrod & C.ª, por Jorge Ohnet.
67 — Prisma de amor, por Paul Bonnhome.
68 — Historia d'uma mulher, por Guy de Maupassant.
69 e 70 — Educação sentimental, por G. Flaubert.
71 — Depois do amor, por Ohnet.
72 — A fava de Santo Ignacio, por Alexandre Pothey.
73 e 74 — O herdeiro de Redclyffe, por Mrs. Yongue.
75 — Uma ondina, por Theuriet.
76 — A familia Laroche, por Marguerite Sevray.
77 — As grandes lendas da humanidade, por d'Humive.
78 e 79 — A filha do Dr. Jaufre, por Marcel Prevost.
80 — A dama das camelias, por A. Dumas, Filho.
81 — Dezeseis annos..., por F. C. Philips.
82 e 83 — O Desthronado, por A. Ribeiro.
84 — Ninho d'amor por A. Campos.

COLECÇÃO ANTÓNIO MARIA PEREIRA

CHARLES FRANÇOIS DUPUIS

Resumo da Origem de todos os Cultos

TRADUÇÃO DE

JOSÉ NUNES DA GRAÇA

VOLUME II

LISBOA

PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA

LIVRARIA EDITORA

44 — RUA AUGUSTA — 54

CAPÍTULO IX

Explicação da fábula do Sol, adorado sob o nome de Cristo

Se existe fábula que pareça dever escapar à análise que empreendemos dos poemas religiosos e lendas sagradas pela física e pela astronomia, é certamente a de Cristo ou lenda que, sob êste nome, tem o Sol por objecto. O ódio dos sectários dessa religião, ciosos de alargar o domínio do seu culto, aos adoradores da natureza, do Sol, da Lua e dos astros, às divindades gregas e romanas cujos altares e templos derribavam, levaria a pensar que a sua religião não fazia parte da religião universal, se o êrro dum povo acêrca do verdadeiro objecto do seu culto pudesse provar mais que a ignorância dêsse povo, e se o culto de Hércules, de Baco, de Ísis deixasse de ser o culto do Sol e da Lua pelo facto de, na opinião dos gregos, Hércules e Baco terem sido homens elevados à categoria de deuses, e pelo facto de, na opinião do povo egípcio, Ísis ter sido uma princeza bemfazeja que reinara outrora no Egito.

Os romanos tomavam a ridículo as divindades adoradas nas márgens do Nilo; proscreviam Anubis, Ísis e Serápis; mas não deixavam de adorar Mercúrio, Diana, Ceres e Plutão, ou sejam precisamente os mesmos deuses com diferentes nomes e diversas formas. Tal é o poder dos nomes sôbre a ignorância do vulgo.

Dizia Platão que os gregos da mais remota antiguidade adoravam o Sol, a Lua, os astros, mas Platão não via que os gregos do seu tempo conservavam ainda os mesmos deuses com os nomes de Hércules, de Baco, de Apolo, de Diana, de Esculápio, etc., como provámos na nossa grande obra.

Convencidos de que a opinião dum povo sôbre o carácter da sua religião só pode provar a sua crença sem lhe alterar a natureza, levaremos as nossas investigações até aos santuários da Roma moderna, e veremos que o deus cordeiro que lá se adora é o antigo Júpiter dos romanos, que freqüentes vezes tomou aquelas formas sob o nome de Amon, isto é as do carneiro ou cordeiro da primavera. Veremos ainda que o vencedor do príncipe das trevas, na páscoa, é o mesmo deus que, no poema das Dionisíacas, triunfa de Tifon pelo mesmo tempo, e que repara os males introduzidos no mundo pelo chefe das trevas na figura de serpente de que Tifon se revestiu. Aí veremos também, com o nome de Pedro, o velho Jano, com as suas chaves e a sua barca, à frente das doze divindades dos doze mezes cujos altares estão a seus pés.

Calculamos que teremos de vencer muitos preconceitos. Aqueles que nos concedem que Baco e Hércules são simplesmente o sol, não nos concederão com tanta facilidade que o culto de Cristo seja simplesmente o culto do Sol; mas que reflictam no seguinte:

Se perante os gregos e os romanos provássemos que a religião de Cristo era a religião do Sol, êles de boamente concordariam; recusariam, porêm, acreditar que eram simplesmente símbolos do Sol o seu Hércules e o seu Baco, insistindo em vêr neles heróis e príncipes que pelas suas façanhas mereceram ser elevados à categoria de deuses.

Cada qual acautela-se de quanto pode destruir-lhe as ilusões dum velho preconceito que a educação, o exemplo e o hábito da crença radicaram.

Por isso, apesar de toda a evidência das mais luminosas provas em que apoiaremos a nossa afirmação, não esperamos convencer senão o homem reflectido, o sincero amigo da verdade, aquele que à verdade, logo que ela se lhe patenteie, está disposto a sacrificar os preconceitos. É verdade que só para êsse escrevemos; os outros estão votados à ignorância e aos padres que vivem à custa da sua credulidade e os vão conduzindo como a vil rebanho.

Não examinaremos, pois, se a religião cristã é ou não religião revelada; só os parvos acreditam em ideias reveladas e avantesmas. A filosofia moderna tem progredido demais para que nos entretenhamos ainda a discutir as comunicações da divindade com o homem, exceptuando aquelas que se fazem pela luz da razão e pela contemplação da natureza.

Nem sequer começaremos a examinar se existiu ou não um filósofo ou um impostor chamado Cristo que tenha estabelecido a religião conhecida pelo nome de cristianismo. E por isto: ainda que lhes concedêssemos como facto a última hipótese, os cristãos não ficariam satisfeitos; seria necessário para isso que cedêssemos até reconhecer em Cristo um homem inspirado, um filho de Deus, um próprio Deus, crucificado pelos nossos peccados. Sim, um deus é que lhes é preciso, um deus que outrora andou comendo pela terra mas que nela já não come. Ora nós estamos bem longe de levar até êsse ponto a nossa condescendência.

Quanto àqueles que se contentarem com que façamos dêle simplesmente um filósofo, um simples homem, sem lhe ligar carácter divino, êsses convidamo-los a examinar essa questão quando tivermos analisado o culto dos cristãos, independentemente daquele ou daqueles que o podem ter estabelecido, quere êle deva a sua instituição a um só homem ou a muitos, quere a sua origem date do reino de Augusto ou de Tibério, como a lenda moderna o parece indicar e como vulgarmente se crê, ou que ela remonte muito mais na antiguidade, tomando origem no culto de Mitra estabelecido na Pérsia, na Arménia, na Capadócia, e até em Roma como nós julgamos.

O ponto importante é conhecer bem a fundo a natureza

do culto cristão, seja qual fôr o seu autor. Ora, não será difícil provar que é ainda o culto da natureza e do Sol, seu primeiro e mais brilhante agente, e que o herói das lendas chamadas evangelhos é o mesmo herói bem mais genialmente cantado nos poemas de Baco, Osíris, Hércules, Adónis, etc.

Quando tivermos feito vêr que a pretendida história dum deus nascido duma virgem no solstício do inverno, ressuscitado na páscoa, no equinóxio da primavera, depois de ter descido aos infernos; dum deus que traz consigo um cortejo de doze apóstolos, o chefe dos quais tem todos os atributos de Jano; dum deus vencedor do príncipe das trevas, que faz passar os homens para o império da luz e que resgata os males da natureza; quando tivermos feito vêr que a história dêsse deus não passa de fábula solar, como todas aquelas que já analisámos, será tão frívolo examinar se houve um homem chamado Cristo como examinar se algum príncipe se chamou Hércules. O que é preciso é que fique demonstrado que êsse ser consagrado por um culto, sob o nome de Cristo, é o Sol, e que o maravilhoso da lenda ou do poema tem por objecto êste astro; e é preciso porque então ficará provado que os cristãos são simples adoradores do Sol, e que os seus padres teem precisamente a mesma religião que os do Perú, que fizeram degolar. Vejamos pois quais são as bases sôbre as quais assentam os dogmas dessa religião.

A primeira base é a existência duma grande desordem introduzida no mundo por uma serpente que convidou uma mulher a colher frutos proibidos, falta cuja consequência foi o conhecimento do mal, ainda não experimentado pelo homem, mal que só pôde ser reparado por um deus vencedor da morte e do príncipe das trevas. É êste o dogma fundamental da religião cristã, porque, na opinião dos cristãos, a incarnação de Cristo só se tornou necessária para reparar o mal introduzido no universo pela serpente que seduziu a primeira mulher e o primeiro homem.

Não se podem separar êstes dois dogmas um do outro; onde não há pecado não há reparação; se não há culpado de que serve o reparador?

Esta queda do primeiro homem, ou a suposição do duplo estado do homem, primeiramente criado pelo princípio do bem, fruindo todos os benefícios que êsse princípio espalha no mundo, e passando em seguida ao império do princípio do mal e a um estado de infelicidade e degradação do qual só pode ser tirado pelo princípio do bem e da luz, é uma fábula cosmogónica da natureza das que os magos faziam sôbre Ahuramazda e Ahriman, ou melhor, não é senão uma cópia dessas. Consultemos os seus livros.

Já vimos, no capítulo quarto desta obra, como os magos tinham representado o mundo pelo emblema dum ôvo dividido em doze partes, seis das quais pertenciam a Ahuramazda, deus do bem e da luz, e as outras seis a Ahriman, autor do mal e das trevas. Vimos igualmente como o bem e o mal da natureza resultavam da acção combinada dêstes dois princípios.

Do mesmo modo observámos que as seis partes atribuídas ao princípio do bem compreendiam os seis meses que decorrem do equinóxio da primavera ao equinóxio do outono, e que as seis atribuídas ao princípio do mal abrangiam os seis meses do outono e do inverno.

Era assim que o tempo da revolução anual se distribuía pelos dois chefes, um dos quais organizava os seres e amadurecia os frutos, e o outro destruía os efeitos produzidos pelo primeiro, e perturbava a harmonia que se notava na Terra e no céu durante os seis meses da primavera e verão.

Esta ideia cosmogónica foi doutro modo expressa pelos magos: supoem êles que do tempo sem limites, isto é da eternidade, nasceu um período limitado que incessantemente se renova. Dividem êsse período em doze mil pequenas partes que chamam anos no estilo alegórico. Seis mil dessas partes pertencem ao princípio do bem e as seis outras ao princípio do mal. E, a fim de que não haja engano, fazem corresponder cada uma dessas divisões milesimais ou cada milénio a um dos signos que o Sol percorre

em cada mês do ano. O primeiro milénio corresponde ao cordeiro; o segundo ao touro; o terceiro aos gémeos.

É nestes seis primeiros signos, ou nos signos dos seis primeiros meses do ano equinoxial, que êles colocam o reino e a acção benéfica do princípio da luz; e é nos outros seis signos que colocam a acção do princípio do mal. No sétimo signo, correspondente à Balança, o primeiro dos signos do outono, da estação dos frutos e do inverno, fazem êles começar o império das trevas e do mal. Êsse império dura até à volta do Sol ao signo do Cordeiro, que corresponde a março e à páscoa.

Eis a base do seu sistema teológico sôbre a distribuição das fôrças opostas dos dois princípios, à influência das quais o homem se encontra submetido durante cada ano ou durante cada revolução solar. É a árvore do bem e do mal junto da qual a natureza o colocou.

Ouçamos o que êles próprios dizem:

O tempo, diz o autor do *Bundehech*, é de doze mil anos: os seis mil de deus compreendem: o *Cordeiro*, o *Touro*, os *Gémeos*, o *Câncer*, o *Leão* e a *Espiga* ou a *Virgem*. Substitui a palavra *anos* por *partes ou pequenos períodos de tempo*, e os nomes dos signos pelos dos meses, e tereis então *germinal, floreal, pradarial, messidor, termidor* e *frutidor*, [1] ou sejam os belos meses da vegetação periódica. Em seguida aos milénios de deus vem a Balança, e então Ahriman apareceu no mundo. Em seguida veio o Sagitário, e Afrasiab fêz o mal. Substituí ao nome dos signos isto é da Balança, do Sagitário, Capricornio, do Aquário, dos Peixes, os nomes dos meses: *vindimário, brumário, frimário, nivoso, pluvioso, ventoso,* [2] e tereis os seis tempos afectos ao mau princípio

[1] São os nomes dos seis últimos meses do belo calendário francês da primeira república, abolido por Napoleão I por comprazer com a igreja romana. Compreendiam as duas estações de primavera e verão e iam de 22 de março a 21 de setembro.

N. do T.

[2] Nomes dos primeiros seis meses do calendário referido na nota anterior. Como se vê, o ano começava em 22 de setembro, como comemoração da proclamação da República, e os nomes dos meses de cada estação tem terminação diversa.

N. do T.

e aos seus efeitos, que são as geadas, as neves, os ventos e as chuvas excessivas.

Notareis que é no vindimário ou na estação dos pomos que o génio do mal vem espalhar no mundo a sua funesta influência, o frio e a desorganização das plantas, etc. É então que o homem conhece os males ignorados durante a primavera e o estio nos belos climas do hemisfério setentrional.

É essa a ideia que o autor do Génesis quis exprimir na fábula da mulher, que, seduzida por uma serpente, colhe o pomo funesto, o qual, como a caixa de Pandora, foi uma origem de males para todos os homens.

« O deus supremo, diz o autor do *Modimel el Tawarik*, criou primeiro o homem e o touro num lugar elevado, êles aí estiveram durante três mil anos sem mal. Êstes três mil anos compreendem o *Cordeiro*, o *Touro* e os *Gémeos*. Ficaram em seguida na Terra mais três mil anos, sem dôr nem contrariedade, e êsses novos três mil anos correspondem ao *Câncer*, ao *Leão* e à *Espiga* ou à *Virgem*. » E aí estão os seis milénios mais acima designados pelo nome de milénios de Deus e os signos afectos ao império do princípio do bem.

« Depois disto, no sétimo milénio, que corresponde à Balança, segundo a nossa maneira de contar, o mal apareceu e o homem começou a cultivar a terra. »

Noutra passagem da mesma cosmogonia, diz-se « que tôda a duração do mundo, do princípio ao fim, foi fixada em doze mil anos; que o homem, na parte superior, isto é no hemisfério boreal ou superior, ficou sem mal durante três mil anos. Ainda ficou sem mal durante mais três mil anos. Em seguida apareceu Ahriman que fez nascer os males e os combates no sétimo milhar, isto é sob

a Balança, por cima da qual está colocada a Serpente celeste. Fez-se então a mistura do bem e do mal. »

Era aí com efeito o limite dos impérios dos dois princípios; aí estava o ponto de contacto do bem e do mal, ou, para falar a linguagem alegórica do Génesis, era aí que estava plantada a árvore da sciência do bem e do mal, na qual o homem não podia tocar sem passar desde logo para o império do princípio do mal a que pertenciam os signos do outono e do inverno.

Fôra o homem até êste momento o favorito dos céus. Ahuramazda enchera-o de todos os benefícios, mas êste deus bom tinha em Ahriman ou Angramânio um rival e um inimigo, que lhe havia de envenenar os mais preciosos dons, e o homem havia de ser a sua vítima no momento da retirada do deus do dia para os climas meridionais. Então as noites adquiriam o seu império e o pestífero sôpro de Ahriman sob a forma da serpente das constelações destruía os belos jardins em que Ahuramazda tinha colocado o homem. Esta ideia teológica foi-a buscar o autor do Génesis à cosmogonia persa, para a ampliar e enfeitar a seu modo.

Vejamos como se exprime Zoroastro, autor do Génesis dos magos, quando narra a sucessiva acção dos dois princípios no mundo:

Ahuramazda, diz êle, deus Luz e princípio do bem, ensina a Zoroastro que deu ao homem um lugar de delícias e abundância. « Se eu não tivesse dado êsse lugar de delícias, nenhum outro ser lho teria dado. Êsse lugar é Eiren, que no comêço era mais belo que todo o mundo e que existe por meu poder. Nada iguala a beleza dêsse lugar de delícias que eu lhe tinha dado. Fui eu quem primeiro agiu, e depois de mim Petiaré (é Ahriman ou princípio do mal). Êste Petiaré Ahriman, cheio de morte, fêz no rio a *grande cobra, mãe do inverno,* que espalhou o frio na água, na terra e nas árvores. »

Resulta daqui, segundo os termos formais desta cosmogonia, que o mal introduzido no mundo é o inverno. ¿ Quem o reparará? o deus da primavera ou o Sol na sua passagem pelo signo do Cordeiro, cujas formas o Cristo dos cristãos assume, porque êle é o cordeiro que repara as desgraças do mundo e é nesse emblema que aparece representado nos monumentos dos primeiros cristãos.

É evidente que não se trata aqui senão do mal físico e periódico que todos os anos ataca a Terra pela retirada do Sol, origem da vida e da luz para tudo quanto habita a superfície do nosso globo. Esta cosmogonia portanto só contêm o quadro alegórico dos fenómenos da natureza e da influência dos signos celestes, visto como a Serpente ou a grande cobra que traz consigo o inverno é, como a Balança, uma das constelações que limita os impérios dos dois princípios, isto é, no nosso caso, que se encontra no equinóxio do outono. É essa a verdadeira serpente que cede as suas formas a Ahriman na fábula dos magos como também na dos judeus, para introduzir no mundo o mal. É por isso que os persas chamam a êsse génio malfazejo o *astro serpente*, e também a serpente celeste, a serpente de Eva; é no céu que êles fazem caminhar Ahriman, na forma da serpente.

Vejamos ainda o que diz o Bundehech ou génesis dos persas: « Ahriman ou princípio do mal e das trevas, aquele por quem vem o mal ao mundo, penetrou no céu em figura de cobra, acompanhado de devas ou maus génios que só procuram destruir. » E noutra parte: Quando os maus génios devastavam o mundo, e o astro serpente abria para si um caminho entre o céu e a Terra, isto é subia no horizonte, etc.

Ora ¿ em que época da revolução anual é que a serpente celeste, unida ao Sol, sobe no horizonte com êste astro? É quando o Sol chega à Balança pela qual se estende a constelação da Serpente, isto é no sétimo signo a contar do Cordeiro, ou no signo em que os magos, como mais acima vimos, fixavam o comêço do reino do mau princípio e a introdução do mal no universo.

A cosmogonia dos judeus, o seu génesis, põe em scena a Serpente com o homem e com a mulher. A Serpente

faz-lhe um discurso, mas percebe-se que tudo isso tem um sabor oriental e um carácter de alegoria. O fundo da ideia teológica é absolutamente o mesmo. Não se diz entre os judeus, é certo, que a Serpente trouxe consigo o inverno, que destrói todo o bem da natureza, mas diz-se que o homem precisou de se cobrir, e que se viu na necessidade de lavrar a terra, operação que corresponde ao outono. Não se diz que foi no sétimo milénio ou no sétimo signo que essa fatalidade sucedeu ao homem, mas divide-se em seis tempos a acção do princípio do bem e é no sétimo que o princípio do bem descansa ou abandona a sua energia, assim como é no sétimo que sucede a queda do homem, por isso que foi na estação dos frutos a introdução do mal pela serpente, da qual o mau princípio ou o diabo tomou a forma para tentar os primeiros mortais.

Fixa-se o lugar da scena nas próprias regiões compreendidas sob o nome de Eiren ou Iran e perto das nascentes dos grandes rios Eufrates, Tigre, Fison e Araxe; simplesmente, em vez de Eiren, os copistas hebreus escreveram Eden, talvez pela semelhança muito acentuada das duas letras *r* e *d* nessa língua.

Não se emprega no Génesis hebraico a expressão milesimal que se encontra no dos persas, mas o génesis dos antigos toscanos, que no resto é concebido nos mesmos termos que o dos hebreus, conservou essa denominação alegórica das divisões do tempo durante o qual se exerce a omnipotente acção do Sol, alma da natureza. Eis como êle se exprime:

« O deus arquitecto do universo empregou e consa-
« grou doze mil anos às obras que produziu, e dividiu-os
« em doze tempos, distribuídos pelos doze signos ou casas
« do Sol.

« No primeiro milhar, fêz êle o céu e a Terra.

« No segundo, o firmamento, que chamou céu.

« No terceiro, fêz o mar e as águas que correm na
« Terra.

« No quarto, fêz os dois grandes luzeiros da natureza.

« No quinto, fêz a alma das aves, dos réptis, dos
« quadrúpedes, dos animais que vivem no ar, na terra e
« nas águas.

« No sexto milhar, fêz o homem.

« Parece, acrescenta o autor, que tendo os seis primei-
« ros milénios precedido a formação do homem, a espécie
« humana deve subsistir durante os outros seis mil anos, de
« maneira que todo o tempo da execução dessa grande
« obra se encerre num período de doze mil anos. »

Vimos que êste período era dogma fundamental na teologia dos persas e que se dividia em partes iguais pelos dois princípios. Essas expressões de *milénios* ou *milhares de anos* foram substituídas pela palavra *dia* no Génesis dos hebreus; mas o número seis ficou sempre, como no dos toscanos e dos persas. Foi por isso que os antigos persas, segundo Chardin, tomavam os meses do ano pelos seis dias da semana que Deus empregou na criação; donde resulta que, no estilo alegórico e místico, as expressões de milénios, de dias, de gaambars exprimem muito simplesmente meses, visto que os fazem corresponder aos signos do zodíaco, que são a sua medida natural. Quanto ao mais, o Génesis hebraico serve-se absolutamente das mesmas expressões que o dos toscanos, e tem, além disso, o que êste não tem: a distinção dos dois princípios e a serpente que desempenha tão grande papel no Génesis dos persas, com o nome de Ahriman e de astro-serpente.

Dêsses três Génesis, o que reúne as passagens comuns às outras duas cosmogonias, isto é o Génesis dos persas, que, de mais a mais, nos dá a chave dos outros dois, é que me parece ser a cosmogonia original. Por isso veremos, em todo o seguimento desta obra, que é principalmente da religião dos magos que deriva a dos cristãos.

Em conseqüência do que aí fica não buscaremos no Génesis dos hebreus senão o que no dos magos encontramos; e veremos nas suas narrações maravilhosas, não a história dos primeiros homens, mas a fábula alegórica que os persas faziam acêrca do estado dos homens submetidos

ao império dos dois princípios, isto é, ao grande mistério da administração universal do mundo, mistério consagrado na teologia de todos os povos, representado debaixo de todas as formas nas antigas iniciações, e ensinado pelos legisladores, pelos filósofos, pelos poetas e pelos teólogos, como no-lo disse Plutarco.

Era então a alegoria o véu em que se envolvia a sciência sagrada para, a acreditar Sanconiaton, infundir respeito aos iniciados. Os próprios doutores hebreus, assim como os doutores cristãos, conveem em que os livros atribuídos a Moisés estão escritos em estilo alegórico; em que êles encerram freqùentemente um sentido nada literal, e em que pode incorrer em absurdos e falsidades acêrca da divindade quem se detiver muito à superfície da sciência sagrada.

Foi principalmente no primeiro e segundo capítulos do Génesis que êles reconheceram um sentido oculto e alegórico, cuja interpretação se não pode de modo nenhum, confiar ao vulgo.

Eis o que diz Mèmónide, o mais sábio dos rabinos:

«Não se deve interpretar à letra o que se encontra «nos livros da criação nem daí concluir o que a maior «parte dos homens conclui. Se assim não fôsse não te- «riam recomendado, com tanto interesse, os nossos anti- «gos sábios que dêsses livros ocultássemos o sentido e que «não levantássemos o véu de alegoria que oculta a verdade «neles contida. Tomada ao pé da letra, essa obra dá da «divindade as ideias mais absurdas e extravagantes.

«Que todo aquele que lhe desvendar o verdadeiro «sentido o não descubra a ninguém. Isto constitui máxima «que todos os nossos sábios nos repetem, principalmente «quanto à obra dos seis dias.

«É possível que por esfôrço próprio ou com auxílio «dos ensinamentos de outrem alguém lhe venha a achar o «verdadeiro sentido; nêsse caso deve calar-se, ou, se fa- «lar, que o faça dum modo obscuro, como eu próprio «faço, deixando que adivinhem o resto aqueles que por- «ventura me entenderem.»

Mèmónide acrescenta que êste carácter enigmático não era particular de Moisés e dos doutores judeus, mas comum a todos os sábios da antiguidade. Mèmónide tem razão, pelo menos se se refere aos orientais.

Filon, escritor judeu, pensava da mesma maneira acêrca do carácter dos livros sagrados dos hebreus. Compôs dois tratados particulares, intitulados *Alegorias*, e como alegorias aponta a árvore da vida, os rios do paraíso e as outras ficções do Génesis. Embora não tenha sido feliz nas suas explicações, nem por isso deixou de perceber que seria absurdo tomar aquelas narrações ao pé da letra.

E' coisa confessada por todos aqueles que das escrituras tem alguns conhecimentos, diz Orígenes, que tudo nelas se reveste do véu do enigma e da parábola. Êste doutor e todos os seus discípulos consideravam particularmente alegórica a história de Adão e Eva e a fábula do paraíso terreal.

Santo Agostinho, na sua *Cidade de Deus*, confessa que muitas pessoas consideravam alegóricos os casos de Eva e da Serpente e o do paraíso terrestre; e, depois de ter contado várias explicações que dêles davam, e que eram tiradas da moral, acrescenta que ainda se podiam arranjar milhares de novas explicações; que êle não se opunha a isso uma vez que nesses casos vissem também factos reais.

Não compreendo como Santo Agostinho consegue conciliar a fábula com a história, uma ficção alegórica com um facto real. Se êle afirma aquela realidade correndo o risco da sua inconseqùência, é por ter caído numa contradição maior ainda, a saber: êle reconheceu a missão real de Cristo, reparador do pecado do primeiro homem, apesar de ter considerado simples alegoria os dois primeiros livros do Génesis.

Como pretendia que a reparação do mal por Cristo fôsse um facto histórico, era-lhe forçoso admitir que a scena de Adão, Eva e Serpente fôsse igualmente facto histórico, vista a ligação insolúvel destas duas coisas. Mas, por outro lado, a inverosimilhança do romance arranca-lhe a preciosa

confissão da necessidade do recurso à explicação alegórica, a fim de evitar tantos absurdos.

Pode-se até dizer, com Beausobre, [1] que Santo Agostinho abandona até certo ponto o Antigo Testamento aos Maniqueus, [2] que negam os três primeiros capítulos do Génesis, e que êle próprio confessa não poder interpretar-se literalmente, sob pena de ferir o sentimento religioso pela atribuição, a Deus, de verdadeiras indignidades, e que é absolutamente necessário entender-se alegóricamente para honra de Moisés e da sua história.

Na verdade ¿que homem de tino, diz Orígenes, admitirá jamais que tenha havido um primeiro, um segundo, um terceiro dia, e que êsses dias tenham tido cada um a sua tarde e a sua manhã, sem que houvesse ainda nem Sol, nem Lua, nem estrêlas? ¿Quem seria suficientemente néscio para acreditar que Deus se fizera jardineiro para plantar um jardim no Oriente? ¿Que a árvore da vida fôsse verdadeira árvore, sensível, cujo fruto possuísse a virtude de conservar a vida, etc.?

Continuando nas suas considerações, compara Orígenes a fábula da tentação de Adão à do nascimento do Amor, cujo pai foi Poro, ou a Abundância, e cuja mãe foi a Pobreza. Êle sustenta que há muitas histórias no Antigo Tes-

[1] Sábio protestante francês que nasceu em 1659 e morreu em 1738. A melhor das suas obras é a *História do Maniqueismo*.

N. do T.

[2] Sectários da seita que teve por chefe o escravo persa Manés, Mani ou Maniqueu, que viveu no 3.º século da era cristã. A base fundamental da seita era a existência de dois princípios opostos, um do bem outro do mal, em perpétua luta um com o outro. Há, segundo êles, duas almas no homem, uma insuflada pelo princípio do bem outra pelo do mal; a primeira leva-o à prática das boas acções, e a segunda ao vício e ao pecado. Não admitiam o baptismo, negavam a liberdade humana, diziam que era indiferente seguir qualquer religião, e consideravam Cristo a personificação do Sol que ilumina o mundo.

N. do T.

tamento que se não podiam ter passado como o autor sagrado as conta, e que não passam de ficções que nos ocultam qualquer verdade secreta.

Se os doutores cristãos, se os padres da igreja, que eram inquestionávelmente filósofos, e apesar da sua invencível tendência para tudo acreditar, não conseguiram digerir tantos absurdos e sentiram precisão de recorrer à chave alegórica para mostrar o sentido daqueles enigmas sagrados, hão-de consentir-nos, a nós que vivemos num século em que a necessidade de raciocinar se impõe mais que a de crer, [1] hão-de consentir-nos que atribuamos a essas histórias maravilhosas o carácter que toda a antiguidade deu aos dogmas religiosos e que levantemos o véu de alegoria que os oculta.

Tudo repugna, com efeito, nessa romântica narração quando se teima em ver nela uma história de factos reais sucedidos nos primeiros dias do mundo. A ideia dum Deus, isto é da causa suprema e eterna, que toma corpo pelo prazer de dar alguns passeios num jardim; a duma mulher que se entretêm a conversar com uma serpente, a escuta e lhe recebe os conselhos; a dum homem e duma mulher organizados para se reproduzirem e todavia destinados à imortalidade, e a darem origem, indefinidamente, a outros seres igualmente imortais e que, por sua vez, se hão-de reproduzir e alimentar dos frutos dum jardim que, por toda a eternidade, a todos vai conter; a dum pomo colhido que vai dar a morte e imprimir a mácula hereditária dum crime em tantas gerações de homens que naquele furto não tiveram parte alguma, crime que sòmente será perdoado quando os homens tiverem cometido outro infinitamente maior, qual é o deicídio, se tal crime fôsse possí-

[1] Refere-se o autor, Charles François Dupuis, ao século 18.º aquele em que viveu. Estamos hoje no século 20.º e, por maior fôrça de motivos do que no século 18.º, a razão deve ser preferida á crença.

N. do T.

*

vel praticar-se; a da condenação da mulher, desde então, a dar à luz com dor, como se as dores do parto não fôssem inerentes à sua organização e igualmente não afligissem todos os outros animaes, que nem sequer tocaram no pomo fatal; a da serpente, forçada a rastejar, como se o réptil, sem pés, pudesse mover-se doutra maneira; tantos absurdos, tão extravagantes ideias, reunidas em um ou dois capítulos dêsse estupendo livro, não podem ser tomados por história pelo homem que não tem a sagrada luz da razão totalmente apagada na vasa do preconceito.

Se entre os nossos leitores algum houvesse cuja credulidade corajosa estivesse em condições de tantos absurdos digerir, rogar-lhe-íamos com toda a franqueza que não continuasse a ler-nos e que voltasse à leitura dos contos da Carochinha, [1] do Barba Azul, do Papão, [2] do evangelho, da vida dos santos, e dos oráculos do burro de Balaão. [3]

---

[1] *Peau-d'Ane*, diz o original. É o nome de um conto infantil francês, em que uma criança se envolve na pele dum burro. Por extensão dá-se em França o nome do conto de *Peau d'Ane* a todos os contos que só servem para entreter crianças, como entre nós a todos os contos da mesma natureza se dá o de histórias da Carochinha. Fica explicada a tradução.

N. do T.

[2] No original está Petit-Poucet. É uma historieta em que um pequenito, muito menor que um liliputiano, se vale das suas habilidades para se livrar de apuros e aos seus. Uma das habilidades consistiu em enganar o Papão, a cuja casa foi dar, o qual, pelo habilidoso engano, devorou os próprios filhos na persuasão de que devorava o pequenito e os irmãos. Daqui o motivo da tradução de conte du Petit-Poucet por conto do Papão.

N. do T.

[3] Diz a Bíblia que Balaão ia, montado no seu burro, caminho da Palestina para amaldiçoar os israelitas. Um anjo, porém, invisível a Balaão, pôs-se defronte do burro a impedir-lhe a passagem. Apesar de castigado, recusava andar o burro. Balaão, enfurecido, castigava-o cada vez mais, pelo que o burro se deitou, e falou a Balaão censurando-o pelo castigo injusto que lhe infligia.

N. do T.

A filosofia não é senão para os homens; os contos são para as crianças.

Quanto àqueles que admitem Cristo como deus reparador e todavia não podem admitir a scena de Adão, Eva e Serpente, nem a falta que precisou de reparação, a êsses havemos de convidá-los a desculparem-se da censura da incongruência. Com efeito, se a falta não é real, ¿a que propósito vem a reparação? Ou então, se os factos se não passaram como o texto do Génesis conta, ¿que confiança têr num autor que nos engana logo desde as primeiras páginas, e cuja obra serve, todavia, de base à religião dos cristãos?

Aos que se limitarem a dizer que há, na verdade, um sentido oculto e que portanto é preciso recorrer à alegória, temos a dizer que isso mesmo fazemos nós. Só resta examinar se a explicação alegórica por nós dada é ou não é boa e para isso é necessário julgar a nossa obra. É o que pedimos. Estamos muito longe de pretender que se recorra à fé para dar crédito às nossas opiniões. Nós citamos textos e assinalamos posições celestes; verifiquem-nos. Do que citamos e assinalamos tiramos consequências; apreciem-nas.

Eis a recapitulação resumida da nossa explicação:

Conforme os princípios da cosmogonia ou do Génesis dos magos, com a qual a dos judeus tem a maior afinidade, pois em ambas o homem aparece num jardim de delícias onde uma serpente introduz o mal, nasce do tempo sem limites, isto é da eternidade, um período limitado, dividido em doze partes, das quais seis pertencem à luz e seis às trévas; seis à acção criadora e seis à acção destrutiva; seis ao bem e seis ao mal da natureza.

Êste período é a revolução anual do céu ou do mundo, representado entre os magos pelo ôvo místico, dividido em doze partes, das quais seis pertencem ao chefe do bem e da luz e seis ao chefe do mal e das trévas. Aqui é por uma árvore que dá o conhecimento do bem e do mal, e que tem doze frutos, pois assim está representada no evangelho de Eva. Além disso figuram na cosmogonia doze mil

anos, seis dos quais se dizem os milénios de deus e os outros seis os milénios do diabo. São outros tantos emblemas do ano, durante o qual o homem passa sucessivamente pelo império da luz e pelo império das trevas, pelo dos grandes dias e pelo das grandes noites, e experimenta o bem e o mal físicos que se embatem, se repelem ou se misturam, conforme o Sol se aproxima ou se afasta do nosso hemisfério, segundo êle organiza a matéria sub-lunar pela vegetação, ou a abandona à sua inércia, dando origem à desorganização dos corpos e à desordem introduzida pelo inverno em todos os elementos e na superfície da Terra, até que a primavera venha restabelecer a perdida harmonia.

É então que, fecundada pela acção do éter, imortal e inteligente, e pelo calor do Sol do Cordeiro equinoxial, a Terra se transforma para o homem num verdadeiro jardim de delícias.

Mas quando o astro do dia, atingindo a Balança e a Serpente celeste, isto é, os signos do outono, passa para o outro hemisfério, então abandona êle, pela sua retirada, as nossas regiões aos rigores do inverno, aos ventos impetuosos e a todas as devastações que o maléfico génio das trévas opera no mundo. Já não resta ao homem senão a esperança da volta do Sol ao signo primaveril, ao Cordeiro, ao primeiro dos signos. É êsse o reparador que êle espera.

Vejamos agora se o deus dos cristãos, aquele a quem S. João chama a luz que ilumina todo o homem que vem ao mundo, tem ou não tem o carácter do deus Sol, adorado entre todos os povos sob um sem número de nomes e com atributos diferentes, e vejamos também se a sua fábula tem o mesmo fundamento que todas as outras fábulas solares já por nós analisadas.

Duas épocas principais do movimento solar, já o dissemos, impressionaram todos os homens: a primeira é a do solstício de inverno, em que o Sol, depois de parecer ter-nos abandonado, volta para as nossas regiões, e na qual o dia, em sua infância, recebe acréscimos sucessivos; a segunda é a do equinóxio da primavera, quando êsse

astro vigoroso espalha pela natureza o seu calor profundo, depois de haver transposto a famosa passagem ou linha equinoxial que separa o império da luz do império tenebroso, ou a morada de Ahuramazda da morada de Angramânio ou Ahriman. É com estas duas épocas que se relacionam as principais festas dos adoradores do astro que dispensa luz e vida ao mundo.

Verdade, verdade, o Sol não nasce nem morre; considerado em si mesmo é sempre igualmente brilhante e igualmente majestoso; mas nas relações que os dias por êle originados teem com as noites, há neste mundo uma gradação progressiva de acréscimo e decréscimo, que deu ocasião a ficções muito engenhosas por parte dos teólogos antigos. Êsses teólogos assemelharam essa geração, êsse crescimento e êsse decrescimento periódico do dia, à geração, crescimento e decrescimento do homem, que, depois de ter começado, ter crescido e ter atingido a idade viril, degenera e decresce até finalmente haver chegado ao termo da viagem que a natureza lhe impôs.

O deus do dia, personificado nas alegorias sagradas, foi portanto submetido a todos os destinos do homem. Teve o seu berço e o seu túmulo, quer se tenha chamado Hércules, quer se tenha chamado Baco, quer se tenha chamado Osíris, etc., quer se tenha chamado Cristo.

Era criança no solstício do inverno, no momento em que o dia começava a crescer; era sob essa forma que se fazia a exposição da sua imagem nos antigos templos, para nêles receber as homenagens dos seus adoradores, «porque então, diz Macróbio, sendo o dia o menor de todos, êsse deus parece-se de algum modo com o débil menino. É o menino dos mistérios, aquele cuja imagem os egípcios tiravam todos os anos, em dia marcado, do fundo dos seus santuários.»

Era dêsse menino que a deusa de Saís se dizia mãe, na inscrição famosa em que se liam estas palavras: *O fruto que dei à luz é o Sol.* Era êsse o menino, franzino e débil, nascido à meia noite da noite mais escura, que essa virgem

de Saís dava à luz aí pelo solstício de inverno, segundo Plutarco.

Teve êsse deus os seus mistérios e os seus altares e estátuas que o representavam nas quatro idades da vida humana.

Os egípcios não foram os únicos povos que, no solstício do inverno, celebraram o nascimento do deus Sol, do astro que todos os anos vem rejuvenescer a natureza. Também os romanos tinham por essa ocasião a sua grande festa do Sol-novo, a propósito da qual celebravam jogos solares conhecidos pelo nome de jogos do circo. Tinham-na marcado para o oitavo dia antes das calendas de janeiro, isto é, precisamente para o dia correspondente ao nosso vinte e cinco de dezembro, ou ao nascimento do Sol, adorado sob o nome de Mitra e de Cristo.

Encontra-se tal indicação num calendário impresso na *Uranologia* do padre Pétau e que transcrevemos no fim da nossa grande obra. Nêsse calendário se lê: A oito das calendas de janeiro, *natalis invicti*, nascimento do invencível. Êste invencível era Mitra ou o Sol.

«Nós celebramos, diz Juliano o filósofo, alguns dias antes do dia de Ano Bom, magníficos jogos em honra do Sol, ao qual damos o título de invencível. Porque não hei de eu poder gozar da felicidade de os celebrar por muito tempo, ó Sol, rei do universo, tu que desde toda a eternidade o primeiro Deus gerou da sua pura substância, etc.»

Esta expressão é platónica porque Platão chamava ao Sol o filho de Deus. O epíteto de invencível é o que todos os monumentos da religião de Mitra dão a Mitra ou ao Sol, a maior divindade dos persas. *Ao deus Sol, Mitra, o invencível Mitra.*

Assim, Mitra e Cristo nasciam no mesmo dia, e era êsse dia o do nascimento do Sol. Dizia-se de Mitra, que era o mesmo deus que o Sol; e de Cristo, que era a luz que ilumina a todo o homem que vem ao mundo. Fazia-se nascer Mitra numa gruta, Baco e Júpiter noutra gruta, e Cristo num estábulo. É isto um paralelo estabelecido pelo

próprio S. Justino. Era, dizem, numa gruta que repousava Cristo quando os magos vieram adora-lo.

¿E quem eram os magos? Os adoradores de Mitra ou do Sol. ¿E que presentes levavam êles ao deus nascente? Três espécies de presentes consagrados ao Sol pelo culto dos árabes, dos caldeus e dos outros povos orientais. ¿E quem os avisou dêsse nascimento? A astrologia, a sua sciência favorita. ¿Quais eram os seus dogmas? Acreditavam, diz Chardin, na eternidade do primeiro ser que é a *luz*. ¿Que julgaram êles fazer nessa fábula? Cumprir o primeiro dever da sua religião, que lhes ordenava que adorassem o *Sol nascente*. ¿Que nome dão os profetas a Cristo? O de Oriente. Oriente, dizem êles, é o seu nome. É ao oriente e não no Oriente que êles vêem nos céus a sua imagem.

Com efeito, a esfera dos magos e dos caldeus representava nos céus um menino recem-nascido chamado Cristo e Jesus; êsse menino estava nos braços da Vírgem celeste ou da Vírgem dos signos, precisamente aquela a quem Eratóstenes dá o nome de Ísis, mãe de Órus. ¿A que ponto do céu correspondia essa Vírgem das esferas e seu filho? Á hora da meia noite, a 25 de dezembro, no instante preciso do nascimento do deus do ano, isto é do Sol novo ou Cristo, encontráva-se ao oriente, exactamente no ponto em que se levantava o Sol do primeiro dia.

É facto independente de todas as hipóteses e independente de quaisquer conseqüências o que, do que fica, eu desejo tirar, e vem a ser que à hora precisa da meia noite de 25 de dezembro, nos séculos em que apareceu o cristianismo, o signo celeste que se erguia no horizonte e cujo ascendente presidia à abertura da nova revolução solar, era a Vírgem das constelações. [1]

---

[1] Para tirar o horóscopo a qualquer pessoa, procurava a Astrologia saber qual o signo do zodíaco que se erguia no horizonte na ocasião do nascimento dessa pessoa, e qual o planeta

É ainda facto dessa natureza que o deus Sol, nascido no solstício do inverno, se reúne à constelação da Virgem e a envolve nos seus raios na época da festa da Assunção ou da reunião da mãe ao filho.

Outro facto incontestável é que a virgem das constelações sai helíacamente [1] dos raios solares, no momento em que nós celebramos a sua aparição no mundo, isto é a sua Natividade.

Não trato eu de examinar porque motivo se marcaram tais festas para tais ocasiões; basta-me dizer que são tres factos que raciocínio nenhum pode destruir, e dos quais qualquer observador atento que bem conheça o génio dos antigos mistagogos, [2] pode tirar importantes conseqüências, a não ser que em tudo isso se queira ver apenas puro acaso, o que se não pode asseverar com poder persuasivo àqueles que teem todo o cuidado em não deixar que a razão se lhes desvie e se lhe perpetuem os preconceitos.

É certo pelo menos que a mesma Virgem, aquela que só alegóricamente pode ser mãe sem deixar de ser virgem, a Virgem celeste dos signos, em suma, desempenha as três grandes funções da Virgem, mãe de Cristo, quere no nas-

---

que em tal signo se encontrava. Esse signo e êsse planeta presi-
diam (acreditava-se) à vida da pessoa, isto é, contínuamente in-
fluiriam nela. O *ascendente* era a distancia a que o planeta ou
o centro do signo se encontrava acima do horizonte, medida no
círculo vertical que passava pelo astro ou centro do signo e pelo
zenit do lugar do nascimento.

N. do T.

1 Quer dizer que nasce cêrca duma hora antes do Sol. Na ocasião em que nascia com o Sol, ou, como se dizia, no seu orto cósmico, por isso que estava imersa nos raios solares, não podia ser vista; mas, tendo-se o Sol retardado em relação a ela cêrca de uma hora, já ela podia ser vista. E' o seu *ôrto ou nascimento helíaco* a que o texto se refere.

N. do T.

2 Mestre, professor, ou conhecedor profundo dos misterios religiosos e que nêles iniciava.

N. do T.

cimento do seu filho, quere no seu próprio nascimento, quere no momento em que ao filho se reúne lá nos céus.

É principalmente a sua função de mãe o que nós aqui examinamos. É naturalíssimo pensar que todos aqueles que personificaram o Sol e o fizeram passar pelas diversas idades da vida humana; que lhe supuseram aventuras ou façanhas maravilhosas, cantadas em poemas ou referidas em lendas lhe tenham tirado o horóscopo como se tirava o das outras crianças no momento preciso do seu nascimento. Era êsse principalmente o uso dos caldeus e dos magos.

Celebrou-se em seguida essa festa com o nome de *dies natalis*, dia do natal ou da festa do nascimento. Ora como era a Virgem celeste que presidia ao nascimento do deus Dia personificado, julgaram-na mãe dêle, e viram nesse facto o cumprimento da profecia do astrólogo que tinha dito: « Uma Virgem conceberá e dará à luz », [1] isto é dará à luz o *deus Sol*, como a virgem de Sais. Daí as pinturas, observadas na esfera dos magos, de que Abulmazar nos deu a descrição, e de que falaram Kirker, Selden, o famoso Pic, Rogério Bacon, Alberto o Grande, Blaëu, Stofler, e muitos outros.

Vamos transcrever aqui a passagem de Abulmazar referente ao caso: « Vê-se no primeiro decan ou nos dez primeiros graus do signo da Virgem, conforme as mais antigas tradições dos persas, dos caldeus, dos egípcios, de Hermés e de Esculápio, uma donzela chamada em língua persa, *Seclénidos de Darzama*, nome traduzido em árabe pelo de *Adrenedefa*, o que quer dizer virgem casta, pura, imaculada, dum todo elegante, de rosto agradável, de longa

---

1 Creio que o autor se refere a Isaías que, no cap. 7.º, versículo 14.º, diz: «*Propter hoc dabit Dominus ipse vobis signum. Ecce virgo concipiet, et pariet filium, et vocabitur nomen ejus Emanuel.*

Por isso, o próprio Senhor vos dará um sinal. Eis que uma virgem conceberá, e dará à luz um filho, cujo nome será Emanuel.

N. do T.

cabeleira, de aspecto modesto. Tem ela nas mãos duas espigas, está sentada num trono e aleita um menino que alguns chamam Jesus e os gregos Cristo. »

A esfera pérsica, publicada por Scáliger, em seguida às suas notas sôbre Mamílio, descreve pouco mais ou menos da mesma maneira a Virgem celeste, mas não diz como se chama a criança que ela está aleitando; coloca-lhe ao pé um homem que não pode ser senão Bootes, o marido ou companheiro da virgem Ísis que aleitava o menino ou Hórus.

Há na Biblioteca Nacional um manuscrito árabe que contêm os doze signos desenhados e com iluminuras, e nele se vê também um menino ao lado da Virgem celeste que está representada pouco mais ou menos como as nossas virgens e como a Ísis egípcia, com o seu filho.

É mais do que verosímil que os antigos astrólogos tenham colocado nos céus a imagem infantil do Sol-novo, na constelação que presidia ao seu renascimento e ao do ano, no solstício do inverno, e que daí tenham derivado as ficções sôbre o deus Dia, concebido no casto ventre duma Virgem, pois que essa constelação era efectivamente a Virgem.

Esta conclusão é mais natural do que a opinião daqueles que teimam em acreditar que existiu uma mulher que foi mãe e continuou a ser virgem e que o fruto que ela deu à luz é êsse ser eterno que move e rege toda a natureza. Também os gregos diziam do seu deus com fórma de carneiro ou cordeiro, o famoso Amon ou Júpiter, que êle foi criado por *Témis*, que é ainda um dos nomes da Virgem das constelações; também lhe dão, a Témis, o nome de Ceres, à qual se dava o epíteto de *Virgem Santa* e era mãe do joven Baco ou Sol cuja imagem infantil se expunha pelo solstício de inverno nos santuários, segundo declara Macróbio.

O testemunho de Macróbio é confirmado pelo autor da Crónica de Alexandria, que se exprime nestes termos: « Os egípcios consagraram até hoje o parto duma Virgem e o

nascimento de seu filho, que se expõe num presépio à adoração do povo. Tendo o rei Ptolomeu preguntado a razão dêste uso, responderam-lhe que era um mistério ensinado a seus pais por um respeitável profeta. » Sabe-se que o profeta entre êles era um dos chefes da iniciação.

Pretende-se, mas ignoro o testemunho em que a pretensão se apoia, que os antigos druidas também prestavam culto a uma virgem, com esta inscrição: *Virgini pariturae*, cuja estátua se encontrava no território de Chartres; é porêm certo que nos monumentos de Mitra ou do Sol, cujo culto se tinha outrora estabelecido na Gran-Bretanha, se vê uma mulher que aleita um menino, e que só póde ser a mãe do deus Dia.

O autor inglês que sôbre êste monumento fêz uma dissertação permonoriza todos os caracteres que podem estabelecer as relações que havia entre as festas do nascimento de Cristo e as do nascimento de Mitra. Êsse autor, mais piedoso que filósofo, vê no monumento festas imaginadas segundo noções proféticas acêrca do nascimento futuro de Cristo. Nota êle e com razão que o culto de Mitra se tinha espalhado por todo o império romano e muito principalmente pela Gália e Gran-Bretanha. Cita igualmente o testemunho de S. Jerónimo, que se lastima de que os pagãos celebrassem as festas do Sol nascente ou de Adónis, o mesmo que Mitra, no próprio lugar onde se dizia ter nascido Cristo em Belêm, o que, na nossa opinião, não é senão o mesmo culto com diferente nome, como demonstramos na fábula de Adónis, morto e resuscitado como Cristo.

Depois de termos demonstrado sôbre que base astronómica assenta a fábula da encarnação do Sol sob o nome de Cristo no seio duma virgem, vamos examinar a origem da fábula que o faz morrer, e em seguida ressuscitar no equinóxio da primavera, debaixo das fórmas do cordeiro pascal.

O Sol, único reparador dos males que o inverno produz, tendo nascido, conforme as ficções sacerdotais, no solstício de inverno, deve permanecer ainda três meses nos signos inferiores, na região subordinada ao mal e às trevas

e nela estar submetido ao poder do tenebroso chefe, antes que transponha a famosa passagem do equinóxio da primavera, que lhe assegura o seu triunfo sôbre a noite e renova a superfície da Terra.

Durante todo êsse tempo dar-lhe-hão uma vida exposta a todas as enfermidades da vida mortal, até que êle tenha readquirido os direitos da divindade no seu triunfo. O génio alegórico dos mistagogos vai compôr-lhe uma vida e imaginar actos análogos ao carácter que lhe dão, e tendo sempre em vista o alvo que a iniciação se propõe.

É assim que Esopo, quando quis retratar o homem forte e injusto que oprime o fraco, pôs em scena animais a que deu caracteres opostos, e imaginou uma acção própria para atingir o fim moral do seu apólogo.

Assim os egípcios inventaram a fábula de Osíris ou do Sol bemfazejo, que percorre o universo para nele espalhar os benefícios inumeráveis de que o mesmo Sol é fonte, e opuseram-lhe o príncipe das trevas, Tifon, que o contraria nos seus propósitos e lhe chega a dar a morte. Foi sôbre ideia tão simples que os egípcios construíram a fábula de Osíris e de Tifon, na qual se nos apresenta Osíris como rei legítimo e Tifon como o tirano do Egipto.

Além das relíquias dessas antigas ficções sacerdotais que Diodoro e Plutarco nos conservaram, possuímos ainda uma vida de Osíris e de Tifon, composta pelo bispo Sinésio, porque nesse tempo os bispos fabricavam lendas.

Nesta, as aventuras, o carácter e os retratos dos dois princípios da teologia do Egipto foram traçados de imaginação, mas conformemente à ideia do papel que cada um dêles nela devia representar, para exprimir numa fábula a acção oposta dos princípios que em toda a natureza se contrariam e se combatem.

Os persas tinham também a sua história de Ahuramazda e Ahriman, com a narração do seu combate e a da vitória do princípio do bem sôbre o princípio do mal. Os gregos possuíam a vida de Hércules e de Baco, contendo a história das suas gloriosas façanhas e dos benefícios que

êles tinham espalhado por toda a Terra. E eram poemas engenhosos e profundas essas narrações.

A história de Cristo, pelo contrário, não é senão uma enfadonha lenda com o accentuado carácter de tristeza e dureza próprio das lendas dos índios quando nelas se não trata senão de devotos, de penitentes e de brâmanes que passam vida contemplativa. O seu deus Vixnu encarnado em Crixna, tem muitas parecenças com Cristo. Atribuem-se a Crixna certas travessuras muito semelhantes às que se atribuem a Cristo no evangelho da infância; e mais tarde, já homem, ressuscita dos mortos como Cristo.

Os magos tinham igualmente a lenda do chefe da sua religião. Prodígios lhe haviam anunciado o nascimento. Esteve exposto a perigos, desde a meninice, e foi obrigado a fugir para a Pérsia, como Cristo para o Egito. Exactamente como Cristo foi perseguido por um rei que dêle se queria desfazer. Um anjo o transportou ao céu, donde êle ditou o livro da sua lei. Como Cristo, o diabo tentou-o, fazendo-lhe magníficas promessas para o ligar a si. Foi caluniado e perseguido pelos padres, como Cristo pelos fariseus. Operou milagres para confirmar a sua missão divina e os dogmas contidos no seu livro.

Está-se a ver, por êste paralelo, que os autores da lenda de Cristo, obrigando os magos a irem, conduzidos pela famosa estrêla que se dizia ter sido anunciada por Zoroastro, chefe da religião dos persas, prostrar-se ante o berço do deus menino, não deixaram de introduzir nessa lenda muitas semelhanças com a do referido chefe da religião persa, da qual o cristianismo é simples ramificação, e com a qual está na maior conformidade, como teremos ocasião de fazer notar, quando falarmos da religião de Mitra, ou do sol Mitra, a grande divindade da Pérsia.

Os autores da lenda de Cristo não tinham instrução suficiente nem génio bastante para fazer poemas tais como os cantos sôbre Hércules, sôbre Teseu, Jasão, Baco, etc. Além disso, havia-se perdido o fio dos conhecimentos astronómicos, e limitavam-se, portanto, a compor lendas à

custa dos restos das antigas ficções já não compreendidas. Acrescente-se a tudo isto que o fim que tinham em vista os chefes da iniciação nos mistérios de Cristo era um fim puramente moral.

Foi por isso que procuraram menos representar-nos o herói vencedor dos gigantes e de todos os géneros de males espalhados na natureza, do que um homem afável, paciente, bemfazejo, vindo à Terra para prègar, pelo seu exemplo, as virtudes cuja prática se queria ensinar aos iniciados nos seus mistérios, que eram os mistérios da luz eterna.

De harmonia com tal intuito o fizeram agir, prègar e recomendar as práticas austeras dos esséniós, [1] tão semelhantes à dos brâmanes e dos devotos da Índia. Teve os seus discípulos como os teve o Somona-Kodon dos siameses, deus igualmente nascido duma virgem, pela acção do Sol; e o número dos seus apóstolos rememorou a grande divisão duodecimal que se encontra em todas as religiões que teem o Sol por herói; mas a sua lenda foi mais estupenda que agradável e nela se revela um tanto ou quanto o ouvido do judeu ignorante e crédulo.

Como o autor da fábula sagrada o tinha feito nascer entre os hebreus, sujeitou-o, a êle e à mãe, às práticas religiosas dêste povo. Como todas as crianças judias, foi circuncidado oito dias depois de nascer; como as outras mulheres judias, foi a mãe obrigada a apresentar-se no templo para aí se fazer purificar.

Percebe-se que tudo isso devia ser conseqüência necessária da ideia primitiva que o fêz nascer, prègar e morrer

---

1 Uma das seitas judaicas do tempo em que se diz ter vivido Cristo. Eram os esséniós de grande austeridade de vida, viviam em perfeito comunismo de bens, de fato, de alimentos e de tudo. Não casavam, e, para a manutenção das suas sociedades, sustentavam os filhos alheios. Não reconheciam senão a autoridade dos seus anciãos.

N. do T.

para depois ressuscitar, porque não pode haver ressurreição quando não tenha havido morte. Desde que dêle se fêz um homem, obrigaram-no a passar pela adolescência e pela mocidade. Muito cedo apareceu instruído, e tanto que aos doze anos causou admiração a todos os doutores. A moral que se pretendia inculcar, puseram-na em lições nos seus discursos ou em exemplo nos seus actos. Supuseram-se milagres que o apoiavam e arranjavam-se fanáticos que de tais milagres se diziam testemunhas. Porque, ¿quem não fará milagres em qualquer parte onde encontra espíritos dispostos a acreditar nêles? Viram-nos ou julgaram vê-los no túmulo do bemaventurado Pâris, [1] num século tão ilustrado como o nosso, e no meio de imensa população que poderia oferecer alguns críticos, mas que também fornecia entusiastas e velhacos em muito maior número.

Atribuem-se milagres a todos os inventores e chefes de religiões. Fo, entre os chineses, faz milagres, e quarenta mil discípulos em tôda a parte asseveram tê-los visto. Odin também os faz entre os escandinavos: ressuscita mortos, também desce aos infernos e dá aos recem-nascidos uma espécie de baptismo. A maravilha é o grande recurso de todas as religiões. Não há nada mais fortemente acreditado que o incrível. O bispo Sinésio disse (e êle conhecia o assunto) que ao povo eram precisos milagres, fôsse de que maneira fôsse, e que doutro modo não conseguiriam impor-se-lhe.

Tôda a vida de Cristo foi portanto composta segundo esta maneira de ver. Os que a forjaram relacionaram-lhe os actos fictícios não sómente com lugares conhecidos, como o fizeram todos os poetas antigos nas fábulas de Hércules, de Baco, de Osíris, etc., mas com uma época e nomes mais

---

1 François de Pâris, diácono jansenista que fêz muito bem aos pobres, pelos quais distribuíu tudo quanto possuía, e se entregou a práticas excessivamente austeras. Tendo morrido em cheiro de santidade, muitas pessoas principalmente os convulsionários proclamavam que na sepultura dêle se operavam milagres.

conhecidos ainda, tais como o século de Augusto, de Tibério, de Pôncio Pilatos, etc., o que prova não a existência real de Cristo, mas simplesmente que a ficção sacerdotal é posterior a essa época, do que não duvidamos.

Fizeram-se até várias ficções. Evangelhos ou vidas de Cristo contam-se até cincoenta e é tanto o que a Cristo se atribui que mal caberia em muitos volumes, conforme diz um dos autores dessas lendas. O génio dos mistagogos deu-se vasto campo de actividade, mas todos concordaram nestes dois pontos fundamentais, que são a encarnação já por nós explicada e a morte e a ressurreição que, segundo vamos provar, só ao Sol pertence, e não é senão a repetição dum transe trágico rememorado em todos os mistérios e seguido em todos os cantos e em tôdas as lendas dos adoradores do Sol, com um sem número de nomes diferentes.

Recordemos aqui o que mais acima provámos, isto é que Cristo tem todos os caracteres do deus Sol, no seu nascimento ou na sua encarnação no seio duma virgem, e que êsse nascimento se dá precisamente na ocasião em que os antigos celebravam o do Sol ou de Mitra e no ascendente duma constelação que, na esfera dos magos, tem um menino chamado Jesus. Trata-se agora de fazer vêr que o mesmo Cristo tem ainda todos os caracteres do deus Sol na sua ressurreição, tanto pela época em que se julga dever realizar êsse acontecimento como pela forma sob a qual Cristo se mostra no seu triunfo.

Ao terminarmos a nossa explicação da pretendida queda do homem e da fábula em que pela serpente o mal é introduzido no mundo, dissemos nós que êsse mal era de natureza a ser resgatado pelo Sol da primavera e não o poder ser senão por êle. O resgate operado por Cristo, no caso de ser êle o deus Sol, deve pois realizar-se por essa época.

Ora é precisamente no equinóxio da primavera que Cristo triunfa e repara as desgraças do género humano, segundo a fábula sacerdotal dos cristãos chamada vida de Cristo. A essa época do ano estão ligadas as festas que teem

por objecto a celebração dêsse grande acontecimento, visto como a páscoa dos cristãos, assim como a dos judeus, está necessáriamente fixada no plenilúnio do equinóxio da primavera, isto é no momento do ano em que o Sol transpõe a famosa passagem que separa o império do deus da luz do império do príncipe das trevas e em que reaparece no nosso hemisfério o astro que dá luz e vida a toda a natureza.

Tanto os judeus como os cristãos lhe chamam festa da passagem, por ser então que o deus Sol ou o senhor da natureza passa para nós, para nos distribuir os seus benefícios de que, durante o inverno inteiro, nos havia privado a serpente das trevas e do outono. É o deus Sol êsse belo Apolo, cheio de todas as forças da mocidade, que triunfa da serpente Píton. É a páscoa a festa do Senhor, visto que ao Sol se dava êsse respeitoso título, e porque Adónis e Adonai designavam êsse astro, senhor do mundo, conforme se diz na fábula oriental de Adónis, deus Sol, que, como Cristo, saía vitorioso do túmulo depois de se lhe haver pranteado a morte.

Na consagração dos sete dias da semana, o dia consagrado ao Sol chama-se o *dia do Senhor*. Êsse dia precede a segunda-feira ou dia da Lua, e sucede ao sábado ou dia de Saturno, dois planetas que ocupam as extremidades da escala musical, de que o Sol é o centro, pois forma o quarto grau. [1]

---

[1] O Sol foi também considerado um planeta. Os planetas, pela ordem aparente da sua distância à Terra e da duração da sua revolução, foram noutro tempo assim dispostos: Lua, Mercúrio, Vénus, Sol, Marte, Júpiter, Saturno.

Supunha-se que formavam um sistema harmónico ou uma escala musical em que o Sol ocupava o centro, isto é o quarto grau.

Contando-os de quatro em quatro e tomando sómente o quarto de cada contagem, obteem-se pela ordem dos dias da semana, Sol, Lua, Marte, Mercúrio, Júpiter, Vénus e Saturno, como se pode verificar atendendo aos nomes dos dias da semana em hespanhol, francês, inglês, alemão, etc. E contando-os de tres em tres

*

Dêste modo o epiteto de Senhor sob todos os pontos de vista convêm ao Sol.

A festa da passagem do senhor foi originàriamente fixada para 25 de março, isto é para três meses contados dia a dia depois da festa do seu nascimento, que é também a festa do nascimento do Sol. Era então que se supunha que êsse astro, recuperando a sua fôrça criadora e toda a sua actividade fecunda, rejuvenescia a natureza, restabelecia uma nova ordem de coisas, criava, por assim dizer, um universo novo sôbre os escombros do antigo mundo, e fazia, por intermédio do cordeiro equinoxial, que os homens passassem para o império da luz e do bem que a sua presença nos trazia.

Todas essas ideias místicas se encontram reunidas nesta passagem de Cedrenus: «O primeiro dia do primeiro mês é o primeiro do mês de Nisan e corresponde a 25 de março dos romanos e ao mês Phamenot dos egípcios. Neste dia Gabriel faz a Maria a sua saudação para lhe fazer conceber o Salvador.»

Devo observar que é também no mês Phamenot que Osíris, na teologia egípcia, dava fecundidade à Lua.

«É exactamente neste dia, acrescenta Cedrenus, que Deus nosso salvador, depois de terminada a sua vida humana, ressuscitou dos mortos, facto que os nossos antigos pais chamaram a *páscoa* ou passagem do senhor. É para êste mesmo dia que os nossos antigos teólogos fixam também o seu regresso ou a sua segunda exaltação. O novo século devia contar-se a partir desta época porque foi neste dia que o universo começou.» Isto concorda perfeitamente com o último capítulo do Apocalipse, que faz contar a partir do trono do cordeiro equinoxial o novo tempo que vai regular os destinos do mundo da luz e dos amigos de Ahuramazda.

e tomando sómente o terceiro de cada contagem, obtem-se a escala do antro de Mitra. *N. do T.*

O mesmo Cedrenus faz morrer Cristo a 23 de março e ressuscita-o a 25. Daí, diz êle, vem o uso, na igreja, de celebrar a páscoa a 25 de março, isto é a oito das calendas de abril, ou sejam três meses depois do oito das calendas de janeiro, época do nascimento do Deus-Sol. Êste oito das calendas quer de janeiro quer de abril era precisamente o dia para o qual os antigos romanos fixavam a chegada do Sol ao solstício do inverno e ao equinóxio da primavera. Se o oito das calendas de janeiro era dia de festa para os adoradores do Sol, como vimos mais acima, o oito das calendas de abril, ou 25 de março, era igualmente dia de festa para êles. Celebravam-se então os grandes mistérios comemorativos do triunfo que o Sol todos os anos por essa época alcançava sôbre as compridas noites do inverno.

Personificavam êsse astro nas lendas sagradas; choravam-no durante alguns dias como se tivesse morrido e celebrava-se-lhe a ressurreição a 25 de março, isto é a oito das calendas de abril.

É Macróbio quem tal nos diz, o mesmo Macróbio que nos disse que no solstício do inverno, a oito das calendas de janeiro, se representava êsse mesmo deus Sol sob a forma dum recem-nascido, e na primavera sob o emblema dum mancebo forte e vigoroso. Acrescenta êle que essas festas da paixão, da morte e da ressurreição do deus do Dia, marcadas para o equinóxio da primavera, se encontravam em todas as seitas da religião do Sol.

Entre os egípcios, efectivamente era celebrada a morte e ressurreição de Osíris; entre os fenícios, a morte e ressurreição de Adónis; entre os frígios comemoravam-se as trágicas aventuras de Átis, etc. Portanto o Sol, em todas as religiões, passa pelos mesmos transes por que passa Cristo; triunfa como êle do túmulo, e isso nas mesmas épocas da revolução anual.

Que todos aqueles que teimam em fazer de Cristo um ser diferente do Sol nos digam a razão de tão singular coincidência. Teem êsse dever. Quanto a nós, que não acreditamos nesse jogo do acaso, diremos com toda a sinceridade

que a paixão e ressurreição de Cristo, celebradas na páscoa, fazem parte dos mistérios da velha religião do Sol ou do culto da natureza universal.

É principalmente na religião de Mitra ou do deus Sol, adorado com aquele nome pelos magos, que se encontram mais pontos de semelhança com a morte e ressurreição de Cristo e com os mistérios dos cristãos. Mitra, que nascia também a 25 de dezembro, como Cristo, morria como êle; e tinha também o seu sepulcro, junto do qual os iniciados iam chorar. Os padres transportavam-lhe a imagem, de noite, a um túmulo que se lhe havia preparado; deitavam-no numa liteira[1] fúnebre como o Adónis fenício.

Esta pomposa cerimónia, como a da sexta-feira santa, era acompanhada de cantos fúnebres e das lamentações dos padres, que de quando em quando davam largas à sua dor fingida. Acendiam também o brandão sagrado ou o seu círio pascal e ungiam e perfumavam a imagem; depois disso um dêles pronunciava gravemente estas palavras: «Sossegai, exército sagrado de iniciados; o vosso Deus ressuscitou; as suas dores e os seus sofrimentos vão ser a vossa salvação.»

¿Porque, increpa o escritor sagrado que nos fornece êstes pormenores, porque aconselhais a alegria a êsses infelizes? ¿Porque os enganais com falsas promessas? A morte do vosso deus é conhecida; a sua ressurreição não está provada nem oráculo existe que a possa garantir; êle não se mostrou aos homens depois da sua morte para que os homens possam acreditar na sua divindade. Não passa dum ídolo aquele que sepultais; não passa dum ídolo aquele que pranteais. É ainda um ídolo o que tirais do túmulo e depois de terdes sido desgraçados com isso vos regosijais. Sois vós que tirais do túmulo o vosso deus, etc. Deixai que vos

[1] A liteira é de origem oriental e servia muitas vezes nas cerimónias fúnebres. Era suficientemente ampla para se poder nela deitar uma pessoa. *N. do T.*

pregunte, continúa Fírmico, ¿quem viu já o vosso deus que tem chavelhos de boi e cuja morte tanto vos aflige?

Agora preguntarei eu a Fírmico e a todos êsses crédulos cristãos: ¿E vós, que tanto vos afligis com a morte do cordeiro morto para lavar em seu sangue os pecados do mundo, vós não me direis ¿quem viu já o vosso deus que tem a forma dum cordeiro e cujo triunfo e ressurreição celebrais?

¿Ignorais, porventura, que dois mil anos antes da era cristã, pois que a tal época deve remontar a religião dos persas e o culto de Mitra ou do touro de Mitra, o Sol transpunha a passagem equinoxial no signo do Touro, e que só por efeito da precessão dos equinóxios é que êle, em vossos dias, a transpõe no signo do Cordeiro? ¿Ignorais que em tudo isto só houve mudança nas formas celestes e no nome mas que permanece absolutamente o mesmo culto?

Até parece que Fírmico, nesta passagem, se deu à tarefa de, combatendo as religiões antigas, reunir todos os pontos de semelhança entre os mistérios dessas religiões e os da cristã: Preocupa-se principalmente com a iniciação na religião de Mitra e faz entre esta e a de Cristo um paralelo bastante prolongado, parecendo-lhe até a de Mitra, (tal é a semelhança que lhe encontra) uma seita da religião cristã. Por sinal que, para explicar tamanha conformidade, diz êle, com Tertuliano e S. Justino, que muito antes de haver cristãos se tinha o diabo lembrado de fazer que os seus adoradores lhe imitassem os mistérios e as cerimónias. É esta uma excelente razão para certos cristãos como ainda hoje existem, mas desgraçada para dar a homens sensatos.

Quanto a nós, que não acreditamos no diabo, nem estamos nos seus segredos, como acontece a Fírmico, Tertuliano e S. Justino, diremos simplesmente que a religião de Cristo, fundada como todas as outras no culto solar, conservou os mesmos dogmas, as mesmas cerimónias, os mesmos mistérios, e pouco mais ou menos as mesmas formas; que tudo em todas elas foi comum, porque o próprio

deus o era; e que apenas divergiram nalguns dos acessórios, mantendo-se a base precisamente a mesma.

Os mais antigos apologistas da religião cristã conveem em que a religião de Mitra tinha os seus sacramentos, o seu baptismo, a sua penitência, a sua eucaristia e a sua consagração com palavras místicas; que os catecúmenos desta religião se sujeitavam a provas preparatórias mais rigorosas ainda que as dos cristãos; que os iniciados ou os fieis faziam na fronte um sinal sagrado; que também admitiam o dogma da ressurreição; que se lhes apresentava a coroa que adorna a fronte dos mártires; que o seu sumo pontífice não podia ter sido casado muitas vezes; que tinham as suas virgens e a lei da castidade; que, finalmente, se praticava entre êles tudo o que depois se praticou entre os cristãos.

É verdade que Tertuliano chama ainda em seu auxílio o diabo, para explicar tão completa semelhança. Mas como, sem a intervenção do diabo, é facil perceber que de duas religiões tão perfeitamente semelhantes, a mais velha é a mãe e a mais nova a filha, concluiremos, visto como o culto de Mitra é infinitamente mais antigo que o de Cristo, e as suas cerimónias muitíssimo anteriores às dos cristãos, que os cristãos são incontestàvelmente ou sectários ou copistas da religião dos magos.

Acrescentarei, com o sábio Hyde, que os persas tinham, acêrca dos anjos, uma teoria ainda mais completa que a dos judeus e dos cristãos; que admitiam a distinção dos anjos em anjos da luz e anjos das trevas; que conheciam a narração dos seus combates, e certos nomes de anjos que passaram para a religião cristã; que baptizavam os filhos e lhes impunham um nome; que tinham a ficção do paraíso e do inferno que entre gregos, romanos e muitos outros povos igualmente se encontra; que tinham uma hierarquia e toda a constituição eclesiástica dos cristãos, constituição que, entre êles, segundo diz Hyde, sobe a mais de três mil anos.

Não sou, porêm, da opinião dêle, quando diz que nesta

semelhança devemos ver a obra da Providência que resolveu e ordenou que os persas fizessem antecipadamente e por espírito profético o que os cristãos deviam fazer mais tarde. Se Hyde, natural duma ilha, onde quási sempre a superstição aparece ao lado da filosofia, formando ambas uma aliança monstruosa, se não conteve ante o receio de afrontar os preconceitos do seu século e do seu país quando assim disfarçou a opinião que tão impressionante semelhança nêle devia originar, é porque na verdade o saber nem sempre implica bom senso nem vale tanto como êle. Convirei pois com Hyde que as duas religiões se parecem quási em tudo, mas concluirei que elas são, afinal, uma só, ou, pelo menos, simples seitas da antiga religião dos orientais adoradores do Sol, e que as suas instituições, bem como os seus principais dogmas, quando mais não seja quanto à sua essência, teem uma origem comum. É sempre o Sol o deus dessa religião, quer êle receba o nome de Mitra, quer o de Cristo, quer o de Osíris, o de Baco, o de Adónis, de Átis, etc.

Passemos agora ao exame das formas características do triunfante Deus-Sol dos cristãos.

São essas formas tomadas, muito naturalmente, ao signo celeste em que o astro do dia se encontrava, quando novamente nos trazia os dias grandes e o calor ao hemisfério norte. Na época em que o cristianismo foi conhecido no ocidente, e antes disso mais de quinze séculos, era êsse signo o *Aries* ou Carneiro celeste que os persas chamavam *Cordeiro*, como acima já vimos. Era o signo da exaltação do Sol no sistema dos astrólogos, e o antigo sabeísmo nêle tinha fixado a sua maior festa. Era, portanto, a volta do Sol ao Cordeiro celeste que anualmente regenerava a natureza.

Era essa a forma que tomava, no seu triunfo, o astro majestoso, o deus beneficente, salvador dos homens. Eis, no estilo místico, o *agnus dei qui tolit pecata mundi*, o cordeiro de Deus que apaga ou resgata os pecados do mundo.

Assim como Ahriman, o chefe das trevas, tomara as

formas da constelação que, no outono, trazia consigo as longas noites e o inverno, assim também o deus da luz, seu vencedor, devia tomar, na primavera, as formas do signo celeste em que se operava o seu triunfo. É a conseqüência naturalíssima que se tira dos princípios por nós adoptados na explicação da fábula sôbre a introdução do mal pela serpente. Sabemos, de mais a mais, que era costume dos adoradores do Sol representar êste astro com as formas e atributos dos signos celestes aos quais se unia cada mês. Daqui as diversas metamorfoses de Júpiter entre os gregos, e de Vichnu entre os índios. Dêsse modo se pintava um mancebo conduzindo um carneiro, ou levando-o às costas, ou trazendo-lhe os chifres na fronte. Desta última maneira se representava Júpiter Amon.

Por seu lado, Cristo tomou o nome e a forma do Cordeiro, e foi êste animal a expressão simbólica pela qual o designaram. Não se dizia o Sol do Cordeiro, mas simplesmente o Cordeiro, precisamente como freqüentes vezes se diz, em lugar de Sol de Leão ou Hércules, simplesmente o Leão. Não são senão expressões diferentes da mesma ideia, e o uso variado do mesmo animal celeste nas pinturas do Sol da primavera.

Esta denominação de Cordeiro por excelência, dada a Cristo ou seja ao deus da luz no seu triunfo equinoxial, por toda a parte se encontra nos livros santos dos cristãos, mas muito principalmente no seu livro de iniciação conhecido pelo nome de Apocalipse. Nêle os fieis ou iniciados tomam o nome de discípulos do Cordeiro. Nêle se encontra o Cordeiro como morto entre quatro animais que também se vêem nas constelações e estão colocados nos quatro pontos cardiais da esfera.

É perante o Cordeiro que se prostram os génios das vinte e quatro horas, designados pelo emblema dos velhos. É, dizem, o Cordeiro que está como morto que é digno de receber omnipotência, divindade, sabedoria, fôrça, honra, glória e benção; é o Cordeiro que abre o livro da fatalidade designado pelo emblema dum livro fechado a sete sêlos.

Tôdas as nações do universo vem colocar-se diante do trono e do *Cordeiro*. Apresentam-se vestidas de branco, trazem palmitos na mão e cantam em voz alta: Glória ao nosso Deus que está sentado no trono.

Ainda se não esqueceu que o Cordeiro celeste ou *Aries* é o signo da exaltação do deus Sol e que êste astro victorioso parece ser levado em triunfo pelo signo. Cerca-se o Cordeiro do cortejo duodecimal de que êle é chefe nos signos celestes. Êle aparece em pé, no alto do monte, as doze tribus rodeiam-no e estão destinadas a segui-lo para toda a parte aonde êle fôr.

Observam-se os vencedores do dragão cantando o cântico do Cordeiro. Seria supérfluo multiplicar aqui as passagens em que êste misterioso nome de *Cordeiro* se repete. Por toda a parte se vê que o deus da luz, sob o nome de Cordeiro, era a grande divindade à qual se consagravam os iniciados cristãos. Os mistérios de Cristo são, portanto, muito simplesmente os mistérios do deus Sol no seu triunfo equinocial, isto é, quando êle toma a forma do primeiro signo ou do Cordeiro celeste. Por isso é que a figura do Cordeiro foi outrora o carácter ou o sêlo com que se marcavam os iniciados da seita. Era a sua *téssera* ou bilhete de identidade e o atributo simbólico pelo qual os irmãos dessa franco-maçonaria religiosa se davam a conhecer uns aos outros. Os cristãos dêsse tempo punham ao pescoço dos filhos a imagem simbólica do Cordeiro. Toda a gente conhece os famosos *agnus dei*.

A mais antiga representação do deus dos cristãos era uma figura de Cordeiro, umas vezes junto a um vaso para o qual o sangue lhe corria, outras ao pé duma cruz. Manteve-se êste costume até ao ano 680, ao pontificado de Ágaton e ao reinado de Constantino Pogonato. [1]

Foi ordenado, no sexto sínodo de Constantinopla (cánon 82.º), que em vez do antigo símbolo, que era o Cor-

1 Constantino IV, o barbudo, de Bisâncio.

deiro, se representasse um homem ligado a uma cruz, o que foi confirmado pelo papa Adriano 1.º, mas vê-se ainda hoje o símbolo antigo na porta do tabernáculo ou pequeno armário, no qual os nossos padres encerram o Sol de ouro ou de prata [1] que contêm a imagem circular do seu deus Sol, assim como na parte anterior dos seus altares. Aí se vê freqüentemente representado o Cordeiro, umas vezes deitado numa cruz, outras vezes deitado no livro do destino ou da fatalidade, que está fechado com sete sêlos.

Êste número sete é o das sete esferas, das quais o sol é a alma, e cujo movimento ou revolução se conta a partir do ponto de *Aries* ou Cordeiro equinocial.

É êsse o cordeiro que os cristãos dizem ter sido imolado desde o princípio do mundo *Agnus occisus ab origine mundi*. Forneceu assunto duma antítese ao autor da prosa [2] da páscoa, *victimae paschali*, etc. *Agnus redemit oves*, etc. Todos os cantos desta festa de alegria, correspondentes às *hilárias* [3] dos antigos adoradores do Sol, que eram festas celebradas pela mesma época, nos recordam a victória alcançada pelo Cordeiro sôbre o príncipe das trevas.

Acende-se o círio conhecido pelo nome de círio pascal, como representação do triunfo ou notabilíssima victória da luz. Os padres revestem-se de branco, isto é da côr afecta a Ahuramazda ou ao deus da luz. Consagra-se o fogo novo e também a água lustral. Nos templos, como na natureza, tudo então se renova.

Os antigos romanos tinham idênticas práticas no mês

---

1 A custodia.

N. do T.

2 Em liturgia também se chama prosa e seqüência a certos hinos compostos de estrofes cujos versos são mais ou menos rimados.

N. do T.

3 Festas de alegria, celebradas na antiga Roma no dia do equinócio da primavera.

N. do T.

de março e renovavam os louros nas casas dos seus flâmines e nos lugares destinados às assembleias.

Igualmente os persas, na festa de *Newruz* ou da entrada do Sol no signo do Cordeiro da primavera, cantam o renovamento de todas as coisas e o novo dia do novo mês, do novo ano, do novo tempo, que deve renovar tudo o que do tempo nasce. Teem também a sua festa da cruz poucos dias antes, festa que é seguida, alguns dias depois, da festa da vitória.

Era por essa época que o seu antigo Perseu, génio colocado no porto equinocial, havia tirado do céu (julgava-se) e consagrado nos pireus o fogo eterno que os magos conservavam aceso, o mesmo fogo que as vestais alimentavam em Roma, e do qual, todos os anos, pela primavera, se tirava aquêle que se acendia nos templos.

A mesma cerimónia se praticava no Egipto, como se pode ver num antigo monumento da religião dos egípcios. Nêsse monumento se nota uma pira formada de três pilhas de lenha de dez achas cada pilha, número igual ao dos decans e das divisões dos signos de dez em dez graus. Dêste modo a pira tem trinta achas, tantas quantos os graus no signo. Sôbre cada pilha está deitado um cordeiro ou carneiro, e por cima uma enorme imagem do Sol, cujos raios se prolongam até ao solo. Os padres tocam nesses raios com a ponta do dedo, e tiram dêles o fogo sagrado que vai acender a fogueira ou pira do cordeiro e abrasar o universo.

Êste quadro lembra-nos a festa equinocial da primavera, celebrada no Egipto sob *Aries* ou sob o Cordeiro, em memória de ter o fogo do céu abrasado o mundo. Nesta festa tudo se assinalava de vermelho ou côr do fogo, como na páscoa dos judeus ou na sua festa do Cordeiro.

Esta ressurreição do eterno fogo sagrado que arde no Sol e que todos os anos na primavera vem, ao nosso hemisfério, dar vida a toda a natureza, foi a verdadeira ressurreição do Sol-Cristo. É para lhe comemorar a ideia que todos os anos o bispo de Jerusalém se fecha num pequeno

carneiro que se chama túmulo de Cristo. Tem o bispo alguns pacotes de pequenas velas; petisca lume ferindo a pederneira com o fusil, e acende-as: ao mesmo tempo faz-se uma explosão de luz, como nos nossos fogos scénicos, para que o povo creia que o fogo sagrado caiu do céu sôbre a Terra. Em seguida sai do sepulcro o bispo, exclamando: O fogo do céu desceu e a vela santa está acesa. O povo, crédulo, corre em massa a comprar destas velas, porque o povo é em toda a parte lôgro dos padres.

O nome de cordeiro não foi dado a Cristo e êste não foi antigamente representado sob aquele emblema senão porque Cristo é o Sol e porque o triunfo solar sucede todos os anos no signo celeste de Cordeiro, ou no signo que era, ao tempo, o primeiro dos doze, e no qual se realizava o equinócio da primavera. Os troianos tinham consagrado, por vítima, ao Sol, o *cordeiro branco*, e o seu país era célebre pelos mistérios de Átis, nos quais o Cordeiro equinocial representava importante papel.

Assim como os cristãos supõem que o seu deus-Sol-Cristo foi ligado ao madeiro da cruz, os frígios, adoradores do Sol com o nome de Átis, o representavam na sua paixão na forma dum mancebo amarrado a uma arvore que se cortava no meio de cerimónias litúrgicas; junto da árvore estava um cordeiro, ou seja o Carneiro equinocial da primavera.

Êstes mistérios de Átis duravam três dias, dias de luto, aos quais se seguia imediatamente a festa das *hilárias*, dias de alegria, na qual, como já dissemos, se celebrava a época feliz em que o Sol Átis readquiria o seu império sôbre as grandes noites.

Esta festa era a de 25 de março ou 8 das calendas de abril. Quere dizer que se celebrava no mesmo dia em que originàriamente se comemorava a páscoa e o triunfo alcançado por Cristo e em que se canta *aleluia*, verdadeiro canto de alegria das *Hilárias*, e *haec dies*, etc.: eis o dia que o senhor fêz; que seja para nós de satisfação e ale-

gria. No mesmo dia se canta a celebre prosa *O fili et filiae*, etc.

Entre êstas duas festas (a dos cristãos e a dos frígios) não há diferença senão no nome do herói da tragédia que, em ambas as fábulas, se vê ser absolutamente o mesmo deus. Por isso foi feito na Frígia o *Apocalipse*, êsse famoso livro de iniciação nos mistérios do cordeiro.

O imperador Juliano examina os motivos da escolha do equinócio da primavera para a celebração dessa solenidade, e diz-nos que a razão está em que o Sol transpõe, nessa ocasião, a linha que o separava das nossas regiões e vem prolongar a duração dos dias no nosso hemisfério; o que sucede, acrescenta êle, quando o rei Sol passa ao signo *Aries*, Carneiro ou Cordeiro. Quando êle se aproxima de nós, celebramos nos nossos mistérios a presença do *deus salvador e libertador*.

O carneiro ou cordeiro sómente desempenha entre os cristãos tão importante papel, porque veio representar o que outrora o touro representava nos mistérios de Baco e de Mitra. Osíris e Baco, representados ambos com as formas do antigo Touro equinocial, morriam e ressuscitavam como Cristo: comemoravam-se nos santuários os mistérios da sua paixão, como se comemoravam os de Átis e de Cristo entre os frígios e entre os cristãos.

Os padres da igreja e os escritores da seita cristã falam freqüentemente dessas festas celebradas em honra de Osíris, morto e ressuscitado, e estabelecem um paralelo com as aventuras do seu deus.

Santo Atanásio, santo Agostinho, Teófilo, Atenágoras, Minúcio, Félix, Lactâncio, Fírmico, assim como os autores antigos que falaram de Osíris, nome sob o qual o Sol era adorado no Egipto, todos estão de acôrdo quando nos descrevem o luto universal dos egípcios, na festa em que se comemorava anualmente essa morte, como nós comemorâmos a do sol Cristo na sexta-feira santa. Descrevem-nos as cerimónias que se lá praticavam junto do túmulo de Osíris, as lágrimas aí choradas durante alguns dias, e em

seguida as festas de júbilo que a tamanha tristeza sucediam, no momento em que se anunciava a ressurreição do deus que tinha descido aos infernos, voltando de lá para se unir a Hórus, deus da primavera, e triunfar do chefe das trevas, Tifon, seu inimigo, que lhe havia dado a morte. Chamavam-se mistérios da noite aqueles em que se dava o espectáculo da sua paixão.

As referidas cerimónias tinham objecto igual ao das do culto de Átis, segundo Macróbio, e referiam-se ao Sol, vencedor das trevas representadas pela serpente da qual Tifon tomava a forma no outono, na ocasião da passagem daquele astro pelo signo do escorpião.

Outro tanto se pode dizer de Baco, o qual, a julgar pela confissão de todos os antigos, se identificava com Osíris egípcio, e era portanto o deus Sol. Apresentava-se no solstício de inverno à adoração do povo a imagem infantil do deus-sol-Baco. Era Baco também dado à morte, descia aos infernos e ressuscitava, e celebravam-se anualmente os mistérios da sua paixão. Chamavam-se essas festas *titânicas* e também *festas da noite perfeita*.

Supõe-se que Baco fôra espostejado pelos gigantes, mas que sua mãe ou Ceres lhe juntára os pedaços, depois do que êle reapareceu moço e vigoroso. Para lhe comemorar a paixão, matava-se um touro, do qual se comia a carne mesmo crua, visto como Baco ou o deus Sol, representado com a forma do boi, assim fôra despedaçado pelos Titans. Não era a representação do cordeiro como morto, era a do boi despedaçado e feito em postas, que se dava nos mistérios. Na Mingrélia [1] é um cordeiro assado que o príncipe faz em pedaços com as suas próprias mãos e distribui pela côrte na festa da páscoa.

Julio Firmico, que nos conta a lenda candiota acêrca da vida e morte de Baco, e teima em fazer dêle um homem como o fazia de Cristo, convêm entretanto em que

[1] Região da Rússia asiática a sudueste do Cáucaso.

os pagãos explicavam pela natureza essas ficções e consideravam outras tantas fábulas solares tôdas essas narrativas. Também é verdade que êle se recusa a aceitar todas essas razões, como muitos se hão de recusar a aceitar as nossas explicações, ou por ignorância ou por desejo de caluniar o que não entendem, como teem feito sempre todos os padres da igreja na sua crítica do paganismo.

Firmico chega a tomar a defesa do Sol, que lhe parece ultrajado por essas ficções e ao qual faz proferir um discurso em que o deus do Dia se queixa de o vexarem com fábulas impertinentes, umas vezes mergulhando-o no Nilo e chamando-lhe Osíris e Hórus, outras mutilando-o e dando-lhe o nome de Átis e de Adónis, outras ainda cozendo-o numa caldeira ou assando-o num espêto como Baco.

E poderia acrescentar: e ainda outras dependurando-o numa cruz e dando-lhe o nome de Cristo. Pelo menos, conforme o que diz Firmico, é claro, que entre os pagãos se tinha conservado a tradição de que todos êsses transes trágicos e incríveis eram meras ficções místicas feitas acêrca do Sol. É o que estamos provando ainda com esta nossa explicação da fábula de Cristo, morto e ressuscitado no equinóxio da primavera.

Como a Cristo, dava-se também o epíteto de salvador a Baco e a Júpiter ou o deus de chifres de carneiro, que tinha a sua estátua no templo da Virgem ou Minerva Polias, em Atenas.

Afinal, a ideia dum deus que desceu à Terra para a salvação dos homens não é nova nem exclusiva dos cristãos. Pensaram os antigos que o deus supremo tinha em diversas épocas mandado os filhos ou os netos para se ocuparem da ventura dos mortais. No número dos enviados contavam-se Hércules e Baco, isto é o deus Sol cantado sob diferentes nomes.

Igualmente como Cristo, Baco fizera milagres: curava doentes e predizia o futuro. Desde a infância a sua vida esteve ameaçada, como a de Cristo perseguido por Herodes. O milagre das três ânforas que se enchiam de vinho

no seu templo vale bem o das bodas de Caná. É a seis de janeiro a festa comemorativa dêste milagre do herói da religião cristã; era nas nonas do mesmo mês que idêntico milagre se operava na ilha de Andros, no templo de Baco. Todos os anos se lá via correr uma fonte cujo liquido tinha o sabor do vinho.

Parece que o autor da lenda de Cristo andou a coleccionar diferentes ficções maravilhosas espalhadas entre os adoradores do Sol sob diversos nomes.

Dizia-se de Baco, como de Cristo, que era deus filho de Deus, e inteligência de Deus, que se unia à matéria ou ao corpo. Como Cristo, Baco estabeleceu iniciações ou mistérios em que a famosa serpente, que representou depois importante papel na fábula do cordeiro, entrava em scena assim como os pomos das Hespérides.

Essas iniciações eram penhor de virtude. Os iniciados esperavam também a sua última vinda; confiavam em que êle havia de tomar um dia o governo do universo e que restituiria ao homem a sua primitiva felicidade; foram muitas vezes perseguidos, como os adoradores de Cristo e como os de Serapis, ou como os adoradores do Sol adorado com êstes dois nomes; atribuiram-se muitos crimes aos que se reuniam para a celebração dêstes misterios, como se atribuiram aos primeiros cristãos e em geral a todos aqueles que celebram misterios secretos e novos.

Em certas lendas diz-se Baco filho de Ceres, e Ceres é a Virgem celeste. Nas lendas mais antigas era a filha de Ceres ou Prosérpina que o tinha concebido dos seus amores com o deus supremo, metamorfoseado em serpente. Esta serpente é a famosa serpente de Esculápio, que, como a que Moisés levantou no deserto e à qual Cristo é comparado, curava todas as doenças. Nascia dela um Baco de chifres de touro, porque efectivamente sempre que o Sol se unia a essa serpente do outono subia o Touro da primavera, que cede a sua fórma a Baco e que traz as Hiadas suas amas.

Nos séculos seguintes devia ter tomado a forma do cor-

deiro, como tomou, e foi então que Ceres ou a Virgem celeste veio a ser a sua mãe, sob o ponto de vista de ser ela que presidia ao seu nascimento, porque nós já vimos que o representavam pelo emblema dum recem-nascido no solstício do inverno para assim exprimirem essa como infância do deus Sol ou do dia, adorado com o nome de Baco tanto na Grécia e na Trácia como na Ásia Menor, na Índia e na Arábia; com o de Osíris no Egipto; de Mitra na Pérsia e de Adónis na Fenícia. Adónis é o mesmo que Osíris e o mesmo que Baco, segundo a confissão dos autores antigos. Sob o nome de Adónis, porêm, tem êle uma lenda diferente da de Osíris e da de Baco; é menos pomposa. Não é realmente a história dum conquistador nem dum rei, mas sim a dum mancebo de rara beleza, tal como se pintava o Sol na época da primavera. A deusa que preside à geração dos seres sentiu-se por êle perdida de amores, mas a morte arrebata-lho: enorme javali, na estação da caça, fere-o precisamente na fonte da fecundidade. O desventurado amante de Vénus morre; desce aos infernos. Na terra choram-no.

A deusa dos infernos, a mãe de Baco, que êste nos infernos vai visitar também, demora-o junto dela durante seis meses, findos os quais êle é restituido à vida e à leda amante, que nos seis meses seguintes com a sua presença rejubila, para o tornar a perder e readquiri-lo em seguida. A mesma tristeza e a mesma alegria se sucediam e renovavam todos os anos.

Todos os autores que desta fábula sagrada se ocuparam se mostraram de acôrdo em vêr em Adónis o Sol; na morte dêle, o seu afastamento dos nossos climas; na sua descida aos infernos, os seis meses que passa no hemisfério inferior, morada das longas noites; na sua volta à luz, a passagem ao hemisfério superior, no qual igualmente se demora seis meses, emquanto a Terra se mostra risonha e adornada de tôdas as graças fornecidas pela vegetação e pela deusa que preside à geração dos seres.

Foi assim que Macróbio compreendeu essa fábula cuja

*

explicação de nada mais precisa do que de ser completada pelas posições astronómicas que apresentamos no artigo Adónis e Vénus, da nossa grande obra. Quanto ao mais, o sábio viu perfeitamente que essa ficção, como a de Osíris e de Átis, às quais a compara, não tinha por objecto senão o Sol e a sua marcha progressiva no zodíaco, comparada com o estado da Terra nas duas grandes épocas do movimento do astro do dia, isto é, quando de nós se aproxima ou quando de nós se afasta.

Êste fenómeno anual foi motivo de cantos lúgubres seguidos de cantos de alegria, e origem de cerimónias religiosas nas quais se chorava a morte do deus Sol, Adónis, e se cantava depois a sua restituição à vida ou a sua ressurreição. Arranjava-se-lhe um esplêndido leito ao lado da deusa da geração e da primavera, da mãe dos amores e das graças; preparavam-se açafates de flores, essências, folares, frutos, para lhe oferecer. Eram as primícias de todos os bens que o Sol faz aparecer.

Convidavam-no, por meio de cantares, a ser propício aos votos dos mortais; mas antes de lhe cantarem a volta à vida celebravam-lhe cerimónias lutuosas em comemoração dos seus sofrimentos e morte.

Tinha Adónis os seus iniciados, que iam derramar lágrimas no seu túmulo e tomar parte na dôr de Vénus e logo depois na sua alegria. A festa do seu regresso à vida ou da sua ressurreição, conforme diz Corsini, realizava-se a 25 de março, ou seja a 8 das calendas de abril.

Celebravam-se em Alexandria, com extraordinária pompa, os funerais de Adónis. Conduziam-lhe processionalmente a imagem a um túmulo onde lhe prestavam as últimas honras. Idênticos funerais se lhe faziam em Atenas. Na vida de Alcibíades e de Nícias, diz Plutarco que foi no momento da celebração da morte de Adónis que a armada ateniense se aprestou para a desgraçada expedição à Sicília. Não se encontravam pelas ruas senão imagens de Adónis morto, que levavam para a sepultura no meio de numerosos cortejos de mulheres que choravam, batiam no

peito e imitavam em tudo a triste pompa dos saimentos fúnebres.

Dêste facto se tiraram, por sinal, prognósticos sinistros que os acontecimentos plenamente confirmaram.

As mulheres de Argos, porque em toda a parte são as mulheres o esteio mais forte das superstições, iam, como Marta e Maria, chorar a morte de Adónis, cerimónia lúgubre que se realizava numa capela do *deus salvador* ou do deus cordeiro, ou carneiro, ou Júpiter, invocado com o nome de *salvador*.

Procópio e S. Cirilo também falam dessas lutuosas comemorações da morte de Adónis e das festas jubilosas que lhes sucediam no momento da sua ressurreição.

Nas primeiras se chorava o amante de Vénus; mostrava-se a larga ferida que êle havia recebido, como se mostrava a chaga do lado aberta em Cristo pela lança de Longuinhos.

Era com o auxílio destas ficções e da pompa com que todos os anos a infeliz aventura de Adónis era celebrada que se procurava persuadir o povo da realidade do acontecimento, porque todos nos costumamos a crer supostas aventuras como sendo factos verdadeiros, quando multidão de narrações e de monumentos lhes parecem testemunhar a existência. Apesar disso, não obstante essas lendas sagradas, sem embargo do prestígio das cerimónias tendentes a fazer acreditar na existência real e humana de Adónis, como também os nossos doutores cristãos o querem fazer crer a respeito do sol Cristo, os pagãos, permita-se-me o termo, apesar de pouco instruidos na sua religião, não caíram, como nós, no lôgro. Continuaram sempre a ver em Adónis, por exemplo, o Sol personificado, e julgaram dever atribuir às leis físicas e aos fenómenos anuais da revolução solar, todos os transes maravilhosos do amante de Vénus, morto e ressuscitado.

Os cantos de Orfeu e de Teócrito em honra de Adónis bem claramente indicavam que se tratava, nessa ficção, do deus origem do ano e das estações. Convidam-no êstes

poetas a que venha com o novo ano difundir a alegria na natureza e fazer nascer os bens que a Terra de seu seio faz sair. Às horas e às estações estava confiada a tarefa de o reconduzir ao duodécimo mês. Orfeu chama a Adónis o deus dos mil nomes, o alimentador da natureza, o deus cuja luz se extingue e reacende pela revolução das horas, e que ora desce ao Tártaro, ora ascende ao Olimpo para nos dispensar o calor que põe a vegetação em actividade.

O Sol, com o nome de Hórus, filho da virgem Ísis, passava idênticos transes: fôra perseguido pelo negro Tifon, que tomara as formas da serpente; antes de triunfar do seu inimigo, tinha sido como Baco feito em pedaços; em seguida foi restituído à vida pela deusa, sua mãe, que lhe concedeu a imortalidade. É nos escritores cristãos e entre os padres da igreja que nós encontramos os traços principais dêste romance sagrado.

Assim é que nos descrevem a dor de Ísis pela morte do seu filho, e as solenidades que institui por essa ocasião, solenidades primeiramente lutuosas, mas que depressa se mudam em festas alegres e em cantos de júbilo quando ela o torna a encontrar.

Mas Hórus, segundo a confissão de todos os antigos, é o mesmo que Apolo; ora Apolo é o deus Sol; logo as solenidades fúnebres seguidas de festas de alegria em honra de Hórus morto e ressuscitado, tinham ainda o Sol por objecto.

Era pois um ponto fundamental da religião do Sol o fazê-lo morrer e ressuscitar, e comemorar êste duplo acontecimento por meio de cerimónias religiosas e lendas sagradas. Daí êsses túmulos erigidos por tôda a parte à divindade do Sol, sob diversos nomes: Hércules tinha o seu túmulo em Cádiz, e nêle se mostravam os ossos do herói; tinha Jupiter o seu na Grécia; Baco também lá tinha um; Osíris possuía no Egipto um sem número dêles.

Mostrava-se em Delfos o túmulo de Apolo, no qual êste deus foi deposto depois de morto pela serpente Píton. Três mulheres a êsse túmulo se tinham dirigido para junto dêle

chorar, como aquelas três mulheres que se encontram, chorando também, junto do túmulo de Cristo. Apolo triunfava em seguida do seu inimigo, a terrível serpente Píton, e essa vitória celebrava-se anualmente pela primavera com os mais solenes jogos.

Era no equinóxio da primavera que os hiperbóreos, ou os povos do norte da Europa, para quem Apolo era a divindade máxima, festejavam o regresso do Sol ao signo do Cordeiro e prolongavam essas festas até ao levantar das Pléiades no horizonte. Apolo tomava então o título de *Salvador*, e era êste o nome que também lhe davam os habitantes de Ambrácia. Celebravam-se em sua honra, em Atenas e Esparta, festas de alegria no plenilúnio da primavera, isto é nêsse plenilúnio em que a festa do cordeiro ou da páscoa é celebrada entre judeus e cristãos.

Era pelo comêço da primavera que os Tchuvaches, [1] povos do norte, sacrificavam ao Sol. A festa mais solene dos tártaros é o *jun* ou festa da primavera. A dos calmucos cai na primeira lua de abril; a êsse primeiro dia equinoxial e a essa festa dão êles o nome de *dia branco*. Em tôdas as ilhas da Grécia se celebravam festas em honra do amável deus da primavera, vencedor do inverno e da serpente Píton, às quais davam o nome de festas de felicitação, como demonstração de contentamento pela salvação das almas, diz Eustato. [2]

Inútil seria citar aqui mais exemplos de semelhantes festas de júbilo celebradas em todo o nosso hemisfério, em memória da famosa passagem do Sol para as nossas regiões e manifestação de contentamento pelos benefícios que o astro do dia difunde com a sua presença.

---

1 Certo povo da Rússia que habita as margens do Volga. Só se converteu ao cristianismo depois do século XVIII.
N. do T.

2 Frade notável pelo papel que desempenhou nas controvérsias religiosas do tempo de Constantino.
N. do T.

Suficientemente provámos já que essas festas de alegria quási por tôda a parte eram precedidas de alguns dias de luto, durante os quais se chorava a morte do Sol personificado, antes de cantar o seu regresso para nós, ou alegóricamente a sua ressurreição e o seu triunfo sôbre o príncipe das trevas e sôbre o génio do inverno. Os frígios chamavam a essas festas, as festas do despertar do Sol, que êles figuravam adormecido durante os seis meses que abrangem o outono e o inverno. Os paflagónios supunham-no a ferros durante o inverno, e cantavam na primavera o momento feliz em que êle se libertava do seu cativeiro. A maior parte dos povos faziam-no ressuscitar depois de haverem dado o espectáculo dos acontecimentos trágicos da sua pretendida morte.

Como vimos, nenhuma destas ficções místicas tinha por objecto mais do que comemorar a alternativa das victórias da noite sôbre o dia e do dia sôbre a noite. E a sucessão de actividade e repouso da Terra submetida à acção do Sol, êsses fenómenos anuais eram descritos, em estilo alegórico, sob as formas trágicas da morte, da crucificação, do despedaçamento, seguidos sempre duma ressurreição.

A fábula de Cristo, nascido como o Sol no solstício de inverno e triunfante no equinóxio da primavera debaixo da forma do Cordeiro equinoxial tem, por conseqüência, todos os caracteres das antigas fábulas solares às quais a comparamos. As festas da religião cristã estão como tôdas as das religiões solares, ligadas essencialmente às principais épocas do movimento anual do Sol; daí concluiremos nós que, se Cristo foi um homem, é um homem que singularmente se parece com o Sol personificado; que os mistérios dos cristãos teem todas as semelhanças com os mistérios dos adoradores do Sol, ou antes, para ir direito ao fim, que a religião cristã, tanto na sua lenda como nos seus mistérios, tem por único objecto o culto da luz eterna tornada sensível ao homem por intermédio do Sol.

Não somos nós os únicos nem os primeiros que tivemos esta ideia sôbre a religião cristã: Tertuliano, seu apologista, concorda com que desde os primeiros tempos em que esta religião passou ao ocidente, as pessoas tanto ou quanto esclarecidas que a quiseram examinar sustentaram que ela não passava duma seita da religião de Mitra, e que o deus dos cristãos era, como o dos persas, o Sol.

Várias práticas do cristianismo demonstravam essa origem: os cristãos não oravam nunca senão voltados para o oriente ou para a parte do mundo donde o Sol se levanta; todos os seus templos ou todos os lugares das suas assembleias religiosas, antigamente estavam voltados para o levante; o seu dia da festa semanal correspondia sempre ao dia do Sol e chamava-se domingo ou dia do Senhor Sol. Os antigos francos também davam ao domingo o nome de dia do Sol. Tôdas estas práticas dependiam da própria natureza da sua religião.

Os maniqueus, cuja religião era composta de cristianismo e de magismo, sempre nas suas orações se voltavam para o lado onde o Sol estava. Zoroastro havia dado o mesmo preceito aos seus discípulos.

É por isso que os maniqueus, que nunca chegaram a perder o fio das opiniões religiosas dos antigos persas sôbre os dois princípios e sôbre o sol Mitra do qual Cristo é cópia, diziam que Cristo era o Sol, ou que Cristo tinha a sua residência no Sol, como os antigos aí colocavam igualmente Apolo e Hércules. Êste facto é atestado por Teodoreto, S. Cirilo e S. Leão.

Era em conseqüência desta opinião que os outros cristãos, que se diziam melhores crentes, sem dúvida porque eram os mais ignorantes, os não admitiam na sua comunhão senão obrigando-os a abjurar a heresia ou o dogma da sua religião que consistia na identificação de Cristo com o Sol.

Ainda há no oriente duas seitas cristãs que passam por adoradoras do Sol. Os gnósticos e os basilídios, os mais cultos sectários dessa religião e que são ao mesmo tempo dos mais antigos, tinham conservado muitos factos que descobriam a origem dêsse culto solar: davam ao seu Cristo o

nome de Iao, que, segundo Macróbio, o oráculo de Claros dá ao Sol; tinha os seus trezentos e sessenta e cinco Éons ou génios, em número igual ao dos trezentos e sessenta e cinco dias que o Sol origina, e a sua ogdóade, [1] representativa das esféras.

Em suma o cristianismo era tão conforme ao culto do Sol que o imperador Adriano dava aos cristãos o nome de adoradores de Serápis, isto é do Sol, porque Serápis era o mesmo que Osíris, e as medalhas antigas que apresentam o cunho de Serápis teem esta legenda: *Sol Serapis*.

Não somos portanto os primeiros nem os únicos a considerar os cristãos na classe dos adoradores do Sol; e, se parece paradoxal, a nossa afirmação pelo menos não é nova.

Depois de termos explicado as fábulas que formam a parte maravilhosa do cristianismo e dos seus dogmas, vamos entrar no exame da sua parte metafísica e na parte mais abstracta da sua teologia, aquela que é conhecida pelo mistério da Santíssima Trindade. Seguiremos ainda a mesma orientação que até aqui mantivemos, e faremos vêr até ao fim que os cristãos nada teem na sua religião que dêles seja original. Não passam de ignorantes plagiários que nós vamos pôr a descoberto; nada lhes pertence senão os crimes dos seus padres.

Para a explicação da fábula da morte e da ressurreição de Cristo reunimos nós e comparámos as lendas das diferentes religiões que, nascidas no oriente, se propagaram depois no ocidente pouco mais ou menos pelos mesmos séculos da propagação da religião cristã, e provámos que todas as alegorias cósmicas desta religião são comuns às religiões de Mitra, às asiáticas, aos mistérios de Átis, de Baco, de Adónis, etc. Vamos igualmente fazer vêr que a sua teologia se apoia nas mesmas bases que a dos gregos, dos egípcios, dos índios etc.; que ela contêm as mesmas

[1] Grupo de oito divindades. *N. do T.*

ideias abstractas que se encontram nos filósofos que por êsse tempo escreviam, e recebeu muitos dogmas principalmente dos platónicos; que finalmente a religião cristã, na sua parte teológica, como na sua lenda sagrada e nos trágicos transes do seu deus nada possui que se não encontre em tôdas as outras religiões, muitos séculos antes do estabelecimento do cristianismo. Os seus escritores e os seus doutores serão os próprios que, ainda aqui, nos hão de fornecer as autoridades necessárias para os convencer do plagiato.

O dogma da unidade de Deus, primeiro dogma teológico dos cristãos, não é exclusivo da sua seita. Foi admitido por quási todos os antigos filósofos, e a própria religião popular entre os pagãos, no meio dum politeísmo aparente, reconhecia sempre um primeiro chefe ao qual, com os nomes de deuses, génios, anjos, izeds, etc., todos os outros estavam subordinados, como os nossos anjos e os nossos santos o estão ao deus supremo.

Tal era o grande Júpiter entre gregos e romanos, êsse Júpiter, pai dos deuses e dos homens, que enchia o universo com a sua substância. Era o monarca soberano da natureza. O nome de deuses que as outras divindades tomavam era mais uma associação no título do que no poder, visto como cada divindade tinha o seu âmbito especial sob o império do primeiro deus, senhor e soberano absoluto de todos os outros.

A própria escritura dá o nome de deuses aos seres subordinados ao primeiro deus sem prejuízo da unidade do chefe ou da causa prima. O mesmo acontecia com o Júpiter dos gregos. A todo o momento êstes proferem o epiteto de *uno* ou de *único* atribuído ao seu Júpiter. Júpiter é uno, dizem êles. O oráculo de Apolo admite também um deus incriado, nascido de si mesmo, que habita no seio do fogo éter, deus colocado à frente de tôda a hierarquia.

Nos mistérios da religião dos gregos cantava-se um hino que exprimia com tôda a clareza essa unidade. O sumo sacerdote, quando dirigia a palavra ao iniciado, di-

zia-lhe: «Admira o senhor do universo: êle é uno; êle está em toda a parte».

É uma verdade reconhecida por Eusébio, santo Agostinho, Lactâncio, São Justino, Atanágoras e por multidão doutros escritores apologistas do cristianismo, que o dogma da unidade de Deus era aceito pelos antigos filósofos e constituía a base da religião de Orfeu e de todos os mistérios dos gregos.

Eu sei que os cristãos hão-de objectar que os filósofos antigos, que existiam muitos séculos antes do estabelecimento do cristianismo, haviam recebido êsses dogmas da revelação feita aos primeiros homens. Mas, além de ser um absurdo a revelação, eu respondo que não há necessidade de recorrer a essa máquina sobrenatural, quando é conhecida a série das abstracções filosóficas que levaram os antigos a reconhecer a unidade dum primeiro princípio, e quando êles próprios nos apresentam os motivos que os determinaram a admitir a mónade ou unidade primária. Êsses motivos são simples e nascem da natureza das operações do nosso espírito e da forma pela qual se nos apresenta a acção universal do grande-todo.

A correspondência de tôdas as partes do mundo entre si e a sua tendência para um centro comum de movimento e de vida, que parece conservar entre elas a harmonia e produzir o acôrdo em que se encontram, levaram os homens que viam no grande todo um deus imenso, a admitir a unidade dêsse deus, e a não conceber nada fora do conjunto de todos os seres ou fora do todo.

O mesmo se passou com todos os que consideravam o universo um grande efeito. A união de tôdas as partes da obra e o conjunto regular de todo o sistema do mundo levaram-nos também a admitir uma causa única do efeito único, de maneira que a unidade de Deus passou em princípio tanto no espírito daqueles que colocavam Deus ou a causa primeira fora do mundo, como no espírito dos que confundiam Deus com o mundo e não distinguiam entre o

operário e a sua obra. Assim aconteceu a Plínio e a todos os mais antigos filósofos.

«Tôdas as coisas, diz Marco Aurélio, estão entre si ligadas por um encadeamento sagrado, e nenhuma existe absolutamente estranha a outra, porque todos os seres foram combinados para a formação dum conjunto de que depende a beleza do universo. Há um só mundo, que tudo abrange; um só deus, que está em tôda a parte; uma só matéria, eterna; uma só lei, que é a *razão* comum a todos os seres.»

Vê-se nestas poucas palavras do filósofo imperador o dogma da unidade de Deus, reconhecido como conseqüência da unidade do mundo, ou seja a opinião filosófica e o motivo que a originou.

Os próprios padres da igreja concluíram a unidade de Deus da unidade do mundo, isto é a unidade da causa da unidade do efeito, visto que entre êles o efeito é distinto da causa, ou que Deus está separado do mundo, ou, por outras palavras, visto que admitem uma causa abstracta em lugar do ser real que é o mundo. Eis como um dêles, Santo Atanásio, se exprime: «Como só há uma natureza e uma só ordem para tôdas as coisas, devemos concluir que há um só Deus, artista e ordenador, e da unidade da obra deduzir a do operário.

Aqui vemos, portanto, os cristãos deduzirem a unidade de Deus da unidade do mundo, como, antes dêles, todos os filósofos pagãos o tinham feito. Em tudo isto se reconhece a marcha natural do espírito humano, sem se fazer sentir a necessidade da intervenção da divindade pela suposição absurda da revelação.

Todos os platónicos admitiam a unidade do arquétipo ou do modêlo sôbre o qual Deus criou o mundo, assim como a unidade do demiurgo ou deus artista, por uma seqüência dos mesmos princípios filosóficos, isto é, segundo a própria unidade da obra, como em Proclo e em todos os platónicos se pode ver.

Aqueles que, como Pitágoras, empregavam a teoria

dos números para explicar as verdades teológicas, davam igualmente à mónada [1] o título de causa e princípio. Exprimiam pelo número *um* ou pela unidade a causa primária, e concluíam a unidade de Deus por intermédio das abstracções matemáticas. A unidade em tôda a parte se reproduz nos números: tudo parte da unidade. O mesmo se dava com a mónada divina. Abaixo desta unidade colocavam-se várias tríadas que exprimiam faculdades emanadas dela e inteligências secundárias.

Outros, notando a forma das administrações humanas e em especial a dos governos do oriente, em que, em todos os tempos, a monarquia foi o único regímen administrativo que se conheceu, julgaram que o mesmo devia ter acontecido ao govêrno do universo, em que tôdas as fôrças parciais pareciam reùnidas debaixo da direcção e da autoridade dum só chefe, para se produzir esta harmonia perfeita da qual resulta o sistema do mundo. Até o despotismo favoreceu esta opinião, pela qual a monarquia era representada como sendo a imagem do govêrno dos deuses, pois que todo o despotismo tende a concentrar o poder na unidade e a confundir a legislação na execução.

Dêste modo, o quadro da ordem social, as matemáticas e os raciocínios da filosofia conduziram os antigos por caminhos muito diferentes mas todos profundamente humanos, a preferir a unidade à multiplicidade, na causa prima e suprema, ou no princípio dos princípios, para me servir dos termos de Simplício.

« O primeiro princípio, diz êste filósofo, é o centro de todos os outros; abrange-os a todos, conseguintemente, por uma simples união; êle é, antes de tudo, a causa das causas, o princípio dos princípios, o deus dos deuses. Dêmos pois a êsses princípios particulares simplesmente o nome

[1] Unidade perfeita que, segundo os pitagóricos, encerra o espírito e a matéria sem divisão nenhuma. Para Pitágoras era o próprio Deus.

N. do T.

de princípios e chame-se princípio dos princípios êsse princípio geral ou causa dos seres colocada acima de todas as coisas. »

Assim é que o universo ou causa universal, porisso que em si contêm todas as outras causas, que são as suas partes, foi considerado princípio dos princípios e unidade suprema da qual tudo derivava. Os criadores dum mundo abstracto ou ideal e dum deus igualmente abstracto ou separado do mundo e por quem êste fôra criado segundo um modêlo eterno, raciocinaram idênticamente sôbre o deus causa do universo. Porque sempre o mundo material forneceu o tipo do mundo intelectual. É pelo que vê que o homem cria as suas opiniões sôbre o que não vê.

O dogma da unidade de Deus toma origem, entre os próprios cristãos, em raciocínios puramente humanos e feitos muitos séculos antes que houvesse cristãos, como se pode verificar em Pitágoras, Platão e seus discípulos. O mesmo acontece com a sua tríada ou trindade, isto é, com a subdivisão da causa prima em inteligência ou sabedoria divina e espírito ou vida universal do mundo.

Vem agora a propósito recordar o que no capítulo quarto deixámos dito sôbre a alma ou vida do mundo e sôbre a sua inteligência, pois dêsse dogma filosófico saíu a trindade dos cristãos. O homem foi comparado ao universo e o universo ao homem; e como ao homem se deu o nome de microcosmo ou pequeno mundo, fez-se do mundo um gigante imenso contendo em ponto grande ou larga escala, e como em sua origem, o que o homem tinha em ponto pequeno e por emanação. Notou-se no homem um princípio de movimento e vida comum também aos outros animais. Êsse princípio manifestava-se pela respiração ou bafo, em latim *spiritus*, isto é espírito. Além dêsse primeiro princípio, um segundo existia por meio do qual o homem, reflectindo e combinando ideias, atingia a sciência; é a inteligência que no homem se encontra em grau muito mais elevado do que nos restantes animais. Esta faculdade da alma humana chama-se, em grego, *logos*, que se traduz em

latim pelas palavras *ratio* e *verbum*. A palavra grega *logos* exprime duas ideias distintas, expressas em latim e em português pelos termos *ratio* e *verbum*, isto é, *razão* e *verbo* ou *palavra*. A segunda não é senão a imagem da primeira, porque a palavra é o espelho do pensamento, o pensamento tornado sensível aos outros e como tornando corpo no ar modificado pelos órgãos da palavra.

Êstes dois princípios no homem não constituem dois seres distintos dêle, mas podem-se fazer dêles dois seres distintos, personificando-os. Apesar disso fica sempre o homem *vivo* e *pensante*, em cuja unidade se confundem tôdas as suas faculdades, como sendo êle a origem delas.

O mesmo com o universo, deus único e imenso que em si tudo continha. A sua vida ou o seu *spíritus*, bem como a sua inteligência ou o seu *logos*, eterna, imensa como êle, confundiam-se na sua unidade primeira ou radical, chamada pai, por ser dela que essas duas faculdades emanavam. Não se podia conceber o universo deus, sem o conceber vivendo da vida universal e inteligente duma inteligência igualmente universal. A vida não era a inteligência, mas ambas juntas constituíam a vida ou *spíritus* e a inteligência ou sabedoria divina, que pertencia essencialmente à divindade do mundo e fazia parte da sua substância única, pois que nada existia que não fôsse uma das suas partes.

Tôdas estas distinções pertencem à filosofia platónica e pitagórica, e não supõem ainda revelação. Não havia entre os antigos filósofos expressões mais familiares do que estas: «O universo é um grande ser animado que em si contém todos os princípios de vida e de inteligência difundidos pelos seres particulares. Êste grande ser, soberanamente animado e soberanamente inteligente, é o próprio Deus, quere dizer, Deus, verbo ou razão, espírito ou vida universal.»

A alma universal, designada pelo nome de *spíritus* e comparada ao espírito vital que anima tôda a natureza, distribuía-se principalmente pelas sete esferas celestes, cuja acção combinada regulava, conforme supunham, os destinos do homem, e disseminava os gérmens da vida por tudo quanto nasce neste mundo. Os antigos representavam êste bafo, sôpro ou respiração única, que produz a harmonia das esferas, por uma flauta de sete tubos [1] que punham entre as mãos de Pan ou da imagem destinada a representar a natureza universal. Daí vem também a opinião de que a alma do mundo estava encerrada no número sete, ideia que os cristãos foram buscar aos platónicos e que exprimiram pelo *sacrum septenarium*, isto é, pelos seus sete dons do Espírito Santo.

Como o sôpro de Pan, o bafo ou sôpro do Espírito Santo, segundo S. Justino, dividia-se em sete espíritos. A unção dos prosélitos era acompanhada duma invocação ao Espírito Santo; chamavam ao sôpro do Espírito Santo a mãe das sete casas, o que significava, segundo Beausobre, mãe dos sete céus. *Mãe*, porque o nome *spíritus* em hebreu é feminino.

Os mussulmanos e os cristãos do oriente dão à terceira pessoa da Trindade, como propriedade essencial, *a vida*. É, na opinião dos primeiros, um dos atributos da divindade ao qual os cristãos chamam *pessoa*. Os sírios chamam-lhe *mêhaia*, vivificante. O *credo* dos cristãos dá-lhe o epíteto de *vivificantem*; êle é portanto, na teologia dêles, o princípio vital que anima a natureza, ou essa alma universal, princípio do movimento do mundo e do movimento de todos os seres vivos. É êle essa fôrça vivificante e divina, de Deus emanada, que, segundo Varrão, rege o universo pelo movimento e pela razão. Porque é o *spiritus* que derrama a vida e o movimento no mundo, e a razão ou sabedoria que lhe imprime direcção e lhe regulariza os efeitos.

Êsse *spiritus* era Deus, no sistema dos antigos filósofos

[1] Ainda hoje, na província, entre nós se usa a flauta de Pan; tocam-na os capadôres para anunciarem a sua passagem e os seus serviços, e chama-se, por isso, gaita dos capadores.
N. do T.

que escreveram acêrca da alma universal ou *spiritus mundi*. É a fôrça nutriz do universo, como diz Virgílio: *spiritus intus alit*. A divindade, emanada da mónada primeira, estendia-se até à alma do mundo, segundo Platão e Porfírio, ou até ao terceiro deus, para me servir das suas expressões. Dêste modo o *spiritus* era Deus, ou, melhor, uma faculdade da divindade universal.

Além do princípio vital e motor, ainda êsses filósofos admitiam um princípio inteligente e sábio ao qual davam os nomes de *nous* e *logos*, ou razão e verbo de Deus. Era principalmente na substância luminosa que o faziam residir. A palavra *luz*, em francês, tanto designa inteligência como luz física, visto como a inteligência é para a alma o que a luz é para a vista. Não admira pois que vejamos os cristãos dizerem de Cristo que êle é a luz que alumia todo o homem que vem ao mundo, e o inculquem filho do pai de toda a luz. Tudo isso é verdade tanto no sentido matafísico como no sentido físico, desde que é Cristo a parte luminosa da essência divina tornada sensível ao homem por intermédio do Sol, no qual se encorpora ou incarna. Neste último sentido é Cristo susceptível de aumentar e diminuir, e pôde, sob êsse ponto de vista, ser objecto de ficções sagradas feitas àcerca do nascimento e morte do deus Sol — Cristo.

Os estóicos localizavam a inteligência de Júpiter, ou a inteligência soberanamente sábia que dirige o mundo, na substância luminosa do fogo éter, que êles consideravam origem da inteligência humana. Esta opinião sôbre a natureza da inteligência torna-a um tanto material, mas os homens raciocinaram sôbre a matéria que viam e lhes impressionava os sentidos, antes de devanearem acêrca dum ser imaterial que êles próprios criaram por abstracção. O maior ou menor grau de subtileza da matéria não obsta a que seja matéria, e a alma, entre os antigos, era simples emanação da matéria subtil, que êles julgaram dotada da faculdade de pensar. Assim como nós dizemos o sôpro da vida, assim dizemos também o fogo do génio e a luz do

espírito; e estas expressões, que já hoje não passam senão à conta de metafóricas, eram outrora expressões próprias e naturais que designavam o princípio da vida e da inteligência.

Pitágoras caracterisou esta parte da divindade, chamando-lhe *lúcida* ou luminosa, dando não sómente o nome de Deus à substância activa e subtil que circula em todas as partes do mundo, mas distinguindo-a ainda pelo epíteto de luminosa, para lhe significar a inteligência, como tinha designado o princípio vital pela fôrça activa e vivificante que move e anima o universo. Por esta última parte era o homem categorizado entre os animais; pela primeira, se via êle exalçado até aos deuses naturais ou astros, formados de substância etérea. É porisso que os próprios astros foram pelo homem julgados inteligentes e dotados de razão.

Segundo santo Agostinho, a criação das inteligências celestes está compreendida na da substância da luz. Participam dessa luz eterna que constitui a sabedoria divina e que nós chamamos (é êle quem o diz) seu filho único. Esta opinião é muito semelhante à de Varrão e dos estóicos acêrca dos astros, que se julgavam serem inteligentes e viverem no seio da luz do éter, que é a substância da divindade.

Ensinava Zoroastro que Deus, quando organizou a matéria do universo, enviou a sua *vontade* sob a forma de uma *luz* brilhantíssima, e que ela apareceu figurando um homem.

Os valentinianos, [1] na sua geração alegórica dos di-

[1] O gnosticismo, seita filosófica de platonicos um tanto desviados do platonismo puro mas eruditos, e de cristãos que pretendiam achar entre as crenças do oriente e o cristianismo certas relações de identidade, dividiu-se em numerosas seitas que se costumam reunir em cinco grupos, das quais um é o grupo egípcio ao qual pertenciam os Valentinianos e os Basilídios, nomes tirados dos chefes de seita Valentim e Basílides.

N. do T.

*

versos atributos da divindade, fazem nascer da inteligência divina o verbo, ou a razão e a vida. É evidentemente, diz Beausobre,[1] à alma do universo que a vida e a razão pertencem como sendo as suas duas propriedades.

Os fenícios colocavam na substância da luz a parte inteligente do universo, bem como a das nossas almas que daquela emana.

A teologia egípcia, cujos princípios estão consignados no Pemander[2], quem quer que seja o autor desta obra, fazia residir na substância luminosa o *logos* ou o verbo, ou, noutros termos, a inteligência e sabedoria universal da divindade. Em vez de duas pessoas acrescentadas ao primeiro ser, ela dá-lhe dois sexos, a *luz* e a *vida*; a alma do homem nasceu da vida, e o espírito puro da luz. Jâmblico[3] também considera a luz a parte inteligente ou o intelecto da alma universal.

Os oráculos dos caldeus e os dogmas de Zoroastro, conservados por Pleton e Pselo,[4] falam muitas vezes dêsse fogo inteligente, origem da nossa inteligência.

Os maguseus[5] acreditavam que a matéria era dotada de percepção e sentimento e que só lhe faltava inteligência, perfeição *própria da luz*.

Os guebros[6] ainda hoje veneram na luz o mais belo

---

1 Isaque de Beausobre, sábio ministro protestante que se retirou da França depois de revogado o edito de Nantes.
N. do T.

2 Um dos livros atribuídos a Hermés.
N. do T.

3 Filósofo da escola neo-platónica.
N. do T.

4 Político de Bisâncio, nascido em Nicomédia. Foi escritor notabilíssimo do século 11.º
N. do T.

5 Nome dado aos magos persas, crentes nos dois princípios.
N. do T.

6 Sectários de Zoroastro na Pérsia e na Índia.
N. do T.

atributo da divindade. « O fogo, dizem êles, produz a luz, e a *luz é Deus*. » Êste fogo é o fogo éter, no qual a antiga teologia colocava a substância da divindade e a alma universal do mundo; dêle emanam luz e vida, ou, para me servir das expressões dos cristãos, o *logos* ou o verbo que ilumina todo o homem que vem ao mundo, e o *spiritus* ou o Espírito Santo que tudo vivifica.

Manés diz de Deus, que é « luz eterna, inteligente, puríssima, sem mistura nenhuma de treva. Cristo, diz êle ainda, é filho da luz eterna. » Idênticamente, Platão dizia do Sol, que era filho único de Deus, e os maniqueus, como já observámos, colocavam Cristo no Sol.

Conforme a esta opinião era também a dos valentinianos. « Os homens, diz Beausobre, não podendo conceber nada mais belo, nada mais puro, nada mais incorruptível do que a luz, imaginaram fàcilmente que a mais excelente das naturezas não era senão luz perfeitíssima. Encontra-se esta ideia espalhada por tôdas as nações que teem passado por cultas.

« A própria Sagrada Escritura não desmente tal opinião. Em tôdas as aparições da divindade esta se vê sempre envolta em fogo e luz. É do meio duma sarça ardente que o Eterno fala a Moisés. O monte Tabor[1] supôs-se rodeado de luzes quando o pai de toda a luz falou a seu filho. É conhecida a famosa discussão dos monges do monte Atos[2] sôbre a natureza dessa luz incriada e eterna, que era a própria divindade. »

Os mais instruídos padres da igreja e os escritores ortodoxos dizem a cada passo: « Que *Deus é luz* e luz su-

---

1 Na Palestina. Diz o Novo Testamento que aí se realizou a transfiguração de Cristo.
N. do T.

2 Monte situado ao sul da peninsula de Salónica, nos Bálcans.
N. do T.

blime; que todas as claridades que possamos ver, por mais brilhantes que sejam, não passam de insignificante efusão, de débil raio dessa luz; que o filho é luz sem princípio; que Deus é luz inacessível, que ilumina sempre e jamais desaparece; que tôdas as virtudes que cercam a divindade são luzes de segunda ordem, simples raios da primeira luz. »

É êste, em geral, o estilo dos padres antes e depois do concílio de Niceia. « O Verbo, dizem êles, é a luz que veio ao mundo; jorrou do seio dessa luz que por si própria existe; é Deus nascido de Deus; é luz que emana da luz. A própria alma é luminosa, porque é sôpro da luz eterna, etc. »

A teologia de Orfeu ensina também que a luz, o mais antigo de todos os seres e o mais sublime, é Deus, êsse Deus inacessível, que a tudo envolve na sua substância e se chama *conselho, luz e vida*. Estas ideias teológicas foram copiadas por S. João Evangelista, quando diz: « Que a vida era a luz e a luz era a *vida*, e que a luz era o Verbo ou o conselho e a sabedoria de Deus. »

Esta luz não era uma luz abstracta e metafísica, como judiciosamente Beausobre o fez notar, mas luz verdadeira contemplada nos ceus pelos espíritos imortais; pelo menos diversos padres assim o creram, como o prova o mesmo Beausobre.

É indubitável, segundo as autoridades citadas, que a afirmação de que Deus era uma substância luminosa e de que a luz constituía própriamente a parte inteligente da alma universal do mundo ou do Universo, Deus foi dogma recebido das mais antigas teologias. Daí se conclui que o Sol, o maior foco luminoso, devera ter sido considerado a própria inteligência do mundo, ou, pelo menos, a sede principal dessa inteligência, donde os epítetos de *mens mundi* ou inteligência do mundo, e olhar de Júpiter, que os teólogos antigos lhe dão, bem como o de primeira produção do pai ou seu filho primogénito.

Tôdas estas ideias passaram para a teologia dos adora-

dores do Sol, conhecido pelo nome de Cristo, que o fazem filho do primeiro deus, a sua primeira emanação, deus consubstância ou formado da mesma substância luminosa.

Assim o Deus-Sol é também o *logos*, o Verbo ou inteligência do grande Ser ou do grande Deus-Universo, quere dizer que nele se encontram todos os caracteres que os cristãos atribuem ao reparador que, no cristianismo bem analisado, não é senão o Sol.

Sei que os cristãos, profundamente ignorantes da origem da sua religião, impugnam todo o materialismo dessa teoria e sei igualmente que espiritualizaram, como os platónicos, tôdas as ideias da antiga teologia; mas não é menos verdade que o sistema dos espiritualistas foi integralmente decalcado sôbre o dos materialistas, que apareceu depois dêste e a êste foi buscar tôdas as divisões para criar a quimera dum deus e dum mundo puramente intelectual.

Antes de imaginarem uma luz invisível, contemplaram os homens a luz visível. Antes de, por abstracção, criarem um Sol intelectual, adoraram o Sol que lhes impressionava a vista. Admitiram o mundo como Deus único antes de colocarem a divindade na própria unidade do grande Ser que tudo em si continha. Mas, depois, reflectiram acêrca dêsse mundo factício da mesma maneira como os antigos haviam feito acêrca do mundo real, e o deus intelectual teve também o seu princípio de inteligência e o seu princípio vital igualmente inteligente, do qual fizeram emanar a vida e a inteligência que se manifesta no mundo visível. Houve então *um* Sol intelectual do qual o Sol visível era a imagem, uma luz incorpórea de que a luz dêste mundo era corpórea emanação, finalmente um verbo incorpóreo e um verbo revestido de corpo e sensível ao homem.

Êsse corpo era a substância corpórea do Sol, acima da qual se colocava a luz incriada e intelectual, ou o *logos* intelectual. Foi êste requinte da filosofia platónica que forneceu ao autor do evangelho de S. João o único trecho teológico que nos evangelhos se encontra: «O verbo tomou

corpo; habitou entre nós e nós vimos a sua glória, que é a do filho unigénito do pai». [1]

Êste último verbo ou essa luz incorpórea no disco solar só ao qual era dado ver o pai, diz Marciano Capela [2] no hino que dirige ao Sol, estava submetido ao tempo e ligado à revolução periódica dêsse astro. Só êle experimentava alterações na sua luz, só êle parecia nascer, crescer, decrescer e acabar, alternativamente sucumbir ao chefe das trevas e dêle triunfar, emquanto o Sol intelectual, sempre radiante no seio do pai ou da unidade primeira, não conhecia mudança nem diminuição, e brilhava com brilho eterno, inseparável do seu princípio.

Encontram-se tôdas estas distinções entre o Sol intelectual e o Sol corporal no esplêndido discurso que o imperador Juliano dirige ao Sol, e que contêm os princípios teológicos dêsses séculos. Por elas se explicarão as duas naturezas de Cristo e a sua incarnação que deu lugar à fábula de Cristo, revestido de corpo, nascido no seio duma virgem, morto e ressuscitado.

Proclo, [3] no seu comentário da República de Platão,

---

[1] E' do evangelho de S. João, cap. I, vers. 14. O texto latino completo e respectiva tradução literal são como segue: *Et verbum caro factum est, et habitavit in nobis; et vidimus gloriam ejus, gloriam quasi unigéniti a patre, plenum gratiæ et veritatis.*

E o verbo se fez carne, e habitou entre nós; e nós vimos a sua glória, como de filho unigénito do pai, cheio de graça e de verdade.

N. do T.

[2] Escritor latino do 5.º século. Foi a sua obra o *Satyricon*, tratado do *trivium* (gramática, dialéctica e retórica) e do *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música), a base do ensino das escolas no final da idade média.

N. do T.

[3] Filósofo notável do século V. Foi sectário do neo-platonismo e atingiu um lugar de preponderância na escola de Atenas.

N. do T.

considera o Sol sob duplo aspecto: como deus não gerado e como deus gerado. Como princípio luminoso que a tudo alumia, é sagrado, mas não o é como corpo. Como ser incriado, reina sôbre os corpos visíveis; como ser criado, faz parte dos seres governados e regidos. Vê-se nesta subtileza platónica a distinção das duas naturezas do Sol e conseguintemente de Cristo que, mais acima, provámos não ser senão o Sol.

Tal era o carácter da filosofia das mais afamadas escolas quando os cristãos compuseram o seu código teológico. Os autores, os padres, falaram a linguagem da filosofia do seu tempo. S. Justino, por exemplo, um dos mais zelosos defensores dos dogmas cristãos, diz-nos que há duas naturezas no Sol: a natureza da luz, e a do corpo solar ao qual se encontra unida. Dá-se o mesmo, acrescenta o mesmo padre, com as duas naturezas de Cristo: verbo ou *logos* quando se concebe unido ao pai, e homem ou verbo incarnado quando entre nós habita. Não diremos como S. Justino: dá-se o mesmo com, mas sim eis aí as duas naturezas de Cristo, ou do Sol adorado com êsse nome.

A luz que se supõe incorpórea e invisível no sistema dos espiritualistas, ao qual o cristianismo pertence, é o *logos* puro da divindade, que reside no mundo intelectual e no seio do primeiro deus. Mas a luz tornada sensível ao homem ao reùnir-se ao disco radioso do corpo divino chamado Sol, é a luz incriada que toma corpo e vem habitar entre nós. Êsse *logos* incorporado ou incarnado, descido a êste mundo visível, é que devia ser o reparador das desgraças do mundo. Se êle tivesse ficado no seio do ser invisível, a sua luz e o seu calor, únicos reparadores da desordem que a serpente de inverno tinha introduzido na Terra, seriam perdidos para nós, e a sua ausência tornaria o nosso mal irremediável. Mas o princípio Luz, unindo-se ao Sol e comunicando-se por seu intermédio ao universo sensível, veio, com a sua luz, expulsar as trevas e as compridas noites; e com o seu calor, desterrar o frio que havia aprisionado a fôrça fecunda comunicada anualmente pela primavera a todos os

elementos. Eis o reparador que toda a Terra espera, e é na forma ou no signo do Cordeiro que êle, pela páscoa, realiza essa grande obra da regeneração dos seres.

Ainda nisto se vê que os cristãos nada possuem na sua teologia que de verdade lhes pertença, pois que as próprias subtilezas metafísicas as foram buscar aos filósofos antigos, principalmente aos platónicos. A sua opinião sôbre o *spiritus* ou alma do mundo e sôbre a inteligência universal conhecida pelo nome de verbo ou sabedoria divina, era já dogma de Pitágoras e Platão. Macróbio deu-nos um trecho de teologia antiga ou platónica. Nesse trecho se patenteia uma verdadeira trindade que os cristãos se limitaram a copiar. Nêle diz Macróbio que o mundo foi formado pela alma universal; essa alma corresponde ao nosso espírito ou *spiritus*. Os cristãos, ao invocarem o seu Espírito Santo, também lhe chamam criador: *Veni, creator Spiritus*, etc.

Acrescenta êle ainda que dêsse espírito ou alma *procede* a inteligência a que dá o nome de *mens*. Foi o que mais acima provámos ser a inteligência universal da qual os cristãos fizeram o seu *logos* ou verbo ou sabedoria divina. Essa inteligência fê-la êle derivar do primeiro deus ou deus supremo. ¿Não será isto o pai ou padre, o filho ou a sabedoria, e o espírito criador e vivificador de tudo? Nada há, nem ainda a expressão *proceder*, que, na filiação dos três primeiros seres, não tenha sido comum às duas teologias.

Macróbio vai mais longe: refere os três princípios a uma unidade primeira que é o soberano Deus. Depois de ter estabelecido as bases da sua teoria sôbre essa trindade, acrescenta: «Estais vendo como a unidade, ou mónada original da primeira causa, se conserva inteira e indivisível até na alma ou *spiritus* que anima o mundo.»

Foram êstes dogmas da teologia pagã que, passando para a dos cristãos, originaram não sòmente o dogma dos três princípios, mas também o da sua reunião numa unidade primária.

Era dessa unidade primária, primeira ou fundamental, que os princípios emanavam. Residiam primeiramente na

unidade do mundo *inteligente* e *vivo*, ou do mundo animado ao sôpro da alma universal cuja inteligência o governava. Inteligência e vida confundiam-se na unidade do grande Deus chamado mundo, ou na ideia do universo, Deus único, origem da vida e da inteligência de todos os outros seres.

Tudo quanto havia material nessa antiga teologia foi espiritualizado pelos platonistas modernos e pelos cristãos, que criaram uma trindade inteiramente abstracta, que se personificava, ou, para empregar os termos por êles usados, da qual se faziam outras tantas pessoas que partilhavam em comum a divindade primeira e única da causa primária e universal.

Assim, o dogma da trindade, ou dogma da divisão da unidade dum primeiro princípio em princípio de inteligência e princípio de vida universal, que em si contêm o único ser que reúne tôdas as causas parciais, não passa de simples ficção teológica, não é senão uma dessas abstracções que separam por um instante, pelo pensamento, o que, em si mesmo, é essencialmente indivisível e inseparavel, e isolam, para os personificar, os atributos constitutivos dum ser necessàriamente *uno*.

Foi desta forma que os índios, personificando o soberano poder de Deus, lhe deram três filhos, um dos quais o poder criador, o segundo o poder conservador, e o terceiro o destruidor. Tal é a origem da famosa trindade dos índios, porque a trindade não é exclusivo de cristãos. Os índios tinham-na muitos séculos antes dos cristãos, assim como também tinham as incarnações da segunda pessoa dessa trindade, segunda pessoa conhecida pelo nome de Vichnu.

Numa das suas incarnações Vichnu toma o nome de Crichnu ou Crisna.

Fazem os índios o Sol depositário dêsse tríplice poder, e dão-lhe doze formas e doze nomes, um para cada mês, como nós damos a Cristo doze apóstolos. É no mês de Março, isto é no signo do Cordeiro, que a segunda pessoa da tri-

múrti indiana toma o nome de Vichnu. A tríplice potência na sua teologia apenas representa a unidade.

Também os chineses teem uma espécie de trindade misteriosa. O primeiro ser gera o segundo, e os dois o terceiro. Entre nós, igualmente, o Espírito Santo procede do pai e do filho. Os três fazem tôdas as coisas. O grande termo ou a grande unidade, dizem os chineses, compreende três; um é três, e três são um.

O jesuíta Kirker, [1] dissertando sôbre a unidade e sôbre a trindade do primeiro princípio, faz remontar a Pitágoras e aos Mercúrios egípcios [2] tôdas essas subtilezas metafísicas. O próprio Santo Agostinho pretende que, acêrca da divindade se encontravam, entre quási todos os povos do mundo, opiniões muito semelhantes à que dela tinham os cristãos; que os pitagóricos, os platónicos e vários outros filósofos atlantes, [3] líbios, egípcios, índios, persas, caldeus, scitas, gauleses, espanhóis, tinham com êles muitos dogmas comuns a respeito da unidade do deus Luz e Bem.

---

[1] Ou, melhor, Kirchen. O âmbito dos conhecimentos do sábio jesuíta padre Anastasio Kirchen, alemão, a quem se atribui a invenção da lanterna mágica, era o dos conhecimentos humanos do seu tempo. Morreu em Roma em 1680, aos 78 anos de idade.
N. do T.

[2] Mercúrio ou Hermés trismegisto, isto é, Mercúrio ou Hermés três vezes grande, é o deus lunar egípcio Toth, adorado em Hermópoles. Pela simples virtude da sua palavra criou mais quatro deuses que, juntamente com êle, eram venerados na *Casa dos cinco*. Segundo o evhemerismo, doutrina de Evhemério, as entidades mitológicas representavam heróis ou reis que de facto haviam existido e que, pelos seus actos, se tornaram dignos de serem divinizados pelos povos. Influenciados por esta doutrina, cristãos e neoplatónicos supuseram Hermés ou Mercúrio um antigo rei do Egipto. São-lhe atribuídos muitíssimos livros de artes, sciências e religião. Mereceram-lhe especial atenção a teologia, as sciências ocultas, a alquimia e a astrologia.
N. do T.

[3] Da antiga África setentrional, ao oriente do Atlas.
N. do T.

Poderia ter acrescentado que todos êstes filósofos existiam antes dos cristãos, e concluir, como nós concluímos, que os cristãos tinham ido buscar àquêles os seus dogmas teológicos, pelo menos nos pontos que lhes são comuns.

Resulta de tudo o que deixamos dito neste capítulo, que o cristianismo, cuja origem é moderna, pelo menos no ocidente, foi buscar tudo às antigas religiões; que a fábula do paraíso terreal e da introdução do mal por uma serpente, fábula que serve de base ao dogma da incarnação de Cristo e ao seu título de reparador, é tirada dos livros de Zoroastro e não encerra senão uma alegoria sôbre o bem e o mal físicos que se misturam em dose igual nas operações da natureza em cada revolução solar; que o reparador do mal e o vencedor das trevas é o Sol da páscoa ou do Cordeiro equinocial; que a lenda de Cristo, morto e ressuscitado, se assemelha, excepto quanto a talento e gôsto, a tôdas as lendas e poemas antigos sôbre o astro do dia personificado, e que os mistérios da sua morte e ressurreição são os da morte e ressurreição de Osíris, Baco, Adónis, e principalmente de Mitra ou Sol, adorado sob multidão de nomes diferentes entre os diferentes povos; que os dogmas da sua teologia e nomeadamente o dos três princípios, isto é, o da trindade, pertencem a muitas teologias mais antigas que a dos cristãos, e encontram-se entre os platónicos, em Plotin, [1] em Macróbio e noutros escritores estranhos ao cristianismo e imbuídos dos princípios professados por Platão muitos séculos antes do cristianismo, e depois pelos seus sectários no tempo em que os primeiros cristãos escreviam; que finalmente os cristãos nada teem que se possa dizer obra sua e muito menos da divindade.

Depois de haver demonstrado, ouso dizê-lo, que a incarnação de Cristo é a do Sol, que a sua morte e ressurrei-

---

[1] Filósofo neoplatónico; viveu no século 3.º da nossa era.
N. do T.

ção tem igualmente o Sol por objecto, e que, em suma, os cristãos não são de facto senão adoradores do Sol, como os peruvianos a quem deram a morte, eu entro na grande questão da existência ou inexistência de Cristo.

Se nesta questão se trata de investigar se Cristo, objecto do culto dos cristãos, é um ser real ou um ser ideal, evidentemente é um ser real, pois que é o Sol, como fizemos ver. Efectivamente nada mais real que o astro que alumia todo o homem que vem ao mundo. Êle existiu, existe e existirá ainda por muito tempo.

Se o que se pregunta é se existiu um homem, charlatão ou filósofo, que de si tenha dito ser Cristo e que, sob êste nome, haja estabelecido os antigos mistérios de Mitra, Adónis, etc., pouco importa ao nosso trabalho que êle tenha existido ou não. Contudo cremos que não, e pensamos que, assim como os adoradores de Hércules julgavam ter existido um Hércules, autor dos doze trabalhos, e nisso se enganavam, visto como o herói dêsse poema era o Sol, assim também os adoradores do Sol-Cristo se enganaram ao dar uma existência humana ao Sol personificado na sua lenda, porque, emfim, ¿quem nos garante, e como, a existência de tal homem? ¿Poderá ser garantia a crença geral dos cristãos desde a origem da seita ou pelo menos desde os escritos dêsses sectários? Mas evidentemente êsses sectários não querem senão um Cristo que nasceu duma virgem, que morreu, desceu aos infernos e ressuscitou; um Cristo que êles chamam Cordeiro ou *Agnus* que lavou os pecados do mundo e é o herói da sua lenda. Ora nós provámos que êsse é o Sol e não um homem, nem filósofo, nem impostor. Nem êles próprios quereriam convir em que foi um filósofo aquele que adoram como deus. De tal fôrça é a sua ignorância que de modo nenhum reconheceriam o Sol no seu Cristo.

Que fazer então? ¿procurarmos nós testemunhos da existência de Cristo, como filósofo ou impostor, nos escritos dos autores pagãos? Mas nenhum dêles, pelo menos da-

queles cujas obras chegaram até nós, tratou *ex professo* [1] essa questão nem nos deixou a sua história. Apenas cêrca de cem anos depois da época na qual a lenda o faz viver, se encontram alguns historiadores que ao caso se referem numa ou outra palavra, e, ainda assim, não tanto a Cristo como aos que se diziam cristãos.

Se essa palavra escapa a Tácito é para dar a etimologia do nome *cristão*, que se dizia vir do nome dum certo Cristo condenado à morte no tempo de Pilatos. Quere dizer: Tácito refere o que a lenda contava, e nós vimos que a lenda é uma ficção solar.

Se Tácito houvesse falado dos Brâmanes teria igualmente dito que êles tomavam o nome dum certo Brâma que tinha vivido na Índia, porque também se lhe fazia uma lenda. E apesar disso, Brâma jamais existiu como homem, pois é apenas o nome dum dos três atributos da divindade personificada. Tácito, na sua história, tendo que falar de Nero e da seita cristã, deu dêste nome a etimologia recebida, sem se preocupar com saber se Cristo havia existido realmente ou se era o nome do herói duma lenda sagrada. Esta investigação estava absolutamente fora do prepósito da sua obra.

É assim que Suetónio, falando dos judeus, supõe que êles promoviam muitas agitações em Roma, no tempo de Claudio, e que eram movidos por um certo Cristo, homem turbulento, que foi a causa dêsse imperador os expulsar de Roma. ¿Em qual dos dois historiados crer? Tácito? Suetónio? Os dois estão tão pouco de acôrdo no lugar e no tempo em que viveu o pretendido Cristo... Os cristãos hão-de preferir Tácito, que parece mais de acôrdo com a lenda solar. Quanto a nós diremos que os dois historiadores baseavam as suas referências a Cristo em boatos mal definidos, sem lhes ligarem importância nenhuma, e

[1] *Ex professo*, com perfeito conhecimento do assunto.
N. do T.

que, neste ponto, o seu testemunho não pode oferecer garantia suficiente da sua existência como homem, legislador ou impostor.

Se essa existência tivesse sido indubitável não se veriam, no tempo de Tertuliano, alguns autores, que mais seriamente haviam discutido o assunto e examinado a origem do cristianismo, escrever que o culto dos cristãos era o do Sol e não tinha por objecto um homem que outrora existira.

Convenhamos de boa fé em que os que fazem de Cristo um legislador ou um impostor não chegaram a êsse conceito senão por não terem bastante fé para dêle fazer um Deus, nem haverem comparado assazmente a sua fábula com as fábulas solares, para só verem nêle o herói duma ficção sacerdotal.

É dêste modo que se reduzem a ver em Hércules um grande príncipe cuja história foi embelezada pelo maravilhoso, aqueles que não podem admitir as suas proezas como factos verdadeiros nem ver nêle um Deus.

Bem sei que esta maneira de tudo explicar é muito simples e não dá grande trabalho, mas nem porisso nos conduz a um resultado verdadeiro, e nem Hércules é menos o Sol personificado e cantado num poema.

Os tempos em que se diz ter vivido Cristo não são tão remotos de nós como o século de Hércules. Sei isso. Mas quando um êrro se estabeleceu e os doutores tomam à conta de crime a crítica esclarecida, quando forjam livros, ou os alteram e queimam outros, não há já meio de voltar atrás, principalmente após um grande lapso de tempo.

Se há séculos de luz para os filósofos, isto é, para pequeníssimo número de homens, todos os séculos são séculos de trevas para o grande número, especialmente em questões de religião. Avaliemos a credulidade dos povos de então pela impudência dos autores das primeiras lendas. A dar-lhes crédito, êles não ouviram dizer; êles viram o que contam. Como? ! ¿¡ coisas absurdas, fantásticas e que qualquer homem que conheça bem a marcha da natureza sabe que são impossíveis, êles viram-nas? !

Foram simplórios os que escreveram. Eu sei que a lenda é bastante néscia; mas homens suficientemente ingénuos para tudo acreditar ou para dizer que viram quando nada puderam ver não nos oferecem nenhuma garantia histórica. Quanto ao mais, é incontestável que só homens simplóriamente ignorantes e sem educação é que nos poderiam ter deixado os evangelhos. Nêles se reconhece ainda o rasto da impostura. Um dêles, depois de ter escrito pouco mais ou menos o que se encontra nos outros três, diz que o herói da sua lenda operou ainda um sem número doutros milagres com os quais se encheria um livro tamanho que o universo o não poderia conter. [1]

A hipérbole é um tanto forte; ¿mas, como se explica que de todos êsses milagres nenhum tenha chegado até nós, e que os quatro evangelistas se tenham confinado, pouco mais ou menos, no âmbito dos mesmos factos?

¿Não houve astúcia da parte daqueles que nos transmitiram os evangelhos? ¿Não se esforçaram êles por estabelecer uma concordância de feição a mostrar verosimilhança nos relatos de pessoas entre as quais se supõe não ter havido combinações? Pois quê! Há milhares de acontecimentos notáveis na vida de Cristo, ¿e não obstante os quatro autores da história da sua vida são concordes em não falar senão dos mesmos factos? ! Todos os discípulos de Cristo calam os restantes! A tradição e os escritores sagrados emmudecem!

---

1 Evangelho de S. João, cap. 21, vers. 25: *sunt autem et alia multa quae fecit Jesus; quae si scribantur per singula, nec ipsum arbitror mundum capere posse eos qui scribendi sunt, libros.*

Mas há ainda muitas outras coisas que Jesus fêz, e tantas que, escritas uma a uma, julgo que nem o mundo inteiro poderia conter os livros que delas se escrevessem.

N. do T.

O fanfarrão autor da lenda, conhecido pelo nome de S. João contou, de certo, com ser lido apenas pelos bons crentes, que é como quem diz pelos néscios. Em suma, admitir o testemunho dêsses livros como prova da existência de Cristo é dar-se à tarefa de tudo acreditar, porque, se os evangelistas são verdadeiros quando nos dizem que Cristo viveu entre êles, por que motivo não havemos de acreditar que êle viveu como êles no-lo contam, e que a sua vida foi assinalada pelos acontecimentos maravilhosos que tão fàcilmente nos impingem? É por isso que os bons cristãos o acreditam; e se são imbecis, ao menos são coerentes.

Não ignoro a possibilidade dos evangelistas nos enganarem ou dêles próprios se terem enganado nas minudências da vida de Cristo, sem que a existência dêste corresse perigo de não ser considerada um facto; mas, repetimo-lo, ¿como ter confiança, embora àcerca da sua existência, em autores que nos enganam ou se enganam em tudo o mais, principalmente quando se sabe que há uma lenda sagrada cujo herói é o Sol sob o nome de Cristo? ¿Não se é, naturalmente, levado a crer que os adoradores do Sol-Cristo lhe tenham dado uma existência histórica, assim como os adoradores do mesmo Sol sob os nomes de Adónis, Baco, Hércules e Osíris já tinham feito, não obstante os chefes mais sabedores destas religiões saberem bem que Baco, Osíris, Hércules e Adónis nunca haviam existido como homens e eram apenas o deus Sol personificado?

Ninguêm, além disso, tão ignorante nem tão crédulo como os primeiros cristãos, entre os quais sem dificuldade se conseguiu a adopção duma lenda oriental sôbre Mitra, isto é acêrca do Sol, sem que os seus próprios doutores, que a tinham recebido doutros padres mais antigos, suspeitassem de que era o Sol ainda que adoravam. É uma velha fábula rejuvenescida por homens pouco instruídos que se contentaram com juntar-lhes os elementos da moral conhecida pelo nome de doutrina de Cristo, filho de Deus, a quem faziam falar, e cujos mistérios se celebravam havia

já muitos séculos na obscuridade dos santuários, com a simples diferença de nome do objecto dêsses mistérios — Mitra, Adónis, etc. Ter-se-ia podido pôr essa fábula na bôca dêste último, se as aventuras galantes de Adónis, demasiadamente conhecidas, o permitissem. Tornou-se um nome místico do Sol, nome menos conhecido, e vá de lhe aproximar e relacionar acontecimentos dêsse tempo, sem receio da crítica, numa seita em que é um dever sagrado a credulidade.

Em questões de impostura não se pode levar a imprudência mais longe do que a levaram os primeiros escritores cristãos, tanto os que foram fanatizados como os que fanatizavam. Cita-se uma carta de S. Denis o areopagita, atestando que êle e o sofista Apolofanes estavam em Heliópole ou cidade do Sol, na ocasião do pretendido eclipse solar que, em ocasião de lua cheia, isto é, contra todas as leis da natureza, houvera no momento da morte do Sol ou Cristo; por isso é êsse eclipse apresentado como milagre. Afirma êle que viram distintamente a Lua vir colocar-se em frente e por debaixo do Sol, aí permanecer durante três horas, e voltar em seguida para o oriente, ao seu ponto de oposição onde ela se não deve encontrar senão catorze dias depois. Encontrar falsários tão desavergonhados que tal moeda fabriquem, esperando que haja quem lha receba, é prova da existência de grande número de néscios, prontos sempre a tudo acreditar, e portanto prova de que tudo se pode ousar.

Vemos em Flégon [1] um nunca acabar de narrativas maravilhosas que atestam a vergonhosa credulidade dêsses séculos. A história de Dion-Cássio [2] não é menos fecunda

[1] Flégon ou Phlegon, historiador grego, natural da Lídia, viveu no 2.º século da nossa era e escreveu, entre outras obras, as *Crónicas* e um repositório de *Prodígios*.

N. do T.

[2] Dion-Cássio, historiador grego, natural de Niceia, na Bitínia. E' simultâneamente consciencioso e crédulo e a sua história

*

em prodígios de toda a natureza; tudo isto mostra à saciedade quanto era fácil então crer em milagres. Os pretensos prodígios operados por Simão o mago [1] e a fé que se prestava a tamanho tecido de imposturas, anunciam que se estava então disposto a crer tudo entre o povo; ora foi entre o povo que nasceu e se propagou o cristianismo. Se lermos com atenção o martirológio dos três primeiros séculos e a história dos milagres do cristianismo, sentir-nos-emos envergonhados da espécie humana, tão extraordináriamente desonrada pela impostura dum lado e pela credulidade do outro.

E é em tais bases que se pretende apoiar a história e existência dum deus ou dum homem divino, do qual pessoa nenhuma de senso falou, nem escritor algum estranho à seita se ocupou no próprio tempo em que êle deveria ter maravilhado o universo com os seus prodígios. Foi preciso procurar, cêrca de cem anos depois, em Tácito, [2] a etimologia da palavra *cristão*, para provar a existência de Cristo, e interpolar, por piedosa fraude, uma passagem de Flávio Josefo. [3]

---

romana, na parte que se refere aos tempos antigos, está cheia de erros. Viveu entre os anos 155 e 240 da nossa era.
N. do T.

[1] Simão o mago ou mágico, samaritano, converteu-se ao cristianismo. Vendo os apóstolos fazer milagres, quis-lhes comprar o poder de fazer o mesmo. Amaldiçoado por S. Pedro deu-se à magia e ensinou heresias que tiveram grande êxito. Jactava-se de operar prodígios. O nome de *simonia* dado ao negócio pelo qual, a troco de qualquer recompensa temporal, se adquire qualquer coisa santa ou virtude espiritual, vem do nome dêle, em virtude da proposta que se diz ter feito a S. Pedro.
N. do T.

[2] Caio Cornélio Tácito, historiador imparcial e filósofo romano, morreu em 130 ou 134 da nossa era. *N. do T.*

[3] Historiador e general judeu, Flávio Josefo escreveu livros de bastante nomeada, tais como as *antiguidades judaicas* e a *guerra dos judeus entre os romanos*, etc. Morreu no ano noventa e tal da era cristã. *N. do T.*

Se êste ultimo autor houvesse conhecido Cristo, não teria deixado de se lhe referir, de espaço, principalmente porque falaria dum homem que tão importante papel havia desempenhado no seu país. Quando se é obrigado a recorrer a tão desgraçados meios, dá-se bem a conhecer o embaraço em que se está de levar a persuasão aos homens que desejam conhecer a razão da sua crença.

O próprio Tácito, se houvera efectivamente existido na Judeia um homem que se tivesse notabilizado como grande legislador ou filósofo ou como impostor insigne, ¿ter-se-ia acaso limitado a dizer que Cristo morrera na Judeia? Quantas reflexões um homem extraordinário assim condenado à morte não teria fornecido a um escritor filósofo como êle! E' todavia evidentíssimo que Tácito lhe não ligou importância nenhuma e que, para êle, Cristo não era senão uma palavra que dava a etimologia do nome *cristãos*, sectários recentemente conhecidos em Roma e a princípio bastante desacreditados e aborrecidos. Limitou-se pois a dizer simplesmente o que tinha ouvido, segundo o testemunho dos crédulos cristãos, e nada mais.

São pois os cristãos e não Tácito nem Suetónio que, ainda neste passo, nos pretendem servir de garantia.

Compreendo que se fará valer a crença universal dos adoradores de Cristo, que de século em século lhe testemunharam a existência e os milagres, como também testemunharam os de muitos mártires e santos cujos actos miraculosos todavia ninguêm crê já hoje. Mas eu já fiz observar, ao falar de Hércules, que a crença de muitas gerações, em assuntos de religião, não provava absolutamente nada mais do que a credulidade dos que lhe prestam fé, e que Hércules não deixava de ser o Sol, apesar do que dêle os gregos diziam e acreditavam.

Um grande êrro propaga-se ainda mais fácilmente que uma grande verdade, porque crer é mais fácil do que raciocinar, e porque os homens preferem o maravilhoso do romance à simplicidade da história.

A admitir o critério da fé, bastaria opor aos cristãos a

crença firme de todos os povos antigos e modernos nos milagres e nos oráculos das respectivas religiões para provar a verdade delas, mas suspeito de que os cristãos não admitem semelhante prova. Faremos portanto o mesmo quando se tratar da sua. ¿Quem será o juiz desta causa? O bom senso e não a fé numa opinião recebida, por mais generalizada que esteja.

Seria destruir todos os fundamentos da história, dizem, não acreditar na existência de Cristo e na veracidade das narrações dos seus apóstolos e dos escriptores sagrados; mas o irmão de Cícero [1] dizia o seguinte: Seria destruir todos os fundamentos da história negar a verdade dos oráculos de Delfos.

Sempre desejaria que os cristãos me dissessem se acreditam ou não que subvertem os fundamentos da história quando combatem êsses pretendidos oráculos, e se o orador romano teria acreditado que subvertia os fundamentos da história, negando a verdade das profecias do cristianismo, supondo que elas lhe eram conhecidas. Cada qual defende a sua quimera e não a história.

Nada houve ainda mais universalmente espalhado e durante mais tempo crido que a astrologia, e todavia nada houve também que tivesse base mais frágil nem resultados mais falsos. A astrologia marcou com o seu sêlo quási todos os monumentos da antiguidade; nada faltou às suas predições senão a verdade, e não obstante o universo creu nela e ainda crê.

O próprio Cícero prova a realidade da adivinhação, com grande número de factos que êle refere em apoio da sua afirmação, e principalmente pela crença universal. Acrescenta êle que essa arte remonta à mais longínqua antiguidade; que não há povo que não tenha tido os seus oráculos, os seus adivinhos, os seus augures, os seus profetas; que não tenha dado crédito aos sonhos, aos sortilégios, etc.

Tudo isto é verdade; ¿mas que concluir daqui? Que a credulidade é, no homem, doença antiqüíssima, epidemia inveterada que alastrou por todo o género humano, e que o mundo se divide em duas classes: a dos velhacos que dirigem e a dos néscios que se deixam dirigir. Igualmente se provaria a realidade das avantesmas, lobisómens e almas do outro mundo pela antiguidade e universalidade dessa opinião, e os milagres de S. Roque [1] e de Esculápio [2] pelas oferendas depositadas nos seus templos.

A razão humana tem limites muito acanhados. A credulidade é abismo sem fundo que devora tudo quanto nele se quere lançar e nada repele. Eu não acreditarei pois a verdade da sciência augural pelo facto de se me dizer que Áccio Návio, para provar a infalibilidade dessa sciência, convidou Tarquínio a lembrar-se de qualquer coisa que êle (Áccio) deveria fazer, e que, tendo Tarquínio pensado que o mesmo Áccio cortaria um seixo com uma navalha, o augure imediatamente o fêz. Uma estátua que se erigiu na praça pública perpetuou a lembrança do prodígio e atestou a todos os romanos a infalibilidade da arte dos augures.

As faixas ou cueirinhos de Cristo e bem assim a madeira da sua cruz não provam mais a sua existência do

---

1 Refere-se a Quinto Túlio Cícero, irmão do grande orador Marco Túlio Cícero. *N. do T.*

1 S. Roque de Montpelier, viveu no século XIII. Distribuiu os seus haveres pelos pobres e foi para a Itália, onde grassava a peste. Deu-se a tratar dos doentes e contraíu o mal que, porisso, ficou conhecido pelo nome do mal de S. Roque. Não querendo comunicar o mal a ninguem, retirou-se para o isolamento, escondeu-se; descoberto, porêm, pelo cão dum gentilomem chamado Gotardo, este recolheu-o e curou-o. *N. do T.*

2 Filho de Apolo e deus da medicina. Foi educado pelo centauro Quiron que lhe deu o mais perfeito conhecimento de todos os símplices. Adoravam-no sob a forma de serpente, principalmente em Epidauro. *N. do T.*

que a pègada de Hércules verifica a existência dêste herói, ou do que as colunas erguidas na planície de S. Denis provam que S. Dinís aí tenha passado segurando nas mãos a cabeça. Eu verei em S. Denís, ou em Dionísio, o antigo Baco da Grécia e o Osíris do Egipto, cuja cabeça viajava todos os anos das margens do Nilo até Biblos, como a de Orfeu sôbre as águas do Hebro, [1] e é agora a ocasião de ver até que ponto a impostura e a ignorância conduzem o povo quando o padre se lhe apossou do espírito.

Os gregos adoravam Baco sob o nome de Dionísio ou Dinís. Era êle considerado o chefe e o primeiro autor dos seus mistérios, assim como Eleutério. [2] O último nome era também um epíteto que lhe davam e que os latinos traduziram por *Liber*. Celebravam-se em sua honra duas festas principais: uma na primavera, e a outra na estação das vindimas. Esta última era uma festa rústica e celebrada no campo ou nos campos; opunham-na à festa da primavera, celebrada na cidade, e por isso chamada *urbana*.

A estas festas acrescentaram um dia em honra de Demétrio, rei da Macedónia, que tinha a sua côrte em Pela, perto do gôlfo de Tessalónica. Baco era o nome oriental do mesmo deus. As festas de Baco deviam pois ser anunciadas no calendário pagão por estas palavras. *Festum Dionysii, Eleuterii, Rustici.* Os nossos bons avós fizeram daqui tres santos: S. Dinís, Santo Eleutério e S. Rústico, seus companheiros. Como, no dia anterior, liam *Festum Demetrii*, colocaram, na véspera de S. Dinis, a festa de S. Demétrio, do qual fizeram mártir de Tessalónica. Diz-se ainda que foi Maximiano [3] quem o mandou matar em conseqüência do seu desespêro pela morte de Lieu; ora Lieu ou *Lyaeus* é um nome de Baco, assim como Demétrio.

[1] Rio da antiga Trácia. É hoje o rio Maritza.
N. do T.

[2] Palavra grega que significa livre, libertador, conservador, etc.
N. do T.

[3] Aurélio Valério Maximiano, cognominado o Hércules, imperador do Ocidente, foi dos mais ferozes perseguidores dos cristãos.
N. do T.

Colocaram na ante-véspera a festa de S. Baco, do qual se fez também um mártir do Oriente.

Assim, aqueles que se quiserem dar ao trabalho de lêr o calendário latino ou a folhinha que dirigem os nossos padres na comemoração dos santos e na celebração das festas, aí verão a sete de outubro, *Festum sancti Bacchi;* a oito, *Festum sancti Demetrii*, e a nove, *Festum sanctorum Dyonisii, Eleutherii et Rustici.* Dêste modo se fizeram santos os vários epítetos ou denominações diversas do mesmo deus, Baco, Dyonísio ou Dinis, *Liber* ou Eleutério. Êstes epítetos transformaram-se em outros tantos companheiros de Baco.

Vimos, na nossa explicação do poema de Nono, que Baco desposou zéfiro ou vento brando, que tem o nome de *Aura* ou ninfa *Aura*. Pois bem! dois dias antes da festa de S. Dinis ou Baco, celebra-se a de Aura Plácida ou zéfiro com os nomes de *Santa Aura* e *Santa Plácida*.

De modo parecido a fórmula de saudação do ano novo ou de anos felizes, *perpetua felicitas*, deu origem a duas santas: *Santa Perpétua* e *Santa Felicidade*, ou *felicidade duradoura*, que se não separam na invocação. Rogar e dar, ou *rogare* et *donare* transformaram-se em S. Rogaciano e S. Donaciano, que também se não separam, exactamente como acontece a *Santa Felicidade* e *Santa Perpétua*.

Festejaram-se juntamente Santa Flora e Santa Lúcia ou Santa Luzia, ou sejam flor e luz. Santa Bibiana teve a sua festa na época em que os gregos procediam à abertura do vinho novo, isto é à cerimónia das Pitoégias. [1] Santa Apolinária festejava-se alguns dias depois daquele em que os romanos celebravam os jogos apolinários. Até os próprios

[1] Pitoégias ou Pitégias, de *pithos*, tonel e *oigein* abrir, eram as festas de abertura dos tonéis; dedicavam-se a Dionysos ou Baco.
N. do T.

idos[1] do mês tiveram de transformar-se numa santa, a Santa Ida. A verdadeira face ou o rosto de Cristo, *vera eicon* ou icónica veio a dar a Santa Verónica.

A bela estrêla da Corôa, *Margarita*, colocada por cima da serpente de Ophiucus[2] deu em Santa Margarida, aos pés da qual se representa uma serpente ou um dragão. Celebra-se-lhe a festa poucos dias depois do ocaso cósmico desta estrêla, isto é poucos dias depois dela desaparecer no horisonte juntamente com o Sol.

Festejou-se igualmente Santo Hipólito, arrastado pelos seus cavalos, precisamente como acontece ao amante de Fedra, filho de Teseu. Diz-se que os restos mortais ou ossadas dêste último foram transportadas da ilha de Sciros para Atenas, por Cimon. Ofereceram-se sacrifícios a essas pretendidas relíquias, como se fôra o próprio Teseu que voltasse a esta cidade. A solenidade realizava-se todos os anos em oito de novembro. Pois o nosso calendário marca no mesmo dia a festa das Santas Relíquias.

Está-se a ver que o calendário pagão e os seres físicos ou morais nêle personificados entraram em grande parte, sem encontrar muitos nem grandes obstáculos, nos calendários cristãos.

Não levarei mais longe estas reflexões, porque o meu fim, nesta obra, não é dar relêvo a tôdas as inadvertências de ignorância nem à impudência da impostura, mas sim reconduzir a religião cristã à sua verdadeira origem, patentear-lhe a filiação, mostrar o laço que a prende a tôdas as outras e provar que ela também está confinada no âmbito da religião universal, ou do culto prestado à natureza e ao Sol seu principal agente.

Terei conseguido o meu fim se houver convencido um

---

1 Ídos eram, no calendario romano, os dias 13 ou 15 de cada mês. *N. do T.*

2 Constelação também chamada Serpentário. *N. do T.*

pequeno número de leitores (a multidão abandono-a aos padres), e se lhes parecer provado que Cristo não é senão o Sol; que os mistérios da religião cristã teem por objecto a luz como os dos persas ou de Mitra, como os de Adónis, de Osíris, etc., que essa religião só difere de tôdas as outras religiões antigas pelo nome, pelas formas e alegorias diferentes, sendo, porêm, no fundo absolutamente a mesma, e finalmente que um bom cristão é também um adorador do astro origem de toda a luz.

Tudo isto pôsto, que teimem em crer na existência dum Cristo que não é já o da lenda nem os dos mistérios, que isso pouco nos importa. Não sentimos a necessidade dêsse segundo Cristo pois que seria absolutamente estranho ao herói da religião cristã, isto é àquele cuja natureza temos interesse em determinar. Quanto a nós pensamos que êsse segundo Cristo jamais existiu e estamos em que mais dum leitor judicioso será da nossa opinião, admitindo que Cristo, como homem, não foi mais real do que o Hércules dos doze trabalhos.

Acreditamos que muitos haverá que, admitindo as nossas explicações sôbre a essência dos mistérios do cristianismo, persistirão em fazer de Cristo ou um legislador ou um impostor, porque, antes de nos haverem lido, já dêle tinham formado essa ideia, sendo certo que é sempre difícil desalojar ideias preconcebidas. Como a filosofia dêstes últimos não passará daí, não perderemos tempo em mais longos arrazoados para lhes dar a convicção da ausência absoluta de provas verdadeiramente históricas, que possam conduzir à crença de que tenha Cristo existido como homem.

Há finalmente grande número de homens tão mal organizados, que tudo acreditam excepto o que o bom senso e sã razão lhes ditam e que andam precatados da filosofia como o hidrófobo se precata da água. Êstes não nos lêem nem nos dão cuidado, porque, repetimo-lo, não é para êles que escrevemos; o seu espírito é pasto dos padres, como os cadáveres o são dos vermes. Escrevemos única-

mente para os amigos da humanidade e da razão. O resto pertence a outro mundo; o seu próprio deus lhe diz que *o seu reino não é dêste mundo,* isto é do mundo em que se raciocina, e acrescenta que *bem aventurados os pobres de espírito porque dêles é o reino dos céus.*

Deixemo-los pois com as suas quimeras e não invejemos aos padres tal conquista. Prossigamos o nosso caminho sem nos determos a contar o maior ou menor número de votos que se podem obter quando se arrosta a credulidade, e, depois de pôr a nú o santuário em que o padre se encerra, não esperemos que êle convide a que nos leiam aqueles a quem burla. Basta-nos que uma feliz revolução [1] que deveria ter sido feita (e nêsse intuito ela se fêz realmente) em proveito simplesmente da razão os coloque na impossibilidade de prejudicar ou de arrancar aos escritores as vergonhosas retratações de Buffon.

CAPÍTULO X

Do culto e das opiniões religiosas considerados nas suas relações com os deveres do homem e com as suas necessidades

Não é bastante ter feito ver quais foram os verdadeiros objectos do culto de todos os povos, ter analisado as suas fábulas sagradas consignadas em poemas e lendas, e ter provado que a natureza e os seus agentes visíveis, assim como as inteligências invisíveis que se supunham residir em cada parte do mundo para lhes dirigir os movimentos,

1 Refere-se o autor à revolução francesa de 1789.
N. do T.

constituíram o assunto de todos os cantos sôbre a divindade e a base do sistema religioso de tôdas as nações do universo. O culto considerado em si mesmo deve também ser matéria de sério exame. O mal que as religiões teem feito ao mundo é suficientemente grande para que nos sintamos autorizados a preguntar a nós próprios se convêm conservar ou proscrever essas instituições.

A influência que exercem na política e na moral, na felicidade e na desgraça do homem em particular e das sociedades em geral, é demasiadamente universal e demasiadamente acentuada para que de ânimo leve se abandone aos padres o direito de governar os homens, de lhes modificar à vontade as suas inclinações, o seu discernimento, o regímen da sua vida, e principalmente de lhes enxovalhar a razão.

A religião em tudo se imiscui. Apodera-se do homem no momento em que êle sai do seio materno, preside à sua educação, põe o seu sêlo nas mais importantes obrigações que êle possa contrair na sua vida, cerca-lhe o leito da morte, e segue-o ainda para além da morte pela ilusão da esperança e do mêdo.

Pressinto que basta a proposta de examinar se é ou não é necessária uma religião, para revoltar muitos espíritos, porque sei que as religiões lançaram no mundo raízes muito amplas e muito profundas. E' portanto como que loucura pretender hoje arrancar a árvore antiga das superstições, à sombra da qual quási toda a gente julga ter necessidade de repousar. Por isso também não é intuito meu tentá-lo. Dá-se com as religiões o que se dá com essas doenças cujos gérmens os pais vão transmitindo aos seus descendentes durante longa série de séculos, e para debelar as quais a arte quási não oferece remédios. E' um mal tanto mais incurável, quanto nos faz temer os próprios meios que o poderiam curar. Todos ficariam satisfeitos com um homem que libertasse para sempre a espécie humana do flagelo das bexigas, mas nunca se perdoaria àquele que pretendesse libertá-lo do das religiões, que teem feito à

humanidade um mal infinitamente maior e que formam uma lepra vergonhosa que se agarra à razão e a fana.

Mas embora haja pouca esperança de curar de tal delírio geral a nossa espécie, é contudo permitido ao filósofo examinar a natureza e os caracteres dessa epidemia; e se não pode preservar dela a grande maioria dos homens, dar-se-à já por feliz se lhe consegue subtrair um pequeno número de atilados.

Seria combater muito vantajosamente as religiões reunir numa só obra todos os crimes e todas as superstições de que os padres as envolveram entre todos os povos e em todos os séculos. Uma história filosófica dos cultos e das cerimónias religiosas e do predomínio dos padres sôbre as diferentes sociedades, seria o quadro mais aterrador que o homem possuiria das suas desventuras e do seu delírio. Poupar-lhe-ei essa humilhação; apenas farei, a propósito, um leve esbôço, sem lhe revelar a vergonha das suas fraquezas, a não ser que a necessidade do meu assunto me obrigue a pôr-lhe deante dos olhos o espelho por demais fiel da sua estúpida credulidade. Ocupar-me-ei, pois, com o exame das bases fundamentais do culto em geral, sem me demorar nos pormenores das práticas absurdas e cerimónias ridículas ou criminosas que as religiões freqùentes vezes teem recomendado.

É tríplice o objecto das religiões: a divindade, o homem e a ordem social: a divindade à qual se presta homenagem, o homem que lhe recebe a protecção e a sociedade que se supõe precisar dêsse laço. Examinemos até que ponto chega a solidez desta base tríplice de qualquer culto, isto é, se Deus, se o homem e se a sociedade precisam das instituições religiosas.

A natureza ou a fôrça desconhecida que a move, seja qual fôr o nome que se lhe dê, parece-me demasiadamente grande para exigir que o homem se apouque, se rebaixe a fim de que ela se torne mais majestosa, e demasiadamente rica para que tenha necessidade de que êle a presenteie. Que o homem curve respeitosamente a fronte

para a terra ou que levante a cabeça e os olhos para o céu; que junte e êrga as mãos ou dobre os joelhos; que cante ou medite em silêncio, ¿ que importa isso à divindade? Que seja homem de bem; é essa a única homenagem que ela espera dêle.

¿ Que necessidade tem Deus do sangue dos bodes e dos touros? Com efeito, ¿ que pode o homem fazer em favor daquele que tudo faz? ¿ Que poderá êle dar a quem dá tudo? Reconhece dêsse modo a sua dependência, dizem. Pois quê?! ¿ Tem êle porventura necessidade dêsse sinal exterior para reconhecer a sua inteira dependência da natureza? ¿ Acaso ficará menos subordinado à fôrça imperiosa que domina tudo pelo facto de a confessar ou deixar de a confessar? ¿ Poderá êsse escravo fugir ao seu senhor? ¿ Não é evidente que o homem, que deu aos seus deuses as feições dos mortais, que lhes conferiu as suas inclinações e os seus próprios vícios, julgou que também êles tinham êsse orgulho que faz a alegria dos tiranos à custa do aviltamento do vassalo a quem obrigam a arrastar-se-lhes servilmente aos pés?

Só a tremer de mêdo alguêm se aproxima dos déspotas do oriente ou dos seus ministros; ninguêm na sua côrte é admitido senão quando leva presentes. Segundo o mesmo critério se julgou que ninguêm se devia aproximar dos altares e dos templos dos deuses, senão levando oferendas.

O homem tratou a divindade do mesmo modo por que se trata o homem poderoso que nos obriga a reconhecer a sua superioridade, e exige homenagens por querer esmagar no coração dos seus semelhantes a ideia de igualdade que o humilha. ¿ Mas pode acaso admitir-se em Deus tal sentimento e semelhante necessidade? ¿ Tem êle receio de rivais?

Depois, se o culto, considerado simples homenagem e puro acto de reconhecimento, não é senão supérfluo, talvez que devesse subsistir entre os homens se êles se limitassem à expressão simples de admiração e profundo respeito que nêles imprimem o quadro do universo e o espec-

táculo admirável dos efeitos produzidos por uma causa tão desconhecida como maravilhosa a que dão o nome de Deus. Mas o homem não ficou por aí; e, ainda que o tentasse, o padre não lho consentiria nunca.

É o padre que envenena o incenso que se oferece aos deuses e ensina a venerá-los por meio de crimes. Se o selvagem alguma vez se limitou a impelir o fumo do tabaco para o astro que adorava; se o árabe queimou no altar do Sol os deliciosos perfumes que cresciam nas suas areias; o druida, nas suas florestas, degolava homens para agradar aos deuses; o cartaginês imolava crianças a Saturno, e o cananeu queimava vítimas humanas junto da estátua do seu deus Moloc. ¿É então de cultos assim que os homens ou os deuses precisam?

Desde que os deveres que a religião impõe são sagrados, se ela é absurda ou atroz, as mais ridículas superstições e os mais espantosos crimes tornam-se deveres. Os mexicanos tinham ídolos amassados com sangue de criancinhas, viuvas e virgens que haviam sido sacrificadas e cujos corações se tinham apresentado ao deus Vitzliputzli. Viam-se no templo dêste deus muitos troncos de árvores que suportavam perchas nas quais estavam enfiados os crâneos das desgraçadas vítimas da superstição, vítimas que em ocasião de solenidade eram sempre imoladas em grande número.

Nestas cruéis festas, eram seis sacrificadores encarregados da horrenda função de sacrificar aos deuses milhares de cativos.

Estendia-se sucessivamente cada vítima sôbre uma pedra aguda; um dos padres prendia-lhe a garganta numa golilha de madeira; quatro outros lhe prendiam os pés e as mãos; o sexto, armado duma faca muito larga e afiada, apoiava o braço esquerdo no estômago da vítima, e, abrindo-lhe o peito com a mão direita, arrancava-lhe o coração que logo apresentava ao Sol para lhe ofererecer o primeiro vapor exalado da víscera. No México um só sacrifício custava a vida às vezes a vinte mil prisioneiros.

Havia também uma festa em que os padres arrancavam

a pele a muitos cativos e revestiam com elas outros tantos sacerdotes subalternos, que se espalhavam por todos os bairros da cidade, a dançar e a cantar. Era-se obrigado a presenteá-los dalgum modo, e essa cerimónia medonha era para os padres uma fonte de riqueza.

No Perú, os antis sacrificavam aos seus deuses, com muita solenidade, aquêles que julgavam dignos desta funesta honra. Depois de terem despojado a vítima, amarravam-na apertadamente a um poste e golpeavam-lhe o corpo com pedras cortantes. Em seguida cortavam-lhe nacos de carne, a gordura das pernas, das coxas, das nádegas, etc., que os homens, as mulheres, as crianças devoravam com avidez, depois de se haverem pintado o rosto com o sangue que corria das chagas. As mulheres friccionavam com essa carne as extremidades dos seios e davam em seguida de mamar aos seus filhos de colo. A estas horrendas carniçarias davam os antis o nome de sacrifícios.

Não levarei mais longe a exposição dos assassinatos religiosos cometidos entre os diferentes povos a pretexto de prestar homenagem à divindade e honrá-la com um culto. Basta que tais horrores tenham sido cometidos uma só vez e que possam ainda reproduzir-se na seqüência dos séculos, para sentir todas as horríveis conseqüências do estabelecimento dum culto, quando se não é senhor de lhe sustar os abusos, porque o homem julga que tudo lhe é permittido quando se trata de honrar a Deus.

Sei muito bem que as nossas religiões modernas não são tão atrozes nos seus sacrifícios; ¿mas que me importa a mim que seja sôbre o altar dos druídas ou nos campos da Vendeia [1] que se jugulem os homèns em honra da divindade e por espírito religioso? ¿Que importa que os queimem nas

[1] Departamento marítimo de França. As guerras da Vendeia foram provocadas principalmente pela constituição civil do clero decretada pela assembleia legislativa. Os vendeanos, realistas e católicos até ao excesso, ligados fanáticamente aos seus padres, deram que fazer à França revolucionária. Tinham por di-

aras de Moloc ou os atirem às fogueiras da inquisição? O crime é sempre o mesmo, e as religiões que a êles nos conduzem não são porisso menos funestas à sociedade. Seria ultrajar Deus, supô-lo cioso de tais homenagens. Mas, se lhe repugna o culto que tanto sangue custa à humanidade, ¿pode acaso acreditar-se que êle deseja o que nos degrada a razão e que o obriga a êle próprio a descer, por encanto, a um pouco de massa, à vontade do intrujão que o invoca? ¿Aquele que ao homem deu a razão, como o dom mais belo que poderia fazer-lhe, exigirá porventura que o homem o avilte pela mais estúpida credulidade e pela cega confiança nas fábulas absurdas que em nome da divindade lhe impingem?

Se Deus tivesse querido outro culto que não fôsse o que pela prática da virtude se lhe presta, êle próprio teria gravado em nosso coração as regras dêsse culto, que, certamente, não teria sido nem absurdo nem atroz, como o são quási todos os cultos.

Mas não foi a divindade que ordenou um culto ao homem; foi o próprio homem que o imaginou em seu próprio benefício. E o desejo e o medo, mais do que o respeito e o conhecimento, deram origem a todos os cultos. Se os deuses ou os padres em seu nome nada prometessem, em breve os templos ficariam desertos. Em geral, as religiões têm um carácter comum que consiste em estabelecer uma correspondência entre o homem e os seres invisíveis chamados deuses, anjos, génios, etc., quere dizer entre seres criados pelo próprio homem para explicar os fenómenos da natureza.

O fim de tal correspondência é interessar êsses diferentes seres na sorte do homem e obter dêles auxílio para as suas necessidades. Os agentes dessa correspondência

---

visa *Deus e Rei* e foram naturalmente inimigos encarniçados da obra da Revolução Francêsa.

N. do T.

são homens astutos e sagazes que se chamam padres, mágicos e outros impostores que se nos dizem íntimos confidentes e órgãos das vontades supremas dos seres invisíveis.

Tal é o fundamento de todo o culto e de tôda a religião que põe o homem em relação com os deuses, e a Terra com os céus. Por outras palavras: Todo o culto organizado e exercido por intermédio dos padres tem por base uma ordem social de seres invisíveis, encarregados de conceder auxílios quiméricos por intermédio de velhacos. E aqui está, em geral, a que se reduz o culto religioso entre todos os povos. E eu pregunto: ¿Que necessidade podem ter as sociedades de crêr em semelhantes erros e proteger a impostura? ¿que teem, com isso, ganho os particulares? que lucram com isso os estados?

Examinemos sôbre que bases se procurou assentar um preconceito tão universalmente difundido como aquele que supõe entre o céu e a Terra outra correspondência além da acção das causas físicas independentes do homem, correspondência que põe os deuses às ordens dos padres e dos rezadores.

Qualquer sistema de culto se funda na opinião duma providência que se imiscui, ou directamente ou por intermédio de génios e agentes secundários, em tôdas as minúcias da administração do mundo e das coisas humanas, e à qual podemos dar a direcção que mais útil julgarmos para nós, participando-lhe as nossas precisões, invocando-a nos perigos, e comunicando-lhe os nossos desejos. O homem julgou-se o ponto central, para o qual se dirigiam tôdas as atenções da natureza. E isto por um êrro muito semelhante àquele que o levava a acreditar que a Terra era o centro do universo.

O sistema de Copérnico[1] destruíu êste último precon-

---

[1] Astrónomo polaco (1473-1543). Não obstante as opiniões de Pitágoras e seus discípulos que admitiam o movimento da Terra em volta de si mesma, a opinião corrente na antiguidade,

*

ceito, mas o primeiro subsiste e serve de base ao culto religioso. O homem julgou e julga ainda que tudo para êle se fez, que tudo o que não contribui para a sua felicidade ou a ela se opõe é uma irregularidade da natureza e um sono da Providência, sono do qual é possível despertá-la por meio de cantos e preces, conseguindo-se igualmente interessá-la por dons e oferendas. Se o homem se tivesse colocado no seu verdadeiro lugar e se não tivesse ignorado esta verdade, talvez humilhante do seu orgulho, que êle está agrupado na classe dos animais, a cujas necessidades a natureza provê por meio de leis gerais e invariáveis, e sôbre os quais êle só tem a vantagem do génio criador das artes que lhe valem na sua miséria e afastam ou reparam os males que êle pode recear ou experimenta, se o homem se tivesse colocado no seu verdadeiro lugar, jàmais teria procurado nos seres invisíveis um apoio que só nêle próprio devera encontrar, no exercício das suas faculdades intelectuais e no auxílio dos seus semelhantes. Foi a sua fraquêza e ignorância dos seus verdadeiros recursos que o entregaram à impostura que lhe prometeu auxílios cuja garantia única foi a mais vergonhosa credulidade humana. Assim se explica o facto de serem as mulheres, as crianças, os velhos e os doentes, ou sejam os seres mais fracos, os mais religiosos. Entre êles o raciocínio decresce à proporção que se lhes enfraquece o corpo. O homem, em caso de necessidade, agarra-se ávidamente a quaisquer aparências de esperança que se lhe apresentem; é o doente que experimenta quantos remédios o charlatanismo lhe ofe-

---

ainda no tempo de Copérnico e até muito depois, estava de acôrdo com o sistema de Ptolomeu, segundo o qual a Terra, imóvel, era o centro do universo. Copérnico concebeu um sistema muito mais simples: o Sol ocupa o centro do universo, e giram em tôrno dêle a Terra e todos os planetas. Os satélites, acompanhando os respectivos planetas primários na sua revolução em volta do Sol, giram também imediatamente em tôrno dêles; assim a Lua gira em torno da Terra, e acompanha-a em torno do Sol.

rece; é o desgraçado marinheiro que, tendo naufragado, lança a mão à mais pequena prancha que flutua, procura o apoio de tudo quanto o cerca, e se agarra ao flexível ramo, e à frágil raiz que orla a costa.

Homens astutos souberam aproveitar-se dêste sentimento, proveniente da nossa fraqueza, para se tornarem poderosos nas sociedades. Redigiram, e deram-lhe o nome de ritos e cultos, o código da impostura que continha, afirmavam êles, meios certos e eficazes para obter a protecção dos deuses, de quem êles pretendiam ser os orgãos e os ministros. Tal foi a origem dos mágicos, dos padres, intermediários do homem e da divindade; dos augures e dos oráculos, intérpretes dos segredos divinos; e em geral de todos aqueles que, em nome dos deuses, criaram para si a profissão de enganar os homens para viverem à sua custa.

Foi uma das invenções mais lucrativas dos padres entre todos os povos, e muitos séculos hão-de passar, antes que abandonem êsse ramo de comércio no qual tôdas as despesas estão a cargo da credulidade, e todos os proveitos são recolhidos pela impostura.

Por mais alto que subamos na origem dos tempos, por mais longe que lancemos a vista por sôbre a Terra, por tôda a parte e sempre vemos o homem esperar das suas orações ou das dos seus mágicos e dos seus padres, dos seus sacrifícios e das suas oferendas, ou das suas cerimónias misteriosas, socorro que não recebe nunca mas que procura incessantemente. ¡ Quanto pode nêle o império da ilusão e da impostura!

As nações mais selvagens que não são bastante ricas para pagar a padres, e sustentar o luxo religioso, teem os seus mágicos que pretendem, pela fôrça dos seus encantamentos, curar as doenças, atrair a chuva para os campos, fazer soprar os ventos que se lhes pedem, e obrigar a natureza a alterar as suas leis conforme os desejos dos homens. Foram êles que se arvoraram em intermediários entre o homem e os poderes invisíveis que governam o

mundo. Os padres, noutros lugares, encarregaram-se das mesmas funções e criaram fórmulas de preces e de invocação, procissões e cerimónias que tendem ao mesmo fim e operam, a acreditá-los, idênticas maravilhas. Porque os nossos padres, embora pela rivalidade de profissionais excomunguem os mágicos, fazem, em nome do seu deus, as mesmas promessas, e tem fórmulas de orações contra o granizo, contra a estiagem, contra as chuvas, contra as epidemias, e dizem missas para fazer achar o que se perdeu. A crendice popular é rica mina cuja posse todos disputam.

O estabelecimento de tal êrro não foi difícil porque, desde que a tôdas as partes activas da natureza se atribuíu vida e inteligência desde que elas se povoaram de génios encarregados das várias partes da administração do mundo, não devia dar grande trabalho persuadir os homens de que êsses génios eram capazes de amor e ódio, e animados de todas as paixões que se podem suscitar e abrandar conforme a necessidade, e de que, em suma, era possível tratar com êles como se trata com homens de categoria e com os ministros e depositários dum grande poder.

Tal foi a origem do culto e das cerimónias que tinham por fim fazer que os deuses acorressem em socorro dos homens, apasiguar a divindade e torná-la propícia.

«Depois que o agricultor, diz Plutarco, empregou todos os meios que em si próprio encontrou para remediar os inconvenientes da estiagem, do frio e do calor, dirigiu-se aos deuses para obter o auxílio que não estava no poder humano, tal como o leve orvalho, um calor brando, um vento moderado, etc.»

De igual modo se procedeu para afastar os furacões e o granizo que assolam os campos; para conjurar as tempestades que agitam violentamente os mares, e fazer cessar os grandes flagelos que afligem os homens: as fomes, as epidemias, etc.

As causas de todos êstes efeitos desastrosos estão na natureza; por isso o homem a ela se dirigiu ou aos génios

incumbidos de administrarem para que dêsses efeitos o livrem; e como os mágicos e os padres se diziam os depositários dos seus segredos, a êles se recorreu como se fôssem os orgãos ou os ministros visíveis das vontades dos deuses. O padre foi tudo o que era a natureza; colocou-se entre o homem e os deuses, e muitas vezes a êstes se substituíu e esmagou o homem com o pêso do seu poder monstruoso. Assim é que os gangas ou padres de Angola e do Congo se dizem os deuses da Terra, cujas produções passam por ser um dom do seu sumo pontífice, e porisso os negros lhe oferecem as primícias dessas produções. Faz-se persuadir o povo de que se deixasse de existir o pontificado, a Terra se tornaria esteril e o mundo acabaria.

Desde o papa que se faz beijar respeitosamente o pé, desde o Gran-Lama que faz adorar os próprios excrementos, até ao mais reles pelotiqueiro, todos os agentes da impostura religiosa teem mantido o homem na mais vergonhosa dependência do seu poder, embalando-o com as mais quiméricas esperanças. Não há um só ponto na Terra onde o homem tenha podido esconder-se bastante para se furtar às ilusões e ao prestígio de que êsses charlatães se cercam perante todos aqueles que prestam ouvidos às suas mentirosas promessas. Confundirei muitas vezes os padres com os augures, com os oráculos e com os mágicos, pois que todos exercem o seu império em nome dos deuses e dos poderes invisíveis.

Os habitantes da ilha de S. Domingos tinham os seus *Butios* que se diziam confidentes dos deuses, depositários dos seus segredos e perscrutadores do futuro. Consultavam em público os Zemés ou ídolos das divindades subalternas, encarregadas de mandar a chuva e de derramar sôbre os homens os bens que lhes pediam. Um longo tubo com uma das estremidades na estátua, e a outra oculta num folhame espêsso, servia de conduto às respostas que os caciques ordenavam que os Zemés haviam de dar, para se conseguir o pagamento dum tributo e a sujeição dos vassalos. O Butios recebia as oferendas que se apresentavam aos

Zemés e guardava-as para si, sem contudo garantir as promessas feitas por intermédio do órgão do Zemés.

Pregunto eu: ¿É a essa religião que se referem quando dizem que é necessária uma religião ao povo? A minha pregunta é tanto mais fundamentada quanto é certo que quase tôdas as religiões se parecem umas com as outras, a êste respeito, com pequenas diferênças. Todos os povos teem os seus Butios, embora lhe deem nomes diferentes.

Os caraíbas teem os seus Boiés, que fazem falar os ídolos conformemente aos seus desejos, e invocam êsses ídolos para obter a cura das doenças, para que êles se interessem pelo êxito dos seus projectos e tomem a si o cuidado das suas vinganças. Em tôda a parte se procurou tornar os deuses cúmplices dos crimes ou loucuras dos homens, ligando-os aos interesses dos adoradores, por intermédio de orações e dádivas.

O sacerdote Crisés, em Homero, roga ao seu deus que o vingue, e uma epidemia destrói todo o acampamento dos gregos.

Dócil às vontades de Josué, o deus dos judeus faz parar o Sol no seu curso a fim de prolongar a duração duma carnificina que a luz dêsse astro deve alumiar.

Os sicien-thô ingénuamente crêem que, por meio de sacrifícios, possuem o poder de fazer cair a neve do céu quando lhes apraz perder os seus inimigos.

Todos os povos da Europa teem feito preces públicas pelo êxito das armas na guerra contra a liberdade francesa, e apesar disso os franceses, os únicos que não as faziam, ganhavam as batalhas.

Os habitantes do Canadá teem os seus charlatães, ou coisa parecida, que estão em trato com os espíritos e dêles recebem a arte de curar as doenças. Quando um selvagem está ferido, prepara um festim e manda chamar o charlatão. Êste chega, examina o doente, expulsa-lhe do corpo o espírito que lhe causa a doença.

¿Não temos nós também os nossos éxorcistas, que expulsam o espírito maligno do corpo dos possessos? ¿E não

se repetiam essas farças todos os anos na chamada quinta feira-santa, na Santa-Capela de Paris? Não se negará ao menos que a função de exorcista faz parte das chamadas ordens menores que se conferem aos nossos charlatães católicos. E entre nós não se reputa isso uma superstição, mas uma função muito religiosa. ¿Será então essa a religião que nos é precisa?

O charlatão canadiano, depois de ter exposto os seus medicamentos, invoca o deus do céu e da Terra, os espíritos do ar e dos infernos, depois desata a dançar com toda a fôrça, e aplica em seguida o seu remédio. Isto prende-se, é verdade, com a magia; ¿mas qualquer religião que, por intermedio dos padres, faz descer do céu quaisquer auxílios sôbre a Terra, não é porventura um ramo de magia? ¿Que é o culto com as suas cerimónias e pompa, senão charlatanismo em ponto grande? ¿Que seja um padre da Samotrácia, um bonzo da China, um mágico da Escandinávia que vendam vento aos navegantes, ou Calchas [1] que o prometa aos gregos, não serão todos igualmente impostores visto que prometem, em nome dos deuses, o que não está em suas mãos conceder?

Os habitantes da Virgínia teem os seus sacerdotes aos quais se dirigem para lhes obterem as chuvas necessárias. Fazem êsses padres achar as coisas perdidas e possuem a arte de tornar propícias as divindades que presidem aos ventos e às estações.

Os da Flórida possuem o seu Jonas, que pede ao Sol que haja por bem abençoar os fructos da Terra e conservar a esta a sua fecundidade. Teem visões e comunicação intima com a divindade. E' ao Jonas que o Paraústi [2] consulta quando planeia alguma empresa militar, e dêle recebe a resposta dos deuses.

---

[1] Calchas, adivinho célebre dos tempos heróicos; desempenha um papel importante nos poemas de Homero.

[2] Parausti é o nome que os habitantes da Flórida davam aos seus príncipes ou chefes.

¿ Não tinha igualmente a Grécia o seu oráculo de Delfos, não tinham os judeus os seus profetas, e os romanos os seus arúspices, os seus augures, intérpretes das vontades dos deuses?

Entre os chineses, o imperador Tchoam-Hong tinha junto a si um bonzo que se jactava de mandar nos ventos e nas chuvas. Os reis associaram-se sempre aos padres para enganar os homens e mais facilmente os sujeitar. Foi dêste modo que os reis de França, ainda os mais viciosos, faziam milagres; e, apenas ungidos de óleo santo, curavam as escrófulas.

O rei de Loango passa por ter a virtude de fazer chover. Atira uma frecha ao céu numa cerimónia à qual todo o povo assiste. Se nesse dia chove, de toda a nação se apossa uma alegria delirante.

Entre nós fazem-se procissões e preces de quarenta horas para o mesmo fim, mas tem-se sempre o cuidado de esperar que o tempo mude para ajudar o milagre. E ainda isto é culto; porque se é superstição, preguntarei: ¿ Quem traça a linha divisória que separa isso do que pròpriamente se chama religião? Sim, por que é nos templos e pelos padres, em nome de Deus, que tudo isso é feito.

Os sacrifícios, diz a por de mais célebre imperatriz Ouchê, que se oferecem ao céu, à Terra e aos espíritos, não tem por objecto senão atrair as prosperidades e afastar as desgraças. Tirai aos deuses êste poder, ¿ e aos sacrifícios a virtude de nos tornarem os deuses propícios, e que será do culto?

Cublé-Can sacrifica aos deuses para lhes pedir longa vida para si, sua mulher e filhos e para os seus gados, voto importantíssimo num país em que tôdas as riquezas consistem em rebanhos.

Um imperador da China compôs uma obra sôbre agricultura, na qual emprega três capítulos conversando com os seus povos acêrca do que se deve fazer para afastar êsses castigos do céu que destroem e soterram as searas.

Virgílio, nas Geórgicas, aconselha o sacrifício dum bode a Baco, e a celebração de festas em honra dêste deus, para obter boas vindimas. Prescreve igualmente sacrifícios em honra de Ceres, e ordena aos lavradores que passeiem três vezes a vítima em volta dos campos, para que a deusa proteja as searas. ¿ Os três dias de rogações ou ladaínhas, ordenadas pelos nossos católicos, não terão por ventura o mesmo fim? ¿ Não é igualmente pelos bens da Terra que se pede nas quatro têmporas, ou quatro estações, festas que se encontram quási por toda a parte na antiguidade?

Os chineses teem os seus sacrifícios das quatro estações, que antigamente se realizavam sôbre quatro montes situados segundo a direcção dos quatro pontos cardiais. Na primavera, sacrificava-se no monte de leste, para rogar ao céu que olhasse pelas sementeiras confiadas à terra. No solstício do verão na montanha do sul, para se obter um calor benigno; no outono no monte de oeste, para a destruição dos insectos; e no inverno para agradecer ao céu os benefícios que tinha concedido, e pedir-lhe mais para o ano seguinte. Porque o reconhecimento do homem é sempre interesseiro. Agradeço-vos para que me deis mais.

O Tchen-Yu, chefe tártaro, reunia o povo perto dum bosque, e aí juntos sacrificavam ao deus tutelar dos campos e da semente, e davam voltas em tôrno do bosque. Tchan-Tçum, depois de longa estiagem, faz sacrifícios para obter chuva. Os gregos e os romanos invocavam Júpiter pluvioso.

Os tártaros mandchus sacrificam ao céu à menor epidemia que ameace os cavalos. Cublé-Can, quando sacrificava aos deuses, derramava pelo solo vasos cheios de leite de égua, esperando que os deuses o viriam beber, e que essa oferenda os empenharia a tomar cuidado pelos rebanhos.

Mas isso são superstições, dir-se-á. ¿ Mas haverá, porventura, uma só religião que não tenha superstições pouco mais ou menos equivalentes e que se não sustente principalmente à custa delas no espírito do povo? ¿ Não será superstição a que faz acreditar a milhões de homens, que a divindade passa para uma espécie de obreia quando sôbre

esta se pronunciam algumas palavras místicas? O que o filósofo chama superstição, chama o padre acto religioso, e nele baseia o seu culto. ¿Não será o padre que mantêm todas as superstições, ainda as mais absurdas, porque são lucrativas e lhe conservam o povo na dependência, tornando necessário, em quási todos os momentos da nossa vida, o *munus* sacerdotal? Não é moralidade nem virtude o que o povo pede ao padre, mas sim bençãos, orações e auxílio nas diferentes necessidades; e o padre tem remédios para tudo. Basta, para convicção, ler o ritual dos padres católicos; nêle se verá que o mais impudente dos feiticeiros não faz promessas mais ousadas nem tem fórmulas mais variadas de orações para alívio dos nossos males.

Religião que não procurasse ou não prometesse algum auxílio ao homem não faria carreira. O pão nosso de cada dia nos dai hoje e livrai-nos do mal, dizem os cristãos ao seu deus. E todo o culto, em última análise, a isto se reduz.

É o habitante de Ilinois que todos os dias se vai lavar ao rio e que, depois de ter deitado na cabeça água e areia, reza ao seu Deus, e lhe diz: «Meu Deus, dai-me hoje arroz e inhame; dai-me escravos e riquezas; dai-me saúde.» Também êle tem os seus feitiços e invóca-os nas diferentes necessidades. É sôbre o altar do feitiço que êle coloca potes vazios quando pede chuva, um sabre ou um punhal para alcançar a victória, e um pequeno escôpro quando tem precisão de vinho de palmeira. Se o ídolo o não atende, recorre ao adivinho, para fazer o *toquê*, cerimónia pela qual tudo se obtêm dos deuses. Os negros de Juída teem igualmente os seus feitiços. Dirigem-se a determinadas árvores, grandes, para obter a cura das doenças e, nesse intuito, fazem ofertas de massa de milhete, de milho e de arroz, porque todo o culto é um verdadeiro negócio entre o homem e os deuses, negócio em que o padre é o intermediário. Os selvagens, durante as tempestades, fazem presentes ao mar, ordenam o sacrifício de um boi, e lançam no mar, o mais longe que podem, um anel de ouro. Os gregos sacrificavam um touro a Neptuno, deus do mar, e uma ovelha à tempestade.

Invoca-se a serpente feitiço nas grandes chuvadas e nas grandes estiagens, para obter boas colheitas e fazer cessar as epizootias. Os romanos, em certo tempo de peste, mandaram procurar a serpente de Epidauro, e construíram-lhe um templo numa ilha do Tibre.

O soberano pontífice do culto dêsse grande feitiço exige ofertas contínuas para a sua serpente; e quando elas não abundam, ameaça a região de ver perdidas as searas. O povo então priva-se do necessário para apaziguar a cólera da serpente divina. Ora aí está ainda uma religião bem útil; mas a quem? ao padre e não ao povo.

Os habitantes de Loango possuem multidão de moquissos ou ídolos de divindades que passam por distribuir entre si o império do mundo. Uns velam pela conservação das colheitas, outros protegem os animais, muitos ocupam-se da saúde dos homens, conservam as heranças e as fortunas e conduzem a bom termo os negócios. Os habitantes prestam culto a êsses diversos ídolos, para dêles obterem os bens que cada um lhes pode dar.

¿E não temos também nós os nossos santos, cada qual com sua virtude ou propriedade especial, e que o povo invoca segundo as suas diferentes necessidades? As orações da liturgia dos persas dirigem-se ao anjo de cada mês ou de cada dia do mês e que se invoca para obter os bens que êle pode dispensar.

Os insulares de Socotorá invocam a Lua para que lhes dê boas colheitas e chuva nos tempos de seca. Os egípcios oravam a Ísis e convidavam o Nilo a descer aos campos. Os habitantes da Formosa teem deuses dos quais uns protegem os guerreiros, outros velam pelas sementeiras; êstes teem impérios sôbre a saúde e a doença; aqueles protegem a caça, as casas, etc. Os selvagens igualmente possuem ídolos que invocam em favor duma pesca feliz, porque cada arte, cada necessidade, cada paixão tem o seu deus. Os jambos no Japão expulsam os espíritos maus e

prometem curar das doenças por meio de um pedaço de papel sôbre o qual traçam alguns caracteres, colocando-o em seguida sôbre o altar do seu ídolo.

Os sectários da religião de Fó adoravam um dêdo do seu pretendido deus; expunham-no, como reliquia, de trinta em trinta anos, e nessa ocasião publicava-se que o ano seria dos mais abundantes.

Tôdas as relíquias consagradas nos templos católicos, e expostas à veneração do povo passam por ser dotadas de alguma virtude. ¿E não se chegam a fazer peregrinações no intuito de as interessar pela cura de algum mal ou receber delas algum favor? O relicário de Santa Genoveva era descido com grande cerimónia em tempos de calamidade e nas doenças dos reis. Bojudos frades, bem nutridos, viviam dêsse charlatanismo, e vendiam pãezinhos que se davam depois aos doentes para os curar. ¡E que enorme concorrência Santa Genoveva não atraía ao seu templo, numa nação tão esclarecida como a França! Lá se ia em procissão, para se obter a chuva ou bom tempo, conforme o de que se precisava. ¿Não se viu o povo de Paris em pêso ir agradecer-lhe a tomada da Bastilha em que ela não tomou parte absolutamente nenhuma, e que, pelo contrário, trouxe a revolução, cujo efeito foi destruir-lhe o culto e queimar-lhe as ossadas em plena praça da Grève?

Não vejo que o povo civilizado difira muito do selvagem em questões de culto. Só há diferença na forma; o fim é sempre o mesmo, isto é, interessar a natureza e os génios que se julgam presidir às suas operações, na realização dos desejos do homem. É êste o fim de todo o culto. Tirai ao povo a esperança e o receio, e a sua religião desaparecerá.

Nunca os homens são mais piedosos do que quando são pobres, doentes ou infelizes. Foi a necessidade, mais do que o reconhecimento, que erigiu os altares dos deuses. « É por Pluto ou deus das riquezas, diz Crémilo em Aristófanes, que Júpiter reina; é por êle que se fazem sacrifícios. » Por isso, desde que Pluto enriqueceu grande nú-

mero de homens, lastima-se Mercúrio de que os deuses não recebam já oferendas nem ouçam preces. Um sacerdote na mesma comédia, observa que outrora, quando os homens eram pobres, o templo se enchia de adoradores e de presentes. Mas hoje, diz êle, ninguêm lá se vê, exceptuando alguns desavergonhados que lá entram de passagem para fazer porcarias. Por isso, acrescenta o padre, vou dizer adeus a Júpiter.

Eis uma noção justa do padre de todos os países. Não se preocupa com o serviço dos seus altares senão quando êles se enchem de dádivas e o povo julga necessitar da interferência sacerdotal para obter o auxílio do céu. Tirai aos homens a credulidade em suas promessas e desaparecerão os altares, os padres, e portanto o culto. E' ela a base do sistema religioso entre todos os povos.

Dêste modo o culto, fundado na opinião falsa e completamente absurda de que por promessas e dádivas se conseguem interessar na felicidade humana a natureza ou os sêres invisíveis que em vez dela se colocam, para nada é preciso. E na verdade, ¿haverá nada mais falso e absurdo do que imaginar que a divindade está postada como sentinela, pronta a escutar todas as necedades que passam pela cabeça de quem lhe dirige orações, daqueles cujos votos, na sua maior parte, só exprimem desejos insensatos, ditados pelo interesse particular, que se isola sempre do interesse geral para o qual tende a providência universal?

¡Que absurdo, admitir um deus infinitamente bom e que todavia só faz o bem depois de muito instado, solicitado e a isso determinado por preces e oferendas! ¡Como para mim são mais de estimar êsses povos que nenhuma prece dirigem ao Deus bom porque supõem que êle, de sua própria natureza e sem intervenção de reza nenhuma, é levado a fazer o bem! ¡Que contradição, admitir um Deus que vê e conhece tudo, e que todavia quere que o homem o advirta e esclareça acêrca daquilo de que precisa; ¡um Deus cujos decretos são dirigidos por uma sabedoria eterna

e que todavia os modifica e altera a cada momento, conforme o interesse daquele que lhe pede!

Todas estas suposições entram necessáriamente em qualquer sistema de culto que tem por objeto levar a divindade a fazer o que um mortal deseja e de o interessar na sua sorte sem que seja por via da administração universal do mundo, sôbre a qual Deus não toma certamente conselho do homem. Deus ou a natureza provê à subsistência de todos os animais por uma administração geral; loucura seria esperar que êle a alterasse em nosso favor. Move-se a máquina segundo leis constantes e eternas, e o homem, com vontade ou sem ela, é levado nesse movimento. Quem lhe disser outra coisa engana-o; é impostor. Cabe ao homem, cuja vida é efémera, sofrer, como os outros animais, as leis imperiosas do grande ser, do ser eterno e imutável que se chama Deus. E' esta uma noção justa que sem receio nenhum se lhe deve dar.

Não só esta opinião é a única verdadeira mas tem, além disso, a vantagem de melhor se conformar com a majestade divina, e colocar Deus e o homem cada qual no devido lugar. Apesar disso, foi para honrar a divindade que se criou essa providência de minúcias, sem preocupação com o papel ridículo que se lhe incumbiu. E' Minerva que apanha o chicote dum herói de Homero. E dêste modo vem Deus a ser o confidente dos mais extravagantes votos, o ministro de todas as vontades, de todas as paixões dos homens. E quantas vezes se não há-de êle ver embaraçado para a todos contentar, visto como com freqüência pede um o que necessariamente vai prejudicar outro.

Tal campo de solo sêco e árido, precisa de chuvas repetidas que iriam prejudicar o campo vizinho. ¿Qual dos dois proprietários favorecerá o céu? Seria caso para corar de ser Deus, ao contemplar o quadro estranho que dêle fizeram os diversos povos, e as acções e as paixões que se lhe atribuíram.

Sinto que eu próprio cairia no ridículo se mais longe

levasse estas reflexões sôbre quanto é absurdo o sistema que põe a divindade por assim dizer às ordens dum mortal, que cria tantos deuses quantas as paixões e necessidades do homem, até imaginar o deus *Crépitus.* [1] Certamente seria então o homem e não a divindade quem governaria o mundo, pois que ela lhe obedeceria.

Só pode isto dizer-se ao homem de bom senso. Quanto aos outros, nada pode subtraí-los ao império tirânico dos padres. Não falo neste momento senão aos que, assim como eu, estão convencidos de que as rezas e as promessas dos mortais não podem mudar nem alterar coisa alguma na marcha eterna e constante das leis da natureza; de que tudo é arrastado na rápida corrente que ninguêm consegue suspender, e à fôrça da qual o homem tem de obedecer quer o queira quer não, sem esperança de que Deus a detenha em seu favor.

¿Qual é, nesta suposição, pregunto eu, o efeito dum culto que tende a tornar o céu dócil à voz do homem, e a fazer descer sôbre êle os auxílios da causa universal ou do mundo que eu chamo Deus? Se é verdade, como o diz Cícero, que todo o culto se baseia únicamente na opinião em que o homem está de que a divindade se preocupa com êle e está disposta a correr em seu auxílio nas diversas precisões da vida, ¿que será do próprio culto quando ficar provado, pelas mais simples reflexões e pela experiência, que as orações e as promessas dos mortais jamais conseguirão mudar o curso da natureza; que as ofertas que se levam aos templos só aproveitam aos padres; e que as preces dirigidas aos deuses só são úteis àqueles a quem se paga e ricamente se dota para que orem?

Sei que procuro aqui destruir uma grande ilusão; ¿mas para que alimentar sempre de quimeras o homem? ¿E en-

---

[1] Ridícula divindade à qual parece que se prestava culto entre os Egípcios.

N. do T.

tão a verdade uma carga tão pesada? ¿ Será mais de temer a sua luz do que as trevas do êrro?

Deixemo-nos de ilusões sôbre a nossa posição na natureza. Pertence-lhe, a ela, mandar; a nós, sujeitar-nos às suas leis. Estamos doentes? Não é nos templos, não é junto dos altares, não é nas fórmulas de orações compostas pelos padres que devemos procurar remédio; é à medicina que devemos recorrer. Se os médicos não podem, os padres podem menos. A confiança que se deposita no socorro da religião, pela prece e pelas promessas, não só nos degrada a razão, mas tem ainda o inconveniente de nos tornar menos activos na procura dos remédios que a medicina pode fornecer e de nos lançar numa segurança funesta, porque a esperança do auxílio do céu nos priva freqüentemente do socorro da terra.

Morreu nas ondas tal marinheiro, que teria escapado se manobrasse em vez de rezar, e se tivesse procurado salvar-se por sua agência própria, pelo seu próprio trabalho, em vez de se abandonar à graça de Deus e de invocar a Virgem ou S. Nicolau.

¡ Quantos *ex-voto* pendentes das paredes dos templos não foram antes devidos à sorte e a um feliz acaso, em lugar de o serem ao santo ao qual foram oferecidos, provando, por isso, não o poder do santo, mas a estúpida credulidade daqueles que o invocaram! Colocou a natureza na fôrça do homem, na sua prudência, e no uso de todas as suas faculdades, os meios de conservação e de felicidade que lhe são permitidos. Fora desta esfera tudo é ilusão; portanto, o culto, cujo objecto essencial é fazer descer a protecção divina, tornar o céu dócil aos nossos desejos e ligar a sorte do homem à acção de génios invisíveis que se podem captar por meio de preces e dons, o culto é monstruosidade, é quimera que se precisa destruir por todos os modos que a sã razão fornece para confundir as obras da impostura. É êsse o dever do filósofo, do amigo da humanidade, e principalmente de uma sábia legislação. A sociedade degrada-se quando o homem perde a proeminência sôbre os outros animais, e essa proeminência perde-a o homem desde que deixa que se lhe corrompa a razão.

Digamos-lhe, pois, se êle se inquietar por causa das colheitas, da conservação de sua fazenda e saúde, que não foi a trôco do sacrifício da razão que a divindade quis que êle fôsse rico e feliz, mas sim pelo bom uso que da razão faria; que o Sol não perderá o seu calor nem a sua luz; que o céu não deixará de derramar chuvas fecundas durante a primavera, nem o estio de amadurecer as searas, nem o outono de amadurecer os frutos, embora se não dirijam mais preces ao Eterno e se não dotem mais aqueles que se dizem órgãos e ministros da divindade.

A revolução francesa pôs, ao povo, esta verdade em tôda a sua evidência. Banamos da sociedade todos aqueles que procurariam convencê-la da opinião contrária para a continuarem a subjugar.

Há um só culto que pode convir ao homem e agradar à divindade: é o que a Deus se presta pela beneficência e prática das virtudes, e êsse culto não tem necessidade de intermediários entre o Ser supremo e o homem. Nele deve ser cada qual o seu próprio sacerdote e trazer em seu coração o altar puro sôbre o qual, a cada instante, sacrifique ao grande Ser que todos os outros contêm na sua imensidade. Descansemos sôbre êle do cuidado de prover às nossas necessidades.

Se o homem julga ainda necessários mais altares, que seja o reconhecimento, mais do que o interesse, que os erija; mas que saiba que Deus não tem precisão de incenso, nem de gordura de touros.

Contemple o homem com admiração a natureza, mas não se lisonjeie de que ela jamais altere as suas leis em favor dêle. E contudo é isso que lhe prometem aqueles que procuram persuadi-lo de que, por votos e preces, conseguirá obter os bens desejados e afastar os males temidos. É êste o grande crime de que são culpados para com as sociedades aqueles que primeiro difundiram essa falsa dou-

*

trina e, por meio das instituições religiosas e políticas lhe deram reputação tal, que já hoje não é fácil nem seguro dissuadir os homens.

É preciso, repete-se todos os dias, que o povo tenha uma religião, e, por êste termo, entende-se uma que tenha padres, ministros, templos, altares, fórmulas de preces, e acalente o homem com falsas esperanças, persuadindo-o de que a divindade o escuta e de que está pronta a voar em seu auxílio, por pouco que êle saiba pedir-lhe.

É essa religião que, diz-se, consola o homem nas suas infelicidades e lhe vai alimentando a esperança; é bárbaro arrancar-lhe uma consolação que o padre lhe oferece em todos os seus males, e abandoná-lo sózinho, sem outro apoio que não seja êle próprio e os seus semelhantes, à natureza que o formou e o domina. Ah! ¿que importa que êle reze ou que durma? A natureza fará a sua obra, e só o padre terá que perder quando já lhe não reclamem os seus serviços.

É à charrua e aos estrumes que o lavrador tem que recorrer para a obtenção de ricas searas. Eis toda a magia dêsse camponês que se acusava de sortilégio para tornar férteis os seus campos. Toda a opinião contrária a esta assenta em base falsa; e, em caso nenhum, se tem o direito de enganar o seu semelhante; de outro modo, a divindade precisaria, para se garantir do respeito dos homens, de se apoiar num sistema de impostura, ideia que me revolta, porque a ultraja. Dêste modo considerada, a religião é uma instituição não sómente inútil, mas absurda.

Eu sei que vão responder-me que, se a divindade não precisa do culto dos mortais para fazer o homem tão feliz quanto êle o pode ser, precisam dêle as sociedades, e que as religiões foram inventadas, não para a divindade, na qual a prece nada influi, e que tudo dispôs e tudo quis sem nos consultar, mas para os homens; que a moral e a legis-

lação não poderão subsistir senão quando tenham por base uma religião; que os legisladores e os filósofos não conseguirão, sem se associarem aos padres, dirigir convenientemente os homens.

Aqui a impostura acoberta-se com um véu mais especioso. Não são já os campos que se pretendem fertilizar invocando os céus; foram as sociedades que quiseram manter-se e aperfeiçoar-se fazendo intervir os deuses.

Eu poderia responder desde já que se pode muito bem separar a primeira ideia da segunda; que se pode e até deve estabelecer uma filiação entre as leis sociais e as naturais, entre a justiça humana e a que se chama divina, não sendo esta senão a razão eterna, e que para isso não há necessidade dum Júpiter, que dá chuva quando lha pedem; nem dum Esculápio, que cura quando se dorme no seu templo; nem dum deus Pan, que vela pela conservação dos rebanhos; nem duma santa Genoveva, que concede chuva ou bom tempo. E todavia, para o povo, isto não constitui um abuso, mas a parte fundamental da religião, o que ela tem de mais importante; porque se não vê religião sem culto, nem se concebe culto que não ligue a Terra ao céu pela transacção comercial de orações e auxílios. Eis o fundo de todas as religiões. É essa a religião que por toda a parte se reproduz e que eu sustento ser, pelo menos inútil ao homem; essa a que agenciou imensas riquezas e tão extraordinário poder conseguiu para os padres de todos os países, que cobriu o globo de templos e altares; essa a que originou todas as superstições que desonram a espécie humana. É essa finalmente que um filósofo ainda hoje não pode atacar, sem que passe por homem sem probidade e sem moral, e sem receio de ser proscrito.

Mas longe de separar estas duas ideias, isto é, a religião que socorre da que moraliza, tem-se tolerado e até fortificado a primeira com todas as suas superstições, com mêdo de destruir a opinião da existência dum Deus que pune e recompensa, e a da sua vigilância sôbre todas as acções dos homens. Quis-se que Deus não sómente se

occupasse de todas as nossas necessidades, mas espiasse também todos os nossos passos e se encarregasse de premiar ou punir todos os actos da nossa vontade, conforme êles estivessem de acordo ou se opusessem ao plano de legislação que cada legislador tivesse concebido.

Daqui resultou que muitas vezes a divindade se achou encarregada de castigar actos que pareciam ditados pelo bom senso, actos que eram simples seqüência das leis naturais, ou de punir aqui o que noutra parte premiava, pois cada legislador tornou Deus fiador dos seus dogmas e vingador nato da infracção das suas leis, por mais absurdas e ferozes que estas fôssem. Robespierre teve também o seu Eterno, cujos altares eram os cadafalsos, e cujos algozes eram os padres. Também êle, nos seus últimos discursos, declamou contra a filosofia, e sentiu a necessidade de se ligar a uma religião. Para consolidar o seu monstruoso poder, fez declarar a alma imortal e decretar a existência de Deus.

Moisés, Zoroastro, Numa, Minos, etc., todos deram leis em nome da divindade, e, por mais dissemilhantes que elas fôssem, em toda a parte era Deus o seu autor, o seu apoio e o seu vingador. Assim, a religião veio na verdade a ser um grande instrumento de política, e todos os legisladores a puseram ao serviço dos seus intuitos.

Foi isto que fêz dizer a vários filósofos de que fala Cícero, que todos os dogmas religiosos haviam sido imaginados pelos antigos sábios para dirigirem aqueles a quem a razão não era bastante para conter, ou, por outras palavras; não se acreditaria podê-los dirigir bem, sem o meio factício da religião. Noutros termos ainda: estava-se então convencido, como ainda hoje, de que é precisa uma religião ao povo.

Esta confissão é já muito para nós, pois que se reconhece que a religião, na sua origem, ou pelo menos no uso que dela se entendeu dever fazer, deve ser colocada no número das outras instituições políticas.

Resta-nos agora examinar se havia o direito de recorrer à ilusão para estabelecer o império da justiça e da verdade; se se ganhou muito em o fazer, e quais os meios empregados para o conseguir, e não nos será difícil provar que a religião não é mais útil aos bons costumes e à legislação, do que o é para dar chuva ou bom tempo; conclusão: que não é precisa.

Já convictamente eu disse, embora o meu assêrto possa aqui ser considerado um paradoxo por aqueles que pensam que a moral do estadista nem sempre pode ser a do filósofo, eu já disse, acreditei e creio ainda que ninguêm tem o direito de enganar o seu semelhante, seja qual fôr o interesse que daí se espere tirar, e ainda menos o tem de estabelecer um sistema geral de impostura para tôdas as gerações.

Assim, a meu ver, Numa não passa dum desprezível charlatão, quando finge ter conferências secretas com a ninfa Egéria, e quando, para amoldar os romanos à servidão, estabelece pontífices, augures e todos êsses diversos sacerdócios que mantiveram o povo de Roma na dependência dos grandes que, durante muito tempo, foram os únicos que podiam ser admitidos àquelas funções.

Outro tanto digo do legislador dos judeus, que tinha entrevistas com o Eterno. O seu povo foi, para tôdas as outras nações, objecto de zombaria pela sua estúpida credulidade, visto que Moisés procurou, desde o princípio, fazer depender toda a sua organização social das vontades da divindade que êle, sempre que lhe aprouve, fêz falar. De facto o legislador dos judeus assentou a sua moral na ilusão artificiosa, numa como influência mágica e nas purificações legais; costumou o judeu a crer em tudo, de tal modo que judeu e homem crédulo vieram a ser sinónimos.

A verdade é um bem a que todos os homens teem igual direito pelas leis da natureza. Roubá-la ao seu semelhante é crime que só pode explicar-se pela perversidade do coração do homem que engana. Se esta máxima é verdadeira para os particulares, ¿¡ como o não deve ser, e

por muito mais forte razão, para os chefes das sociedades, encarregados de lançar os fundamentos da moral pública?!

Estabelecer como princípio da organização social a necessidade duma religião, ou, o que dá na mesma, a necessidade de enganar o povo pelas ficções sagradas e pelo maravilhoso que as acompanha a tôdas, a fim de mais fácilmente o dirigir, é autorizar a impostura quando ela se torna útil. Ora eu pregunto aos autores de igual doutrina até onde contam êles ir com ela. Igualmente lhes pregunto se, para os chefes das sociedades, existe uma moral à parte tirada de fontes diferentes daquelas donde se tira a dos simples cidadãos, e se não receiam ter imitadores nos contratos particulares, quando o contrato público se acha infectado de semelhante vício.

Póde ir-se longe com tais máximas. Foi por isso que os reis se habituaram a possuir, para seu uso, uma moral que não era a dos seus vassalos, e os padres se costumaram a seguir, no seu procedimento, regras diferentes das que prescreviam ao povo. Se a religião é uma verdade e um dever, não deve ser incluída no número dos instrumentos puramente políticos; é um dever sagrado imposto a todos os homens; é indispensável a todos e não sómente ao povo. Se ela não é senão uma instituição política, como aqui se reputa, modificada segundo as necessidades sociais, não deve ser apresentada ao povo, sob outro aspecto; deve ser, como todas as leis, obra da sua razão ou da razão dos seus representantes, se os tem.

Mas neste caso a ilusão desfaz-se. Não é já religião, porque toda a religião nos liga a uma ordem de coisas superior ao homem; são simplesmente leis ou é moral, e em caso nenhum devem revestir-se do maravilhoso para se impor; devem antes derivar toda a sua fôrça da sua cordura e utilidade, da energia do poder que os manda executar, e da boa educação que, para tal fim, prepara os cidadãos.

Antes de haver livros e padres, a natureza tinha dado

ao homem o gérmen das virtudes que o tornam sociável; antes de se haver imaginado um inferno, havia já homens de bem. Havê-los-á ainda quando já ninguém no inferno acreditar. Foi da fraqueza do homem que a natureza fêz nascer o sentimento da necessidade de se apoiar no seu semelhante e de respeitar os laços do contrato que o une aos outros homens. Fazer intervir o céu na grande obra da civilização é enganar os homens; e quando se enganam, aquele que o faz deve temer irritar aquêle em nome do qual os engana.

Dizer que se podem governar as sociedades sem padres e sem religião parecerá sem dúvida um paradoxo, como outrora teria parecido paradoxo pretender ganhar batalhas sem o auxílio da auriflama de S. Dinis e do pluvial de S. Martinho.

Mas, ainda quando se concedesse aos chefes das sociedades o espantoso privilégio de envenenar a razão de tantos milhões de homens com os erros religiosos, não deixaria de ser falso, apesar disso, dizer que tal meio contribuíu para a felicidade das sociedades, estando aliás bem longe de ser um laço necessário entre elas. Bastaria desenrolar aqui o quadro dos crimes cometidos em todos os séculos e entre todos os povos em nome da religião, para convencer os mais zelosos partidários dessa invenção política, de que a soma dos males que ela originou excede, em muito, o pouco bem que pôde fazer, se algum fêz; e a natureza e destino do bem é não poder derivar senão das fontes puras da verdade e da filosofia.

Sem falarmos agora dos bárbaros sacrifícios ordenados pela religião dos druídas, pela dos cartagineses e dos adoradores de Moloc, nem das guerras religiosas dos antigos egípcios por causa duma íbis, dum gato ou dum cão; pondo de parte as dos siameses por um elefante branco; sem relatarmos aqui todos os crimes das côrtes, que se diziam cristãs, dos sucessores de Constantino; sem revolvermos as cinzas das fogueiras da inquisição; sem nos rodearmos das sombras lastimosas de tantos milhares de franceses degola-

dos na S. Bartolomeu [1] e no tempo das dragonadas reais, [2] ¡quantos quadros pungentes de assassinatos cometidos em nome da religião a revolução francesa nos não patenteou aos olhos! Tomo-vos por testemunhas, ó ruínas fumegantes da Vendeia, onde os padres consumavam o sacrifício do seu deus de paz sôbre montões de cadáveres ensanguentados, onde, com um crucifixo na mão, prègavam o assassinato e a carnificina e se dessedentavam com o sangue dêsses heróicos franceses que morriam pela defesa da sua pátria e das suas leis.

Se a população das vossas belas regiões está quási inteiramente destruída, se o viajante já aí não encontra senão ossadas, cinzas e ruínas, ¿a quem atribuir essas desgraças senão aos padres, que não separam nunca a sua causa da causa da religião, e que arrasariam o universo para conservar as suas riquezas e o seu poder? ¿Poder-se-ão, depois de tantos crimes, excluir as religiões do número dos maiores flagelos, visto que delas, ao menor pretexto, se serve o padre para cometer e ordenar a chacina?

Mas isso são abusos da religião, dir-se-á. Oh! ¿que me importa a mim quando tudo é abuso numa instituição política ou se os abusos são conseqüência necessária da sua existência? São os padres, diz-se ainda, que fazem o mal. Sim, mas vós não quereis a religião sem padres; quereis, conseqüentemente, todos os males que os ministros do culto fazem às sociedades que fanatizam.

---

[1] Foi em 1572, a 24 de Agosto, dia em que se celebra a festa de S. Bartolomeu, que, no reinado de Carlos IX, se realizou a matança dos huguenotes. Diz-se que o próprio rei, duma janela, atirava sôbre os reformados que, espavoridos, procuravam onde refugiar-se.

N. do T.

[2] Tem na história êste nome os vexames e ultrages infligidos aos calvinistas no tempo de Luis XIV, com o fim de estabelecer a unidade religiosa em França. Eram êsses ultrages e vexames directamente praticados pelos soldados da cavalaria, chamados dragões, e daí o nome de dragonadas. *N. do T.*

É pois falso que seja mais útil enganar os homens do que instruí-los, que a religião seja um bem, e que a filosofia, que não é outra coisa senão a razão esclarecida, seja um mal. Sem dúvida, para aqueles que enganam e vivem dos frutos da impostura, é perigoso que o povo seja ilustrado; mas não o é nunca para o povo. Se assim não fôsse, a verdade e a razão seriam dons funestos para o homem, apesar do sábio os ter sempre incluído no número dos maiores bens.

¡Quantas desgraças não tem causado à humanidade essa velha máxima adoptada pelos chefes das sociedades e que ainda hoje se perpetua, a máxima de que é preciso que o povo tenha uma religião, ou, o que significa o mesmo, que é de recear que o povo se instrua, que há verdades que seria perigoso revelar-lhe, que é preciso roubar-lhe a razão para o impedir a êle de vos roubar algumas peças do vil metal!

¿¡E quem tais coisas diz esqueceu, porventura, que o povo se compõe de homens todos iguais perante a natureza e que não deviam adquirir superioridade uns sôbre os outros senão pelo uso da sua razão, pelo desenvolvimento das suas faculdades intelectuais e pelas suas virtudes?! Não é a instrução do povo que se deve recear — só os tiranos a temem — mas sim a sua ignorância; é a ignorância que o entrega a todos os vícios e ao primeiro opressor que procura sujeitá-lo. A moral ganhará muito mais envolvendo-se em todas as luzes da razão do que revestindo-se das trevas da fé. Foi no próprio coração do homem que a natureza gravou o quadro dos seus deveres. Que o homem desça a êsse santuário, que nele escute em silêncio a voz da divindade, porque é aí que ela transmite os seus oráculos. O seu mais belo altar é o coração do homem de bem, e não se é homem de bem quando se engana o seu semelhante.

Se a religião desse os bons costumes, os povos entre os quais ela está mais em vigor, isto é, os povos devotos seriam os mais honestos e de mais profunda moralidade.

Ora isto não é assim, e não o é porque tudo o que depende da ilusão e da influência sobrenatural só pode alterar o sentimento puro da virtude em vez de o fortificar. A impostura não tem o direito de prestar o seu falso colorido aos dogmas sagrados da moral natural. Só esta encontra a sua origem, a sua fonte, no próprio seio da razão eterna que rege o mundo; só ela deve ser escutada e seguida; tudo quanto se lhe adicionar só poderá corrompê-la; associá-la a máximas estranhas e tiradas duma ordem sobrenatural é enfraquecer-lhe os laços, precisamente porque tais máximas não são aquelas que a natureza e a razão reconhecem. ¡ Como eu tenho em pouco a probidade daquêle que, para ser honesto, precisa que o enganem e de acreditar no inferno!

O povo, à medida que se instrui, e cedo ou tarde se instrui, vai perdendo depressa as suas virtudes artificiais, e, uma vez quebrado o encanto, é difícil reconduzi-lo aos seus deveres, quando se lhe não fêz perceber que a base dessas virtudes já êle, ao nascer, a tinha gravada no coração, e quando ela se lhe foi procurar num mundo ideal em que já não crê. Desde êsse momento desconfia da impostura de que sabe ter sido lôgro, e até da filosofia de que sempre o aconselharam a que desconfiasse. Persuade-se de que são falsas as bases das virtudes, porque efectivamente o eram aquelas sôbre as quais as tinham feito assentar. Deixa de ter moralidade se a crença na religião lhe desaparece, quando inteiramente faz depender a moral da religião; e deixa de crer na religião quando já não presta fé aos contos absurdos que com o nome de religião lhe impingem; porque parece que o absurdo e o maravilhoso são o carácter distintivo de tôdas as religiões e que se não pode ser probo sem ser néscio.

Quando tal revolução se opera nas opiniões do povo, porisso que êste nunca separou a moral dos dogmas em que já não crê, ¡ que dilúvio de males não inundam as sociedades, que vêem de repente quebrarem-se os laços velhos e gastos com os quais se havia pretendido unir todo o sistema social!

Nêsse terrível momento, se o novo govêrno, em seus actos, não é duma grande moralidade; se a boa fé e a mais severa justiça não presidem às suas operações; se as instituições públicas não veem servir de esteio ao novo edifício; ¿como não será para recear que um povo que envelheceu sob o domínio dos padres e dos reis transforme a sua liberdade em licença, a sua crendice numa incredulidade universal, que se desmoralize inteiramente com a própria revolução que o devia regenerar e que se instrua sem se tornar melhor?! E ainda então será o crime dos seus padres e dos seus reis, que conspiraram contra a razão do povo para melhor o sujeitar. A culpa não é da filosofia, que vem dar-lhe a luz dum foco que padres e déspotas sempre se esforçaram por apagar. Se a razão e a filosofia tivessem sido, desde o princípio, o fundamento das suas virtudes, quanto mais a razão se lhe iluminasse, tanto mais as virtudes se lhe robusteceriam, visto como nêle próprio teria encontrado o princípio e a regra dos seus deveres.

A verdade dos princípios é eterna e indestrutível; a ilusão da impostura nunca é bem sólida nem duradoura.

Sei que vulgarmente se diz que nem todos os homens são igualmente aptos para se instruir; que uma nação de filósofos é quimera. E' certo, quando só se entende por instruído o que profunda os princípios das sciências, possui os diversos ramos dos conhecimentos humanos, ou raciocina como Cícero acêrca da natureza dos deveres. Mas aqui, ser instruído significa não ser enganado nem embalado por falsas ideias em nome da religião, e achar nas ideias simples do bom senso e no sentimento dum coração recto as razões do bem que se deve fazer, as noções do justo e do injusto, razões e noções que existem independentemente das religiões e antes delas e perduram depois delas terem acabado. Ora, bom senso e rectidão de alma deu-os a natureza à grande maioria dos homens, e mais

freqüentemente ao habitante dos campos e das choupanas do que ao das cidades e dos palácios.

Êstes princípios de moral encontram-se em grande número de religiões, porque, de facto não são propriedade de nenhuma delas, e ainda porque essas religiões não são julgadas boas quando os não encerram na sua pureza primitiva. Pertenciam à moral natural antes da moral religiosa dêles se apoderar, e raramente ganharam com a adopção.

É neste sentido que o povo será instruído se, em vez dêsse falso clarão que o prestígio religioso projecta sôbre tais verdades, se deixa brilhar a luz da razão em todo o seu esplendor, sem lhe misturar as sombras do mistério. A ignorância absoluta dos horrores deixa a alma nova, tal como saíu das mãos da natureza, e, nêsse estado, pode ela reflectir melhor sôbre os seus deveres do que quando já se acha corrompida pela educação e pela falsa sciência.

Ah! como há poucos homens bastante felizes para destruírem os preconceitos da educação robustecidos pelo exemplo e pelo hábito, e que, à fôrça de filosofia, puderam apagar a lembrança do que, com muito trabalho e dinheiro, se lhes ensinou! É sob êste ponto de vista que o povo será instruído quando nada se lhe disser cujo fundamento êle não encontre já no próprio coração. É assim que se há-de poder, num terreno novo, erigir o edifício duma educação simples, baseada nas noções naturais do justo e do injusto e até do interesse pessoal que, bem entendido, prende o homem ao seu semelhante e à pátria e lhe ensina que a injustiça hoje praticada pode amanhã ser sofrida, e que é preciso não fazer aos outros o que se não deseja que os outros nos façam. [1]

[1] Esta máxima, de sentido negativo, é de há muito substituída com vantagem por est'outra de sentido positivo: «Faze aos outros o que, na situação dêles, desejarias que êles te fizessem.» Realmente, se há muita diferença entre prejudicar e não prejudicar, não há menos entre não prejudicar e fazer bem.

N. do T.

Tôdas estas ideias se podem desenvolver sem recorrer à intervenção do céu. E então a educação será boa porque as verdades que ela ensinar são eternas e em todos os tempos reconhecidas pela razão. Isto é mais bom senso que sciência, e o povo tem-no com mais freqüência do que aqueles que se jactam de filósofos. A natureza colocou a sciência longe de nós; os caminhos que lá vão dar são difíceis; por isso éla é inútil ao maior número. A virtude é necessária a todos, e a natureza gravou-lhe os princípios fundamentais nos nossos corações; pertence a uma educação atilada e cuidadosa, que infelizmente nos falta e faltará ainda por muito tempo, pertence às boas leis e às instituições públicas o favorecer-lhe o desenvolvimento. E eis toda a magia dum govêrno de tino.

Mal fazemos em desesperar do êxito da razão; sem motivo a consideramos meio insuficiente para dirigir os homens, e isto antes de havermos jamais experimentado êsse único meio. Valeria a pena tentá-lo ao menos uma vez antes de sentenciar tão arrojadamente que a razão exerce pouco império no povo e que só a ilusão e o prestígio possuem o privilégio de bem o conduzir. Os grandes males a que êsses perigosos recursos teem dado origem e por muito tempo a darão ainda deveriam fazer-nos infinitamente mais circumspectos nas nossas decisões. A impostura e o êrro teem sido muitas vezes funestos à humanidade, ao passo que nunca o foi a razão para aqueles que a tem tomado como regra das suas opiniões e procedimentos. Os legisladores antigos, e todos os que, como êles, quiseram que a moral e a legislação se apoiassem no fantasma estranho das religiões, caluniaram excessivamente a divindade e cometeram grave atentado contra as sociedades, ao estabelecerem, como máxima política, o perigoso êrro de que a divindade, dando ao homem a razão, lhe fornecera um meio muito insuficiente de govêrno moral, e que era indispensável também que os deuses lhe falasem a linguagem que os legisladores julgassem conveniente. O que deveriam ter feito era instruir os homens mais sus-

ceptíveis de educação e de filosofia, e, com o exemplo dêstes, formar os costumes dos restantes.

Uma geração instruída teria dado origem a outra ainda mais instruída, e a luz da razão, adquirindo novo esplendor com o decorrer dos séculos, jámais se extinguiria. Os legisladores nada mais teriam tido que fazer para aperfeiçoar a nossa espécie, e teriam atingido o último termo da civilização e da moral a que o homem pode elevar-se, ao passo que ficaram muito aquêm dêsse ponto e nos colocaram num declive muito rápido para a degradação dos costumes, que a revolução acabará de precipitar, se não tivermos cuidado.

Ainda hoje temos tudo por fazer em política e em moral, porque ainda nada temos senão ruínas. Bastou a fôrça para destruir; é preciso muito tino e penetração para reedificar, e nós não os temos. O embaraço em que nos encontramos provêm de que, até hoje, se tinham incluído entre os meios de governar a impostura dos chefes e a ignorância dos povos, e a arte de corromper e aviltar o homem, que é o grande segrêdo de todos os governantes.

Foi assim que a razão das sociedades viu a sua luz extinguir-se na obscuridade dos santuários, onde tudo estava preparado para a destruir, e para levantar, sôbre as suas ruínas, o império das ilusões e dos fantasmas sagrados. Tais foram a origem e o fim das lendas religiosas, das ficções sacerdotais sôbre as grandes catástrofes que desconcertam o mundo, sôbre o paraíso e o inferno, sôbre o juízo dos deuses; tais a origem e fim de todas as outras fábulas feitas para aterrar os homens, às quais se procurou dar autoridade e fama por todos os meios de que a legislação dispunha, pelo encanto da poesia, muitas vezes até nos romances filosóficos, e principalmente pelo aparato imponente dos mistérios.

Nada foi poupado para nos corromper a razão, sob o especioso pretexto de robustecer as leis e a moral. Foi com a ajuda de grandes instituições que se chegou a degradar o homem pela servidão das opiniões, mais humilhante do que a servidão que o adstringe à gleba; é por instituições

contrárias que devemos regenerá-lo. É digno duma grande nação como a nossa tentar também essa revolução no sistema político e legislativo do mundo. ¡ Mas quão longe não estamos ainda de tomar pelo caminho que poderá conduzir-nos a tão felizes resultados! Tudo, pelo contrário, parece pressagiar-nos um pronto regresso à antiga servidão a que os nossos vícios nos hão-de levar e para onde já multidão de homens se precipita, se nos não apressarmos em opôr à torrente que nos arrasta uma boa educação e grandes exemplos duma moral independente do prestígio religioso. À França não faltam nem guerreiros nem sábios; são virtudes verdadeiramente republicanas que ela espera e que não podem germinar senão à sombra de atiladas instituições.

Se a moralidade e a justiça não servirem de base à nossa República, ela passará sem deixar atrás de si senão grandes recordações, mas terríveis, semelhantes àqueles flagelos que veem, de quando em quando, assolar o mundo. Trafica-se com tudo; a intriga invade tudo; o espírito de agiotagem corrompe tudo, o amor do ouro e dos bons empregos sucedeu já aos arrojados impulsos que levaram tantos homens para a liberdade, e a revolução far-nos-á talvez perder aquelas próprias virtudes que nos serviram para a fazer.

Lembremo-nos de que foi com os restos da mais corrompida das monarquias que reorganizámos o corpo social; de que ainda que as novas leis sejam circunspectas, de pouco nos servirão se os homens não forem bons e virtuosos, e êles não o são; pertence às instituições políticas torná-los tais, mas ainda não as temos.

Expulsámos os reis, mas ficam-nos os vícios da côrte que parece que todos os dias nos reclamam a terra natal. É à sombra dos tronos e dos altares que êles crescem; por isso reis e padres se unem contra os governos republicanos, cuja sorte é ou esmagar os vícios ou por êles serem esmagados, ao passo que as religiões e as monarquias sôbre êsses vícios se apoiam.

É próprio dos padres conduzir o homem à escravidão e corromper os gérmens da liberdade até nas suas próprias fontes. Daqui resulta o serem êles tão ciosos de conservar ainda a educação da nossa mocidade e de inocular na raça futura o amor da servidão com os dogmas da moral religiosa. Está nisto o grande segrêdo dessa luta que existe em toda a República, entre os padres e as nossas novas instituições, que êles combatem com tanto mais vantagem quanto do seu lado teem o império do hábito e o prestígio dum respeito supersticioso, principalmente não tendo nós sempre do nosso a necessária prudência.

Se as nossas festas civis se não sustentam em parte nenhuma, é não sómente porque o seu plano é mal concebido e as suas minudências mesquinhamente organizadas, mas também porque os padres, de acôrdo com os amigos dos reis, delas desviam em toda a parte o povo. Os seus templos estão cheios, e os altares da pátria desertos. Exercem ainda bastante influência para fazer cessar o trabalho nos dias que a superstição consagrou, e os governos não a exercem bastante para compelir a guardar os dias de festas republicanas.

¡E dizem-nos que os padres não são para recear! ¡que não minam surdamente o edifício novo que tentamos erguer sôbre as ruínas do rialismo e do fanatismo! Tudo o que de impuro resta do antigo regímen, todos os preconceitos, todos os vícios, todos os inimigos da liberdade, tudo une fileiras em tôrno dêles para desfazer tôdas as instituições que poderiam robustecer a República. ¡E aí teem essa religião que pretendem ser-nos precisa para a nossa felicidade e sem a qual, dizem, não são possíveis nem bons costumes, nem boas leis, nem bons governos!

¿Essa luta dos padres contra tudo o que tenda para a nossa regeneração pelas virtudes republicanas, e para a substituição do império do prestígio pelo império da razão, não é porventura um grande flagelo do qual urge preservar o país? Porque, ¿quem pode garantir a liberdade do país emquanto nêle existir um padre? ¿Que digo eu? ¿Quem

pode garantir essa liberdade quando é o espírito sacerdotal que dirige ainda toda a educação da raça futura, quando o catecismo é o código único do saber e da moral que ainda se encontra nas mãos da maior parte das crianças e quando às escolas republicanas se chama públicamente escolas do diabo?

Por isso as escolas republicanas estão desertas, emquanto as do fanatismo e do rialismo são freqüentadas por multidão de alunos. ¿E o govêrno dormita no meio dos perigos que de todos os lados cercam o berço da geração que nos vai suceder? Não pretendo, saiba-se, a perseguição dos padres; mas quero que se lhes tire tôda a influência na moral; esta só pode corromper-se em canalização tão impura e pela mescla em que se encontra com dogmas tão absurdos como os que êles ensinam. A liberdade e a razão não poderiam aliar-se com as suas máximas. Como as harpias sujam êles tudo o que tocam. Não peço que os deportem, mas que se arranque das mãos dêsses impostores a esperança da pátria; que não possam já fanar com o seu hálito as primeiras flores da razão dos nossos filhos, a pretexto de os prepararem para a sua primeira comunhão.

Quanto mais licença démos às religiões tolerando-as tôdas, em vez de prescrevermos aquelas que estão em oposição com as nossas leis e que ultrajam a razão, tanto mais devemos procurar agora corrigir-lhe a maligna influência por meio de sábias instituições que nos garantam e aos nossos descendentes a conquista da liberdade sôbre a tirania, e a da razão sôbre a superstição. Para conservar êsse depósito sagrado façamos nós pelo menos tanto quanto os padres fizeram por o corromper e roubar. O exame que vamos fazer dos meios de que êles, de acôrdo com os legisladores, se serviram para sujeitar o homem, vai ensinar-nos como devemos proceder para o tornarmos livre.

*

CAPÍTULO XI

Dos mistérios

A verdade não conhece mistérios; pertencem êles apenas ao êrro e à impostura. A necessidade de enganar, se tal necessidade podemos admitir, a todos deu origem. Por isso os seus dogmas estão sempre envoltos na sombra e no segrêdo. Filhos da noite, temem a luz. Vejamos todavia se conseguimos projectá-la nos seus antros tenebrosos.

Teve o Egipto as suas iniciações conhecidas pelo nome de mistérios de Osíris e Ísis. Foram em grande parte cópia dêstes os de Baco e Ceres. A comparação que cada qual pode fazer das viagens e aventuras da Ceres dos gregos com as da Ísis dos egípcios, oferece caracteres de semelhança mais do que bastantes para se reconhecer a filiação destas duas fábulas. Os poemas acêrca de Baco e a história de Osíris, as cerimónias praticadas em honra destas duas divindades, e a identidade das duas reconhecida por todos os antigos, dão a certeza de que os mistérios dêste deram origem aos daquele.

Cibele e Átis tiveram também as suas iniciações, bem como os Cabiras; mas não faremos aqui a história das cerimónias particulares de cada uma destas divindades, nem a enumeração dos lugares onde êsses mistérios se haviam estabelecido. Encontrar-se-ão todos êsses pormenores na nossa grande obra; para ela enviamos o leitor. Limitar-nos-emos aqui a bem aprender o carácter geral, e a fixar o fim dessas espécies de instituições, a apresentar o conjunto de feições comuns a tôdas, e a dar uma ideia dos meios empregados para tirar o maior partido dêsse expediente político-religioso.

Os mistérios de Elêusis, e em geral todos os mistérios, tinham por fim melhorar a nossa espécie, aperfeiçoar os costumes, e conter os homens por meio de vínculos mais fortes que os das leis. Se o meio nos não parece bom, por-

que depende da ilusão e da influência supersticiosa do sobrenatural, não podemos deixar de convir, sob êste ponto de vista, na louvabilidade do fim. Por isso o orador romano inclui, entre as instituições mais úteis à humanidade, os mistérios de Elêusis, cujo efeito foi, diz êle, civilizar as sociedades, suavizar os costumes selvagens e ferozes dos primeiros homens, e fazer conhecer os verdadeiros princípios de moral que iniciam o homem no único género de vida digno dêle.

Foi nêste sentido que se disse de Orfeu, por ter introduzido na Grécia os mistérios de Baco, que êle domesticara os tigres e os cruéis leões, e comovera, com os acordes harmoniosos da sua lira, as árvores e os próprios rochedos.

Os mistérios tinham por fim estabelecer o reino da justiça e o da religião, no sistema daqueles que entenderam que justiça e religião se deviam apoiar recìprocamente. Esta dupla finalidade está contida nêste verso de Virgílio: *Aprendei de mim a respeitar a justiça e os deuses.* [1] Era uma grande lição que o hierofante dava aos iniciados que vinham aos santuários aprender o que deviam aos homens e o que se supunha que deviam aos deuses.

Era assim que o céu concorria para estabelecer a ordem e a harmonia na Terra.

Para à legislação se imprimir êsse carácter sobrenatural, de tudo se lançou mão. O quadro imponente do universo e o maravilhoso da poesia mitológica forneceram aos legisladores o assunto das scenas, tão surpreendentes como variadas, que se representavam nos templos do Egipto, da

---

[1] «Discite justitiam moniti, et non temnere divos». São as palavras que Virgílio, no livro 6.º da *Eneida*, põe na bôca de Flégias, rei lendário que, tendo-se vingado duma afronta de Apolo, deitando-lhe fogo ao templo, foi pelo deus precipitado no Tártaro, onde a furia Tisifone lhe envenena tudo em quanto toca, e onde enorme rochedo incessantemente o ameaça de lhe cair em cima e de o esmagar.

N. do T.

Ásia e da Grécia. Tudo o que pode produzir ilusão, todos os recursos da mecânica e da magia, que não eram outra coisa senão o conhecimento secreto dos efeitos da natureza e a arte de os imitar, a pompa brilhante das festas, a variedade e riqueza das ornamentações e paramentos, a majestade do cerimonial, o poder encantador da música, os coros, os cantos, as dansas, o som estridente dos címbalos, destinados a excitar o entusiasmo e o delírio, mais favoráveis aos transportes religiosos do que o sossêgo da razão, tudo foi empregado para atrair e prender o povo à celebração dos mistérios.

Sob o atractivo do prazer, da alegria e das festas, ocultou-se muitas vezes o intuito em que se estava de dar úteis lições, tratando-se o povo como criança que nunca se instrui tão bem como quando se aparenta querê-lo apenas divertir. Foi por grandes instituições que se procurou formar a moral pública, e as reuniões muito concorridas pareceram próprias para se atingir êsse fim. Nada mais pomposo do que a procissão dos iniciados a caminho do templo de Elêusis. Dansas e cantos sagrados em todo o decurso da procissão, que igualmente se assinalava pela expressão duma alegria santa. Recebia-os um vasto templo, cercado dum adro enorme. A julgar pelo número de iniciados reunidos nos campos de Triásis quando Xerxes entrou na Ática, eram mais de trinta mil. Os ornamentos interiores do templo e os quadros misteriosos que se encontravam dispostos circularmente no âmbito ou contôrno do santuário, eram os mais próprios para excitar a curiosidade e penetrar a alma dum santo respeito. Tudo o que lá se via, tudo o que lá se cantava era maravilhoso e de molde a imprimir um grande assombro nos iniciados. Os olhos e os ouvidos lá eram igualmente impressionados por tudo quanto pode transportar o homem para fora da sua esfera mortal.

Não somente o universo foi exposto, em seu todo, à vista do iniciado, sob o emblema do ôvo, mas também se procuraram representar as divisões principais, quer da causa activa e da causa passiva, quer do princípio da luz

e do princípio das trevas de que já falámos no capítulo IV desta obra.

Diz-nos Varrão [1] que os grandes deuses venerados na Samotrácia eram o ceu e a Terra, considerados, um como princípio activo, outro como princípio passivo das gerações. Noutros mistérios era celebrada a mesma ideia pela exposição do *Falus* e do *Cteis*, isto é dos órgãos da geração dos dois sexos. É o Lingam dos índios.

O mesmo se deu com a divisão do mundo nos seus dois princípios, luz e trevas. Segundo Plutarco [2] êste dogma religioso havia sido consagrado nas iniciações e nos mistérios de todos os povos; e o exemplo que nos fornece, tirado da teologia dos magos e do ôvo simbólico, produzido por êstes dois princípios, é disso uma prova. Havia scenas de trevas e de luz que se faziam passar sucessivamente aos olhos do recipiendário introduzido no templo de Elêusis, [3] e que recordavam os combates em que andam empenhados no mundo êsses dois chefes opostos.

No antro do deus Sol, Mitra, entre os quadros misteriosos da iniciação, figurava a descida das almas à Terra, e a sua volta ao céu através das sete esferas planetárias. Aí se faziam representar igualmente os fantasmas das potências invisíveis que prendiam as almas aos corpos ou as libertavam dos seus laços.

Muitos milhões de homens eram testemunhas dêstes diversos espectáculos, acêrca dos quais não era permitido dar explicações, e de que os poetas, os historiadores e os

---

[1] Polígrafo e poeta latino. Viveu entre 116 e 27 anos antes de Cristo, e foi dos maiores sábios do seu tempo.
N. do T.

[2] Historiador e moralista grego.
N. do T.

[3] Localidade na Ática, não longe de Atenas. Possuia um templo dedicado a Demeter, ou Ceres, deusa da agricultura, afamado pelos mistérios que nele se celebravam.
N. do T.

oradores nos deixaram alguma ideia no que disseram de Ceres e da filha.

No mesmo templo se vê o côche da deusa, tirado a dragões; parecia adejar sôbre a Terra e sôbre os mares. Era uma verdadeira peça teatral religiosa; um deleite pela variedade das scenas, pela pompa das decorações e pelo jôgo das máquinas. Impôs-se o respeito pela seriedade dos actores e pela majestade do cerimonial. Alternativamente se excitou aí o temor e a esperança; a tristeza e a alegria. Mas aconteceu a essa ópera como às nossas; foi sempre de pouca utilidade para os espectadores e só redundou em benefício dos directores.

Os hierofantes, ou sacerdotes que presidiam aos mistérios, como homens profundos que conheciam bem o carácter do povo e a arte de o dirigir, de tudo tiraram partido para o levar aonde queriam e para acreditar os seus espectáculos. Quiseram que a noite cobrisse com o seu véu aqueles mistérios, como êles próprios os cobriam com o manto do segrêdo. A obscuridade favorece o prestígio e a ilusão e por isso dela fizeram uso. O quinto dia da celebração dos mistérios de Elêusis era célebre pela procissão dos archotes, na qual os iniciados, levando cada qual um archote na mão, desfilavam dois a dois.

Era de noite que os egípcios iam celebrar os mistérios da paixão de Osíris ao meio dum lago. Daí vem o designarem-se muitas vezes pelos nomes de vésperas e de noites santas, essas espécies de sacrifícios nocturnos. A noite de sábado para o domingo de páscoa é uma dessas vésperas sagradas. Procurava-se, muitas vezes, a obscuridade, celebrando a festa em cavernas tenebrosas ou sob a copa espêssa das árvores dum bosque cuja sombra inspirava um religioso pavor.

Fizeram dessas cerimónias um meio de excitar a curiosidade do homem, que se irrita à medida que obstáculos se lhe opõem. Os legisladores imprimiram toda a actividade a êsse desejo, pelo segrêdo rigoroso que impunham aos iniciados, a fim de, naqueles que o não eram, se incitar

o desejo de admissão ao conhecimento das coisas que lhe pareciam tanto mais importantes, quanto menos pressa havia de lhas comunicar. Deram a êsse espírito de mistério um pretexto especioso, a saber: as conveniências que havia em imitar a divindade, que só se oculta na intenção de que o homem a procure, e fêz das operações da natureza um grande segrêdo, que só com muito estudo e muito esfôrço se consegue penetrar. Aqueles a quem se confiava êsse segrêdo comprometiam-se pelos mais terríveis juramentos a não o revelar. A respeito dêle só era permitido conversar com os iniciados, e aquele que fôsse indiscreto, revelando-o a outros, era condenado à morte. Era igualmente punido com a morte o não iniciado que entrasse no templo onde se celebravam os mistérios.

Aristóteles foi acusado de impiedade pelo hierofante Eurimedonte, por ter sacrificado aos manes de sua mulher, conforme o rito usado no culto de Ceres. O filósofo foi obrigado a retirar-se para Cálcis; e, para lavar essa nódoa da sua memória, ordenou em testamento que se erigisse uma estátua a Ceres; porque o sábio, cedo ou tarde, acaba por sacrificar ao preconceito dos tolos. Sócrates, moribundo, consagra um galo a Esculápio, para se desculpar da censura de ateísmo; e Bufon confessa-se a um frade capucho; queria ser enterrado pomposamente. É o calcanhar de Aquiles para os maiores homens. Teme-se a perseguição, e dobra-se o joelho perante os tiranos da razão humana.

Voltaire foi maior na sua morte, por isso a França livre o levou ao Panteão.

E Bufon, que foi levado a S. Medard, não saíu de lá senão para ser enterrado no cemitério da sua terra, e aí deve ficar.

Ésquilo foi acusado de haver pôsto em scena assuntos misteriosos, e só conseguiu ser absolvido provando que nunca tinha sido iniciado. A cabeça de Diágoras foi posta a preço, por êle ter divulgado o segrêdo dos mistérios; a sua filosofia ia-lhe custando a vida.

Oh! ¡ quem poderá, com efeito, ser impunemente filósofo, no meio de homens atacados do delírio religioso! Há tanto perigo em contrariar tais homens, como em assanhar os tigres. Por isso dizia o bispo Sinésio: serei filósofo só para mim, e serei sempre bispo para o povo.

Com tais máximas, deixa-se de ser filósofo e fica-se impostor.

Os cristãos ou os seus doutores tinham, ainda no século XIV, a sua doutrina secreta. Não convinha, segundo êles, levar aos ouvidos do povo os mistérios sagrados da teologia.

« Afastai-vos, profanos, dizia outrora o diácono quando os cristãos iam celebrar os seus mistérios ¡ Que os catecúmenos saiam mais os que ainda não estão admitidos! »

Tinham tomado esta fórmula aos antigos pagãos, como lhe tinham tomado tudo o mais. Com efeito, o arauto, ao começar a celebração dos mistérios antigos, não deixava de proferir a terrível interdição: ¡ Para longe daqui todo o profano! queria dizer todos os que não estavam iniciados.

Proibia-se a entrada no templo de Ceres e a participação nos mistérios a todos aqueles que não gozavam liberdade, ou cujo nascimento não fôsse reconhecido por lei; às mulheres de má vida; aos filósofos que negavam a Providência, tais como os epicuristas, e aos cristãos, cuja doutrina, exclusiva, prescrevia as outras iniciações. Esta interdição ou excomunhão passava por grande castigo, visto como privava o homem de todos os benefícios da iniciação e das altas promessas com que se iam entretendo os iniciados, tanto para esta vida como para a outra.

O iniciado ficava pertencendo a uma classe de homens privilegiados na natureza, e passava a ser o favorito dos deuses.

O mesmo se dá entre os cristãos.

Só para o iniciado o céu abria os seus tesouros. Feliz durante a vida pela sua virtude e pelos benefícios dos deuses, podia ainda conseguir para além do túmulo uma felicidade eterna.

Os padres da Samotrácia afamaram a sua iniciação,

com promessas de ventos favoráveis e de feliz navegação para aqueles que lá se faziam iniciar. Os iniciados nos mistérios de Orfeu supunham-se libertos do império do mal, e a iniciação fazia-os passar a um estado de vida que lhes dava as mais felizes esperanças.

« Evitei o mal e achei o bem », dizia o iniciado logo que se tinha purificado.

Um dos frutos mais preciosos da iniciação nêstes mistérios era entrar em relação com os deuses, ainda durante esta vida, e sempre depois da morte. São êsses os raros privilégios que os iniciadores nos mistérios de Orfeu vendiam aos parvos que caíam na patetice de os comprar, e sempre, como entre nós, sem outra garantia além de credulidade.

Os iniciados nos mistérios de Elêusis persuadiam-se de que o Sol só para êles brilhava com uma claridade pura. Lisonjeavam-se de que as deusas os inspiravam e lhes davam prudentes conselhos, como se vê por Péricles.

A iniciação dissipava os erros, afastava as desgraças, e, depois de ter espalhado a alegria no coração do homem durante a sua vida, dava-lhe ainda as mais afagadoras esperanças no momento da morte, como atestam Cícero, Isócrates e o retórico Aristides. Depois desta vida ia o iniciado habitar veigas onde brilhava uma luz pura.

A tardia velhice nelas deixava as suas rugas e readquiria toda a agilidade e vigor da mocidade. Não havia lá dor, e por toda a parte se encontravam arvoredos em flor e campos cobertos de rosas.

A tão encantadores quadros só faltava a realidade. Mas há homens que, à semelhança dêsse louco de Argos, gostam de viver de ilusões e não perdoam ao filósofo que, com uma pancada da sua varinha, faz desaparecer toda essa decoração teatral em que os padres lhes envolvem o túmulo. Procuram-se consolações, quere dizer, deseja-se ser enganado, e os impostores não faltam.

Foram essas magníficas promessas que fizeram dizer a Téon que a participação nos mistérios era coisa admirável

e para nós fonte dos maiores benefícios. Com efeito, não se limitava essa felicidade à vida presente, como se vê: a morte não era um aniquilamento para o homem, como o era para os outros animais; era a passagem a uma vida infinitamente mais feliz que a iniciação imaginou para nos compensar da perda desta, porque a impostura não teve coragem bastante para prometer neste mundo uma vida sem velhice e isenta da lei comum a tudo quanto neste mundo respira. O artifício teria sido tôsco de mais; era preciso, pois, lançar mão das regiões do desconhecido, e ir entretendo o homem com o que êle havia de ser quando já não existisse. Campo imenso estava aberto à impostura, e não havia receio de que um morto voltasse à Terra para acusar aqueles que o tinham enganado!

Por isso mesmo que tudo se ignorava, tudo se podia fingir. É a criança que chora quando a separam para sempre da sua mãe, mas que sossega ao dizerem-lhe que ela há-de voltar. Foi dessa disposição do homem para em tudo crer quando nada vê, para se agarrar a todos os ramos de esperança quando tudo lhe escapa, que o hábil legislador soube aproveitar-se para estabelecer o dogma duma vida futura e a opinião da imortalidade da alma; dogma que, supondo-o verdadeiro, não se apoia absolutamente em nada mais do que na necessidade que os legisladores julgaram ter de o imaginar.

Tudo se pode impingir acêrca dum país que ninguém conhece e do qual jamais alguém voltou para desmentir os embusteiros. Foi essa ignorância absoluta que fêz a fôrça dos padres.

Não examinarei aqui o que vem a ser a alma; se ela é distinta da matéria que entra na composição do corpo; se o homem é duplo a melhor título do que todos os animais, nos quais se não reconhecem senão corpos simples organizados de maneira a produzirem todos os movimentos que os animais realizam, e a receberem tôdas as sensações que êles experimentam. Não examinarei também se o sentimento e o pensamento produzidos em nós, e cuja acção

se desenvolve ou enfraquece conforme os nossos órgãos se desenvolvem ou se alteram, sobrevivem ou não ao corpo, ao qual o seu exercício parece intimamente ligado, e da organização do qual, posta de harmonia com o mundo, sentimento e pensamento parecem um simples efeito. Igualmente não examinarei se, depois da morte, o homem pensa e sente mais do que pensava e sentia antes de nascer. Seria investigar no que pára o princípio harmonioso dum instrumento musical quando o instrumento se despedaça. Examinarei apenas o motivo que levou os legisladores antigos a imaginar e asseverar essa opinião, e as bases sôbre as quais a estabeleceram.

Os chefes das sociedades, e os autores das iniciações destinadas a aperfeiçoá-las, perceberam bem que a religião não poderia servir ùtilmente a legislação, senão quando a justiça dos deuses viesse em apoio da dos homens. Procurou-se pois a causa das calamidades públicas nos crimes dos homens. Se o trovão reboava nos céus, era Júpiter irritado contra a Terra. As secas, as chuvas em demasia, as doenças que atacavam os homens e os rebanhos, a esterilidade dos campos e os outros flagelos, não eram o resultado da temperatura do ar, da acção do Sol sôbre os elementos, não eram, em suma, efeitos físicos, mas sinais inequívocos da cólera dos deuses.

Tal era a linguágem dos oráculos.

O embuste sacerdotal fêz tudo para propagar êstes erros, que julgou úteis à manutenção das sociedades e próprios para o govêrno dos homens pelo mêdo. Mas a ilusão não era completa. Muitas vezes, as gerações mais culposas não eram infelizes, ao passo que povos justos e virtuosos viviam freqüentemente atribulados e chegavam a ser destruídos. Facto idêntico se dava na vida particular, e o pobre raramente era o mais corrompido. Pedia-se, como Calímaco, aos deuses virtude e alguma riqueza, porque sem esta a virtude pouco brilha, e a riqueza seguia as mais das vezes a audácia e o crime. Era necessário justificar os deuses e absolver da censura a justiça divina.

Supôs-se então, para explicar tamanho desconsêrto, ou um pecado original ou uma vida anterior; mas, mais geralmente, foi imaginada uma vida futura, para a qual a divindade se reservava o dispôr tudo no seu devido lugar, punindo o vício que na Terra não tivera punição e coroando a virtude que neste mundo ficara, ignorada ou aviltada, sem recompensa. Assim a convenção reconheceu a imortalidade da alma, sem que, até hoje, se esteja de acôrdo sôbre esta questão: ¿Que vem a ser a alma? ¿É distinta do corpo? ¿É matéria? ¿Existe mais alguma coisa além da matéria? ¿Póde a matéria pensar?

Um só decreto cortou tôdas estas dificuldades, por assim o julgarem útil à moral e à legislação no govêrno do próprio Robespierre, que também queria moral como os nossos cruéis padres a querem.

Êste dogma parecia ser o laço de tôda a ordem social e justificar a Providência divina, que, entrincheirada na vida futura, aí espera os mortos.

Para dar verosimilhança a esta ficção, os antigos procuraram primeiro estabelecer que, de facto, existia no homem, além do corpo, mortal, um princípio pensante, imortal; que êsse princípio, chamado alma, sobrevivia ao corpo, embora nada disso jamais se tenha provado.

Êste dogma da imortalidade da alma, nascido da necessidade da legislação, fundou-se na sua materialidade e na eternidade da matéria.

Já vimos no capítulo terceiro, que os antigos deram ao mundo uma grande alma e uma inteligência imensa, das quais emanavam todas as almas e inteligências particulares. Essa alma era toda material, pois que era formada da substância pura do fogo éter, isto é dêsse elemento subtil universalmente espalhado por tôdas as partes animadas da natureza, e que é a origem do movimento de tôdas as esferas e da vida dos astros e da vida dos animais terrestres. E qual gota de água que se não aniquila, quer se divida por evaporação e se eleve nos ares, quer se condense e caia em chuva, indo em seguida precipitar-se no leito dos

mares e confundir-se aí na imensa massa das águas; tal era a sorte da alma na opinião dos antigos, e principalmente na dos pitagóricos.

Todos os animais, segundo Sérvio, comentador de Virgílio, recebem da terra a carne, da água os líquidos que lhe circulam no corpo, do ar a respiração, e o instinto do sôpro da divindade. Assim é que as abelhas teem uma pequena porção da divindade. Foi soprando, que o deus dos judeus animou o homem e o barro de que lhe fêz o corpo. E êsse sôpro é o sôpro da vida. É de deus e do seu sôpro, continúa Sérvio, que tiram a vida todos os animais quando nascem. Essa vida, na ocasião da morte, dissolve-se e torna a entrar na alma do grande todo; e os restos do corpo, na matéria terrestre.

Aquilo que chamamos morte não é um aniquilamento, segundo Virgílio, mas uma separação de duas espécies de matéria, uma das quais fica neste mundo, indo a outra reünir-se ao fogo sagrado dos astros, desde que a matéria da alma recuperou toda a simplicidade e pureza da matéria subtil de que procedeu; *aurai simplicis ignem* [1] Porque, diz Sérvio, nada se perde no grande todo nem nêsse fogo simples de que é formada a substância da alma. É eterno como Deus, ou melhor, êle é *a própria Divindade;* e a alma que dêle emana está associada à sua eternidade, porque a parte segue a natureza do todo. Virgílio diz das almas: *Igneus est ollis vigor, et cœlestis origo;* [2] que são formadas

---

1 Donec longa dies, perfecto temporis orbe,
Concretam exemit labem, purumque reliquit
Aetherium sensum, *atque aurai simplicis ignem.*
ENEIDA, liv. 6.°, versos 45 a 47.

Só quando, terminado o praso, o longo tempo
Lavou a funda mancha, e o espirito etéreo,
Fogo do claro céu, bem puro ja deixou.
N. do T.

2 Igneus est ollis vigor et coelestis origo
Seminibus...
Eneida, liv. 6.° versos 730 e 731.
Ígnio vigor, celeste origem tem tais almas.
N. do T.

dêsse fogo activo que brilha nos céus, e que para lá voltam depois de se haverem separado do corpo.

Encontra-se a mesma doutrina no sonho de Scipião. Foi daí que as almas desceram, diz Scipião ao falar da esfera das fixas; é para aí que hão-de voltar; procederam dêsses fogos celestes que se chamam estrêlas. O que vós chamais morte, não é senão o regresso à verdadeira vida; o corpo não passa duma prisão na qual momentâneamente a alma se encontra cativa. A morte rompe-lhe os laços e restitui-lhe a sua liberdade e a sua verdadeira existência.

As almas, segundo os princípios desta teologia, são pois imortais, visto que fazem parte dêsse fogo inteligente que os antigos chamavam alma do mundo, espalhada por tôdas as partes da natureza, e principalmente pelos astros, formados da mesma substância etérea de que também eram formadas as nossas almas. Foi daí que elas desceram por geração, para aí hão-de voltar pela morte.

Nesta opinião se basearam as quimeras da fatalidade e as ficções da metempsicose, do paraíso, do purgatório e do inferno.

A grande ficção da metempsicose, espalhada por todo o Oriente, prende-se ao dogma da alma universal e da homogeneidade das almas, que só diferem entre si aparentemente e pela natureza dos corpos aos quais se une o fogo-princípio que lhes compõe a substância. As almas dos animais de toda a espécie, segundo Virgílio, derivam do fogo éter, e a diferença das operações que nêste mundo realizam proveem da diferença dos receptáculos, isto é, dos corpos organizados que êsse fogo recebem. Ou, como diz Sérvio, a maior ou menor perfeição das suas operações depende da qualidade dos corpos.

Os índios, entre os quais principalmente se estabeleceu o dogma da metempsicose, pensam também que a alma do homem é de natureza absolutamente idêntica à dos outros animais. Dizem êles que o homem não tem preeminência alguma sôbre os animais sob o ponto de vista da alma, e que a tem simplesmente pelo corpo, cuja organização é

mais perfeita e mais própria para receber a acção do grande Ser, isto é do universo. Apoiam-se os índios no exemplo das crianças e no dos velhos, cujos órgãos são ainda fracos de mais ou já demasiadamente enfraquecidos, para que os sentidos tenham toda a actividade que se manifesta na idade viril.

Estando a alma, no exercício das suas operações, necessáriamente submetida à natureza do corpo que anima, e procedendo tôdas as almas do imenso reservatório chamado alma universal, origem comum da vida de todos os seres, segue-se que essa fracção do fogo éter que anima um homem, podia igualmente animar um boi, um leão, uma águia, uma baleia ou qualquer outro animal. A ordem do destino quis que fôsse um homem, e tal homem; mas quando a alma estiver liberta dêsse primeiro corpo e houver regressado ao seu princípio, poderá passar ao corpo de outro animal, e a sua actividade não terá outro exercício senão o que lhe fôr permitido pela organização do novo corpo que a receber.

Toda a grande obra da natureza se reduz a organizações e destruições sucessivas, nas quais a mesma matéria é mil vezes empregada de mil diversas maneiras. Portanto, a matéria subtil da alma, arrastada nesta corrente, leva a vida a todos os moldes que se lhe apresentem.

Assim como a mesma água saída do mesmo reservatório entra pelos diversos canais que lhe são abertos, e vai jorrar em jacto ou espalhar-se em cascata, conforme os caminhos que se lhe apresentaram, para se confundir mais longe num leito comum, se evaporar em seguida, formar nuvens que, levadas pelo vento a várias regiões, a irão fazer cair no Sena, no Loire ou no Garona, ou no rio Amazonas, para voltar de novo ao oceano, do qual a evaporação a tirará ainda, para a fazer seguir o curso dum regato, ou ascender em seiva sob o córtex duma árvore e distilar-se em líquido agradável; assim também o fluido da alma, difundido nos diversos canais da organização animal, se desprendia da massa luminosa de que é formada a

substância etéria, era atraida para a terra pela fôrça geradora que se distribui por todos os animais, e subia e descia constantemente no universo, e circulava em novos corpos diversamente organizados.

Tal o fundamento da metempsicose, que veio a ser um dos grandes instrumentos da política dos antigos legisladores e mistagogos. Não foi sómente uma conseqüência da opinião filosófica segundo a qual a alma era uma fracção da matéria do fogo eternamente em circulação no mundo; foi tambêm, na sua aplicação, um dos grandes recursos empregados para governar o homem pela superstição.

Timeu de Locres, [1] entre os diferentes meios que indica para dirigir os indivíduos que não podem elevar-se pela força da razão nem da educação até à verdade dos princípios sôbre os quais a natureza assentou as bases da justiça e da moral, aponta «as fábulas sôbre os campos elísios e o Tártaro e sôbre todos êsses dogmas estrangeiros que ensinam que as almas dos homens frouxos e tímidos passam ao corpo das mulheres que por sua fraqueza se expõe à injúria; as dos assassinos ao corpo dos animais ferozes; as dos homens lúbricos ao corpo dos javalis ou dos cerdos; as dos levianos e inconstantes ao das aves; a dos indolentes, dos ignorantes e dos néscios ao dos peixes. É a justa Nemésis, diz Timeu, que, de acôrdo com os deuses terrestres, vingadores dos crimes de que foram testemunhas, regula êsses castigos na segunda vida. O deus árbitro de tôdas as coisas aos deuses terrestres e a Nemésis confiou a administração dêste mundo inferior.»

Os dogmas estrangeiros são os que eram conhecidos no Egipto, Pérsia e Índia, sob o nome de metempsicose. O seu fim mistagógico está bem acentuado na referida passagem de Timeu, que consente que se empregue tudo,

[1] Timeu de Locres, filósofo pitagórico, influiu de modo notável no desenvolvimento das teorias de Platão.

N. do T.

sem exceção do embuste e da influência sobrenatural, para governar os homens.

Êste preceito, infelizmente, foi demasiadamente seguido.

Foi do Oriente que Pitágoras trouxe para a Grécia e para a Itália essa doutrina. Êste filósofo, e Platão depois dêle, ensinaram que as almas dos que viveram delituosamente passavam, depois da morte, para animais inferiores, a fim de aí sofrerem, sob essas diversas formas, o castigo das faltas cometidas, até serem reintegradas no seu primeiro estado. Dêste modo a metempsicose era um castigo dos deuses.

Manés, fiel aos princípios desta doutrina oriental, tambêm se não contenta com estabelecer a transmigração da alma dum homem para outro homem; pretende igualmente que a dos grandes pecadores era mandada para o corpo de animais mais ou menos vis, mais ou menos imundos. E isto conforme os seus vícios ou as suas virtudes. Não duvido de que êste sectário, se tivesse vivido em nosso tempo, teria feito passar para almas de porcos as almas dos nossos abades comendatários, dos nossos cónegos e dos nossos gordos frades, pela grande afinidade que o seu genero de vida tem com os cerdos, assim como não duvido de que êle consideraria a nossa igreja, antes da revolução, uma verdadeira Circe.

Mas os nossos doutores tiveram o grande cuidado de proscrever a metempsicose. Fizeram-nos o favor de nos dispensar dessa fábula, e contentaram-se com fazer-nos assar depois da morte. O bispo Sinésio não foi tão generoso; pretendeu que aqueles que se haviam desleixado no amor de Deus seriam obrigados, pela lei do destino, a recomeçar um novo género de vida inteiramente contrário ao precedente.

Êste bispo seguia ainda os dogmas teológicos que Timeu classifica de estrangeiros, estranhos ou bárbaros.

Os simonianos, os valentinianos, os basilídios, os marcionitas, em geral todos os gnósticos, professaram tambêm a mesma opinião acêrca da metempsicose.

*

Esta doutrina era tão antiga e estava tão universalmente espalhada no Oriente, diz Burnet, que se julgaria ter descido do céu, de tal modo ela é sem pai, sem mãe, sem genealogia. Heródoto encontrou-a no Egipto, estabelecida desde a mais remota antiguidade. Também constitui a base da teologia dos índios, e a matéria fundamental das metamorfoses e das encarnações famosas das suas lendas.

A metempsicose é admitida em quási todo o Japão; por isso os habitantes do país vivem quási exclusivamente de vegetais, diz Koempfer. É também um dogma dos talapões ou religiosos siamitas, e dos tao-Sé na China. Encontra-se entre os Calmucos e nos habitantes do Mogol. Os tibetanos acreditam até que as almas podem passar para as plantas, para as árvores, para as raízes; mas só sob a forma de homens é que podem merecer revoluções mais felizes, e por elas passar, até que cheguem à luz primitiva em que se hão-de tornar. Os maniqueus tinham também metamorfoses em abóboras e melões.

Foi assim que uma metafísica demasiadamente subtil e um requinte de misticismo desvairou os homens. O fim desta doutrina era habituar o homem a desprender-se da matéria vil à qual neste mundo está ligado, e fazer-lhe desejar um pronto regresso ao lugar donde as almas primitivamente haviam descido. Amedrontava-se o homem que se entregava a paixões desregradas, e faziam-lhe recear ter que passar um dia por essas metamorfoses humilhantes e dolorosas, como hoje ainda nos metem medo com os caldeirões do inferno.

Era por isso que se ensinava que as almas dos maus passavam a corpos vis e imundos; que eram atacadas de doenças cruéis a fim de as castigar e corrigir; que aquelas que se não convertiam depois de certo número de revoluções eram entregues às fúrias e aos maus génios para serem atormentadas, depois do que, eram novamente enviadas ao mundo, como para nova escola, e obrigadas a percorrer novo curso de vida.

Assim se vê que todo o sistema da metempsicose assenta na necessidade que se julgou ter de conter os homens durante esta vida, pelo temor do que lhes haja de acontecer após a morte, isto é, numa grande impostura política e religiosa. O tempo libertou-nos dêsse êrro. A base em que assenta é o dogma da imortalidade, que terá a mesma sorte quando se fôr bastante ilustrado para se não crêr na necessidade de tal ficção para conter os homens.

Da mesma necessidade procederam o dogma do Tártaro e o dos Campos Elísios [1] que em Timeu [2] se encontram ligados como sendo um dos mais seguros meios de condução dos homens para o bem. É verdade que o livro aconselha êste remédio sòmente nos casos desesperados, e até lhe compara o uso ao uso dos venenos em medicina. Infelizmente, para a nossa espécie, preferiram prodigalizar-lhe o veneno a ministrar-lhe os remédios que nos poderia fornecer uma educação sàbiamente conduzida e fundada nos princípios eternos da razão.

«Quanto ao indócil e rebelde à voz da sabedoria, diz Timeu, [3] caiam sôbre êle as punições com que as leis o ameaçam.» Até aqui nada há que dizer; mas Timeu acrescenta: «Que o horrorizem também com os terrores religiosos, impressos sempre por êsses discursos em que se

---

1 Inferno e céu. Segundo a mitologia, tôdas as almas, depois da morte, iam habitar os infernos, etimològicamente lugares inferiores. Mas os infernos dividiam-se em duas partes: os Campos Elísios ou simplesmente o Elísio, para onde iam as almas dos heróis e das pessoas virtuosas; e o Tártaro, lugar de tormentos, destinado aos maus. O Elísio corresponde ao nosso céu, e o Tártaro ao nosso inferno. *N. do T.*

2 Nome duma obra de Platão, na qual êste sábio expõe a teoria das suas ideias. É uma espécie de filosofia natural. Timeu, ou Timeu de Locres é também o nome dum filósofo grego a que, em nota, há pouco me referi. É ao diálogo e não ao filósofo que o autor aqui se refere. *N. do T.*

3 Agora refere-se o auctor ao filósofo e não ao dialogo. *N. do T.*

pintam a vingança dos deuses celestes e os suplícios inevitáveis reservados aos criminosos nos infernos, assim como com as outras ficções que Homero coligiu, segundo as antigas opiniões sagradas. Porque, assim como às vezes, para se curar o corpo, se empregam venenos, quando o mal não cede a remédios mais sãos, assim também se conteem os espíritos pela mentira, quando se não podem conter pela verdade.»

Aí está um filósofo que ingénuamente nos declara o seu segrêdo, que é o de todos os antigos legisladores e padres. Êstes apenas diferem dêle em não terem aquela franqueza. Confesso que o meu respeito profundo pela verdade e pelos meus semelhantes, obsta a que eu seja daquela opinião, que é todavia a opinião de todos aqueles que dizem que é preciso um inferno ao povo, ou, por outras palavras, que lhe é precisa uma religião e a crença nas penas futuras e na imortalidade da alma.

Examinemos aonde os conduziu, e que meios utilizaram para o propagar, êsse grande êrro que foi o de todos os sábios da antiguidade que quiseram governar os homens, o de todos os chefes das sociedades e das religiões, e que ainda é o grande êrro dos nossos dias.

Imaginada essa grande ficção política pelos filósofos e pelos legisladores, apoderaram-se dela os poetas e os mistagogos, procurando acreditá-la no espírito dos povos. Para isso a consagraram, uns, em seus cantos; outros, na celebração dos seus mistérios. Revestiram-na com os encantos da poesia e envolveram-na no espectaculoso e nas ilusões mágicas. Todos se congregaram para enganar os homens, sob o especioso pretexto de os tornar melhores e de mais facilmente os conduzir.

A mais ampla liberdade se abriu às ficções, e o génio dos poetas e o génio dos padres jamais se estancava quando era preciso pintar quer a ventura do homem virtuoso, depois da morte, quer o horror das terríveis prisões destinadas à punição dos crimes. Cada qual fêz dessas ficções um quadro a seu modo, e cada qual procurou exceder as

descrições, que já tinham sido feitas antes dêle, dessas regiões desconhecidas, dêsse mundo de nova criação que a imaginação poética povoou de sombras, de quimeras e fantasmas, no intuito de aterrorizar o povo, pois que se julgou que o seu espírito pouco se familiarizaria com as noções abstractas da moral e da metafísica. Os Campos Elísios e o Tártaro agradavam e impressionavam mais; fizeram, portanto, passar sucessivamente, diante dos olhos do iniciado, as trevas e a luz. A mais escura noite, acompanhada de medonhos espectros, era substituída por uma luz brilhantíssima cujo fulgor envolvia a estátua da divindade.

Ninguêm se aproximava, que não tremesse, dêste santuário em que tudo estava preparado para dar o espectáculo do Tártaro e do Elísio. Era aqui, no Elísio, que o iniciado, finalmente introduzido, dava pelo quadro de encantadoras veigas, iluminadas por um céu puro; aqui era também que ouvia as vozes harmoniosas e os majestosos cantos dos coros sagrados. Era então que, tornado absolutamente livre e remido de todos os males, se juntava à multidão dos iniciados, e, na cabeça uma coroa de flores, celebrava com êles as santas orgias.

Dêste modo os antigos representavam neste mundo, em suas iniciações, o que afirmavam ter de acontecer um dia às almas quando elas fôssem libertas do corpo e arrancadas da prisão escura em que o destino as havia encarcerado ao uní-las à matéria terrestre. Nos mistérios de Ísis, dos quais Apuleio nos deu pormenores, obrigava-se o recipiendário a passar pela região tenebrosa do imperador dos mortos; daí, para outro recinto que representava os elementos; e era finalmente admitido na região luminosa em que o mais fulgurante Sol fazia desaparecer as trevas da noite. Eram os três mundos: o terrestre, o elementar e o celeste.

«Aproximei-me, dizia o iniciado, dos confins da morte, havendo desprezado o limiar de Prosérpina; daí fui surgindo através de todos os elementos. Vi depois aparecer uma luz brilhante e achei-me na presença dos deuses.»

Era esta a autópsia. [1] O Apocalipse de S. João é um exemplo dela.

O que a mistagogia punha em scena nos santuários, ensinava-o públicamente aos homens a poesia e até a filosofia nas suas ficções. Daí, as descrições dos Campos Elísios e do Tártaro que se encontram em Homero, Virgílio e Platão, e as que todas as teologias nos deram, cada qual a seu modo.

Nunca houve da Terra nem dos seus habitantes descrição tão completa como a que os antigos nos deixaram dêsses países de nova criação conhecidos pelos nomes de Inferno, Tártaro e Campos Elísios. E êsses mesmos homens, tão limitados nos seus conhecimentos geográficos, entraram nos mais circumstanciados pormenores sôbre a morada das almas depois da morte, sôbre o govêrno de cada um dos dois impérios que constituem o domínio das sombras; sôbre os hábitos, o regimen de vida, penas e prazeres, e até sôbre os próprios costumes dos habitantes dessas duas regiões. A mesma imaginação poética que havia criado êsse novo mundo, com igual facilidade o distribuiu e arbitràriamente imaginou o plano dessa distribuição.

Sócrates, no Fédon de Platão, obra destinada a estabelecer o dogma da imortalidade da alma e a necessidade da prática das virtudes, fala do lugar para onde se dirigem as almas depois da morte. Imagina uma espécie de Terra etérea, superior à que habitamos e situada numa região luminosíssima. É o que os cristãos chamam céu, e o autor do Apocalipse, Jerusalem celeste. A nossa Terra nada produz que se compare às maravilhas dessa estância sublime. As côres são lá mais vivas e brilhantes; a vegetação, infinitamente mais activa; as árvores, as flores, os frutos,

[1] Chamava-se Autópsia, nos antigos mistérios, aquela parte da iniciação em que os iniciados se lisonjeavam de ser admitidos à contemplação da divindade; e também tinha êste nome o estado de alma daquele que julga estar em relação directa com Deus, contemplá-lo, falar-lhe, ouvi-lo, etc.

dum grau de perfeição muito superior aos que temos neste mundo. As pedras preciosas, os jaspes, as sardónias emitem um brilho infinitamente maior que o das nossas, que não são mais do que o sedimento e a parte mais grosseira que delas se destacou.

Êsses lugares estão semeados de pérolas de puríssima água. Por toda a parte o ouro e a prata deslumbram a vista, e o espectáculo que essa terra apresenta delicia os olhos dos seus felizes habitantes.

Os animais são muito mais bonitos e de organização mais perfeita que os nossos.

A água é substituída pelo elemento do ar que, por sua vez é substituído pelo fluido éter. As estações são com tanta felicidade temperadas, que nunca há lá doenças. Os templos são habitados pelos próprios deuses, com os quais os homens convivem. Os habitantes dessa deliciosa morada são os únicos que vêem o Sol, a Lua e os astros, tais como êles são realmente e sem que nada lhes altere a pureza da luz.

Vê-se que a magia das fadas criou os Campos Elísios para divertir as velhas crianças e lhes inspirar o desejo de irem um dia habitá-los; mas só a virtude aí deve ter entrada.

Assim, aqueles que se distinguirem pela sua piedade e pela exactidão no cumprimento de todos os seus deveres sociais, irão habitar essa estância quando a morte os houver libertado dos laços do corpo e tirado dêste lugar tenebroso em que a geração precipitou as nossas almas. Para lá irão todos aqueles a quem a filosofia tiver desembaraçado das afeições terrenas e expurgado das máculas que a alma contrai pela sua união à matéria.

Há pois razão, conclui Sócrates, para darmos todos os nossos cuidados neste mundo ao estudo da filosofia e à prática de todas as virtudes. As esperanças que se nos propõem são suficientemente grandes para corrermos os riscos dessa opinião, e para lhe não quebrarmos o encanto.

E aí está, bem pôsto em foco, o fim da ficção. Aí está

o segrêdo dos legisladores e o charlatanismo dos mais célebres filósofos.

Outro tanto aconteceu com a fábula do Tártaro, destinada a horrorizar o crime pela vista dos suplícios da vida futura. Supõe-se que essa terra não oferece por toda a parte o mesmo espectáculo, e que nem todas as suas partes são da mesma natureza, porque teem sorvedouros e abismos infinitamente mais profundos do que aqueles que nós conhecemos. Essas cavernas comunicam entre si nas entranhas da Terra por meio de vastas e tenebrosas sinuosidades e por meio de canais subterrâneos por alguns dos quais derivam aguas, umas frias outras quentes, e por outros torrentes de fogo que neles se precipitam ou uma vasa espêssa que escorrega lentamente.

A maior dessas aberturas é a que se chama Tártaro. E' nêsse imenso abismo que se precipitam todos os rios que de lá saem depois por uma espécie de fluxo e refluxo, semelhante ao do ar que os nossos pulmões aspiram e expelem. Como no paraíso de Moisés lá se notam quatro rios principais. Um dêles é o Aqueronte, que forma, debaixo da Terra, imenso pântano, no qual vão reunir-se as almas dos mortos. E' outro o Piriflegetonte, que rola no seu leito inflamadas torrentes de enxôfre. Lá está ainda o Cocito, e, mais longe o Estígio.

E' nesta estância terrível que a justiça divina atormenta os culpados com todas as espécies de suplícios. Logo à entrada se encontra a medonha Tisífone, embrulhada num manto ensangüentado, e que, noite e dia, está de guarda à porta do Tártaro. Esta porta é defendida também por uma enorme tôrre, cercada de tríplice muralha que o Flegetonte contorna com as suas ondas ardentes, nas quais rolam com fragor blócos enormes de rochedos em brasa.

Quando alguem se aproxima desta horrível morada, ouve-se o estalar dos açoites que retalham o corpo dos desgraçados; os seus lastimosos gemidos misturam-se ao ruído das cadeias que trazem de rôjo.

Lá se vê também uma pavorosa hidra de cem cabe-

ças, [1] pronta sempre a devorar novas vítimas. Lá um cruel abutre se repasce das entranhas sempre renascentes dum famoso delinqüente. [2] Outro infeliz, impele com esfôrço um descomunal rochedo que está encarregado de fixar no cume de uma alta montanha, e que, mal se aproxima do ponto de fixação, imediatamente rola com estrondo até ao fundo do vale, obrigando o mísero a recomeçar um trabalho sempre inútil. [3]

Outro ainda, amarrado a uma roda que gira sem descanso, nem esperança tem de repouso em sua dor. [4]

Mais adiante, um desditoso está condenado a uma fome e sêde que eternamente o devoram, apesar de colocado no meio das águas e debaixo de árvores carregadas de frutos. No momento em que se inclina para beber, a onda fugitiva escapa-se-lhe da bôca, e entre os seus lábios não se encontra mais do que terra árida e lodo imundo. Se estende a mão para colher um fruto, o ramo pérfido eleva-se, e, para lhe irritar a fome, torna a descer logo que o infeliz a mão retira. [5]

---

1 De cincoenta, diz Vírgilio, do qual esta descrição, de resto, parece ser tirada:

> Quinquaginta atris immanis hiatibus Hydra
> liv. 6.º vers. 576
>
> Hidra imensa, cincoenta escancaradas fauces.

N. do T.

2 E' Tício que, tentando violentar Latona, foi morto às frechadas por Apolo e precipitado no Tártaro onde sofre o citado castigo, idêntico ao de Prometeu. *N. do T.*

3 Sisifo, filho de Eolo, e notável pelas suas ladroeiras e piratarías. *N. do T.*

4 Íxion, que foi condenado como se diz no texto, por faltar ao respeito a Juno. *N. do T.*

5 É Tântalo, rei da Lídia, que, para experimentar a presciência dos deuses, matou o proprio filho, o preparou e lho serviu à mesa. Foi por isso condenado ao Tártaro onde sofre o castigo indicado no texto. *N. do T.*

Mais longe, cincoenta criminosas raparigas estão condenadas a encher um tonel crivado de orifícios pelos quais a água sai por todas as partes. [1]

Não há género de suplícios que o génio fecundo dos mistagogos não tenha inventado para intimidar os homens, a pretexto de os conter, ou antes de os sujeitar e entregar ao despotismo dos governos. Porque estas ficções não ficaram na classe dos romances vulgares; infelizmente ligaram-nos à moral e à política.

Êsses aterradores quadros estavam pintados nas paredes do templo de Delfos. Essas narrações entravam na educação que as amas e as mães crédulas davam aos filhos. Falava-se-lhes do inferno, como ainda se lhes fala de almas do outro mundo e lobisómens, tornando-lhes as almas tímidas e fracas. Sabe-se quanto são fortes e duradouras as primeiras impressões, principalmente quando a opinião geral, o exemplo da credulidade dos outros, a autoridade de grandes filósofos tais como Platão, e de poetas célebres tais como Homero e Virgílio, um hierofante respeitável, cerimónias pomposas, augustos mistérios celebrados no silêncio dos santuários; quando os monumentos da arte, as estátuas, os quadros; quando tudo, emfim, se reúne para inspirar por todos os sentidos um grande êrro que se adorna com o imponente nome de verdade santa, revelada pelos próprios deuses e destinada a fazer a felicidade dos homens.

Um julgamento solene e terrível decidia da sorte das almas, e o código pelo qual se era julgado fôra redigido por padres e legisladores segundo a noção que tinham do justo e do injusto, e conforme a conveniência das sociedades e principalmente conforme convinha a quem as governava. Não era ao acaso, diz Virgílio, que às almas se destinavam moradas diferentes nos infernos. Era sempre uma sentença justa que decidia da sua sorte.

---

[1] Deve referir-se às Danaidas, mas não compreendo porque são 50 e não 49 as condenadas. Eram 50 as filhas de Danaus e todas casaram no mesmo dia. Tinham combinado matar os maridos na primeira noite de núpcias, e assim o fizeram, à excepção de Hipermnestra que poupou Linceu. *N. do T.*

Após a morte dirigiam-se as almas a um trívio, um de cujos caminhos partia para a direita, outro para a esquerda. O primeiro levava aos Campos Elísios, e o segundo ao Tártaro. Aqueles que haviam obtido sentença favorável, passavam para a direita; os culpados, para a esquerda.

Esta ficção sôbre a direita e esquerda foi copiada pelos cristãos na sua fábula do juizo final, ao qual, no fim do mundo, Cristo deve presidir. Diz Cristo aos bemaventurados, que passem para a direita; e aos réprobos, que passem para a esquerda. [1] Ora, de certo não foi Platão que copiou o autor da lenda de Cristo, a não ser que também o façam profeta. A ficção é própria do sistema dos dois princípios. A direita era atributo do princípio do bem, e a segunda era-o do princípio do mal. Encontra-se também a mesma ficção em Virgílio; o mesmo famoso trívio ou bifurcação, um dos ramos da qual, o da direita, conduz aos Campos Elísios, e o outro, o da esquerda, leva ao lugar dos suplícios ou ao Tártaro. [2]

Faço esta observação para aqueles que julgam o evangelho uma obra inspirada, se é que êsses tais se atrevem a ler-me.

---

[1] S. Mateus, cap. 25 — vers. 32 a 34, e 41. *N. do T.*

[2] Hic locus est partes ubi se via findit in ambas:
Dextera, quae Ditis magni sub moenia tendit;
Hac iter Elysium nobis: at laeva malorum
Exercet poenas, et ad impia Tartara mittit.
Eneida — liv. 6.º, vers. 540 a 543.

Eis se bisfurca a estrada: à dextra o paço fica
Do Grão Pluto; por esta ao Elísio iremos;
A sestra pune os maus, ao Tártaro ímpio leva.
N. do T.

Era a êsse trívio que se dirigiam as almas dos mortos para comparecerem perante o supremo juiz. Ao consumarem-se os séculos, a terrível trombeta se fazia ouvir e anunciava nova ordem de coisas. Mas havia também um julgamento logo após a morte de cada homem. Minos lá estava nos infernos a agitar a urna fatal. Ao seu lado, as Fúrias vingadoras e a multidão de génios malfazejos se encarregavam de executar as terríveis sentenças que êle proferia. Associaram a Minos dois outros juízes: Eaco e Radamanto, e às vezes Triptoleme, célebre nos mistérios de Ceres, nos quais se ensinava a doutrina dos castigos e recompensas.

Os índios teem o seu Zomo, ou, segundo outros, Jamen, que exerce também as funções de juiz nos infernos. Os japoneses, sectários de Buda, fazem dêle igualmente o juiz dos mortos. Os lamas teem Erlic-Can, déspota soberano dos infernos e julgador das almas.

Vasta campina ocupava o meio dêsse trivio em que Minos residia e no qual se reuniam os mortos. Os magos, que imaginaram também campina semelhante, diziam que ela estava tôda semeada de asfodelos. Os judeus tinham o seu vale de Josafá. Cada qual arranjou a sua fábula, mas todos se esqueceram de que uma verdade envôlta em mil mentiras depressa perde a sua fôrça, e de que, embora fôsse verdadeiro o dogma das recompensas e das penas, o havia de tornar inacreditável e maravilhoso.

Era o anjo da guarda que conduzia os mortos ao medonho tribunal. A teoria dos anjos da guarda não é nova; encontra-se entre os persas e na Caldeia. Entre os gregos, fazia o génio familiar as vezes de anjo de guarda. Êste, que tinha sempre velado pelo comportamento daqueles a quem guardava, só lhes permitia o trasporte das boas e más acções. O lugar divino onde as almas se reuniam para serem julgadas chamava-se o *Campo da Verdade*, certamente porque verdade nenhuma aí se ocultava, e crime nenhum escapava ao conhecimento do grande juiz.

Nada se vê nesta ficção que os cristãos não copiassem.

Também, os seus doutores eram, na generalidade, platonistas. S. João, no Apocalipse, qualifica o supremo juiz de fiel e verdadeiro.

Nêsse julgamento é impossível mentir, como diz Platão. Virgílio igualmente nos assevera que Radamanto constrange os culpados à confissão dos crimes que na Terra cometeram e cujo conhecimento haviam, e de tal se vangloriavam, ocultado aos mortais. Por outras palavras os cristãos dizem o mesmo, quando ensinam que, no dia do juizo, todas as consciências se desvelarão e tudo sairá a lume. Era também isso que acontecia aos que compareciam perante o tribunal estabelecido no Campo da Verdade.

Podem separar-se os homens em três grupos: uns são verdadeiramente virtuosos e teem a alma liberta da tirania das paixões; é o menor número. São êsses os eleitos, porque muitos são chamados e poucos os escolhidos. Outros teem manchada a alma dos mais negros delitos; o número dêstes, felizmente, não é também o maior. Há porêm outros, e constituem o maior número, que teem os costumes vulgares. Semi-virtuosos, semi-viciosos, nem são dignos das brilhantes recompensas do Elísio, nem dos suplícios terríveis do Tártaro.

Esta tríplice divisão, que a ordem social naturalmente nos apresenta, é dada por Platão no seu Fédon. Neste diálogo distingue realmente Platão três espécies de mortos que comparecem no medonho tribunal dos infernos. Igualmente se encontra em Plutarco, que se ocupa do mesmo assunto e que, na sua resposta aos discípulos de Epicuro, disserta sôbre o estado das almas depois da morte. Aí foram os cristãos, que — já o dissemos — nada inventaram, buscar o seu paraíso, o seu inferno e o seu purgatório, que é um meio termo entre os dois primeiros, e ao qual vão parar aquelles cujo procedimento ocupa igualmente o termo médio entre o dos homens muito virtuosos e o dos muito criminosos.

Ainda para isto não há necessidade de revelação. Com efeito, como, naturalmente, na maneira de viver dos ho-

mens se podem distinguir três graus, e como entre os maiores crimes e as maiores virtudes há o procedimento comum ou vulgar em que o vício e a virtude se misturam, sem que tanto um como a outra nada tenham de bem saliente, é claro que a justiça divina, para dar a cada qual o que lhe pertencia, deveria ter feito idêntica distinção entre essas três maneiras de tratar os que compareciam perante o seu tribunal. Deviam portanto ser três os lugares para onde ela mandava os que tinha julgado. São ainda nisto uns copistas os cristãos.

« Quando os mortos, diz Platão, chegam ao lugar aonde o respectivo génio familiar os conduz, começa-se primeiro por julgar os que viveram conformemente às regras da probidade, piedade e justiça, os que dessas regras absolutamente se afastaram, e os que estão entre os primeiros e os segundos. »

Os judeus supõem que Deus tem três livros, que abre para julgar os homens: o livro da vida para os justos, o livro da morte para os maus, e o livro dos homens melhores do que êstes e piores do que aqueles.

Era depois do mais sevéro exame das virtudes e dos vícios que o juiz proferia a sentença, e apunha um sêlo na fronte do julgado. Esta ficção platonista encontra-se também entre os cristãos, na obra de iniciação nos mistérios do cordeiro, ou seja no Apocalipse. Aí se observa efectivamente, entre a multidão de mortos, que uns, os condenados, trazem na fronte o sêlo da bêsta infernal, ou génio das trevas, os outros teem na fronte o sinal do *cordeiro* ou génio da luz.

Os julgamentos eram em grande parte feitos sôbre o código social, e era nisto que a ficção tinha um fim verdadeiramente político. O supremo juiz recompensava as virtudes que as sociedades teem interesse em animar, e punia os vícios que elas desejariam vêr proscritos.

Se as religiões a isto se tivessem limitado não teriam degradado tanto como degradaram a razão humana, e quási se lhes poderia perdoar o artifício em atenção à utilidade do fim. Satisfazem-nos as fábulas de Esopo, por causa do seu fim moral, e ninguêm o pode acusar de impostura, visto como nem as próprias crianças por elas se deixam iludir; mas as fábulas dos Campos Elísios e do Tártaro são cridas à letra por muitos homens a quem elas manteem numa perpétua infância.

Entre gregos e romanos, essa grande fábula sacerdotal tinha por fim manter as leis, animar o patriotismo e os talentos úteis à humanidade, pela esperança das recompensas do Elísio, e também evitar os crimes e os vícios no seio das sociedades, pelo temor dos suplícios do Tártaro. Pode afirmar-se que entre êles principalmente ela deve ter produzido bons resultados, ainda que a ilusão não foi duradora, visto como já dela descriam as velhas no tempo de Cícero.

Excluíam-se dos Campos Elísios todos aqueles que não tinham procurado sufocar uma conspiração nascente e que, pelo contrário, a haviam fomentado. Nem essas honradas criaturas que hoje, a todos os momentos, falam com saudade da religião dos seus pais, isto é, dos seus antigos privilégios, nem os nossos actuais sacerdotes lá seriam admitidos, visto como se encontram à frente de tôdas as conspirações tramadas contra a sua pátria, entregam os seus concidadãos ao ferro dos inimigos externos e ao punhal dos inimigos internos e se ligam com tôda a Europa conjurada contra a terra que os viu nascer. Isto são crimes em tôda a parte; entre êles, porêm, são virtudes que o juiz supremo deve recompensar.

Eram também excluídos dos Campos Elísios todos os cidadãos que se haviam deixado corromper, que haviam aberto ao inimigo as portas duma praça; que lhe tinham fornecido navios, aparelhos, velame, cordoalha ou tudo o que é necessário para os fazer manobrar; dinheiro, etc.; os que tinham lançado na servidão os seus compatriotas e lhes tinham dado um senhor.

Êste último dogma tinham-no imaginado os estados livres, e, de certo, não deve a sua origem aos padres, que só querem nas sociedades senhores e escravos.

A filosofia depois procurou nessas ficções um freio para conter o próprio despotismo que nos primeiros tempos as tinham imaginado. Platão coloca no Tártaro os ferozes tiranos tais como Ardieu da Panfília, que tinha assassinado um irmão mais velho e até o próprio pai, ancião respeitável, e que se havia maculado com um sem número de outros crimes. Os cristãos trataram melhor a Constantino, cheio de crimes tão infames como aqueles, mas que lhes protegeu a seita.

A alma, depois da morte, conservava todas as máculas dos crimes cometidos, e era por elas que o supremo juiz pronunciava a sua sentença. Platão observa, e com razão, que as almas que mais e maiores manchas tinham eram quási sempre as dos reis e de todos os depositários dum grande poder. Tântalo, Tício, Sisifo, haviam sido reis na Terra, e eram nos infernos os primeiros réprobos e os mais terrivelmente supliciados.

Mas os reis nunca foram lôgro dessas ficções; não os impediram elas de tiranizarem os povos, como não obstaram aos vícios dos papas nem aos embustes dos padres, apesar da impostura e da mentira deverem ser punidas nos infernos. Sim, porque os impostores, os perjuros, os scelerados, os ímpios, etc., eram banidos dos Campos Elísios.

Virgílio enumera os principais delitos de que a justiça divina tirava vingança, no Tártaro. Vê-se aqui um irmão ao qual um ódio sanguinário armou o braço contra seu próprio irmão; um filho que maltratou o pai, um patrício que enganou um cliente, um avarento, um egoísta, e é dêstes últimos o maior número. Mais adiante observa-se um infame adúltero, um escravo infiel, um cidadão que se armou contra os seus concidadãos. Êste vendeu a pátria por dinheiro; aquele fêz-se pagar para fazer passar ou revogar leis. Vê-se noutra parte um pai incestuoso que maculou o leito de sua filha, esposas crueis que assassinaram os maridos; e por tôda a parte se pune o homem que afronta a justiça e os deuses.

Nota-se em geral que os autores destas ficções, a princípio,

só aplicaram penalidades aos crimes que prejudicam à humanidade ou ao bem social, porque a satisfação e o aperfeiçoamento da sociedade eram o fim principal da iniciação. Minos punia nos infernos os mesmos crimes que outrora teria punido na Terra, de conformidade com as sábias leis dos cretenses, a admitirmos que êle haja reinado em Creta. Se os crimes contra a religião foram também punidos, é porque, segundo o sistema dêsses legisladores, a religião era considerada um dever e o principal vinculo da ordem social, e portanto a irreligião não podia deixar de ser incluida entre os maiores crimes de que os deuses deveriam tirar vingança.

Assim era que se dizia ao povo que o maior crime de muitos condenados célebres consistia em não terem êles feito muito caso dos mistérios de Elêusis, que o de Salmoneu fôra o querer imitar o raio de Júpiter; e o de Íxion, o de Órion, o de Tício, o tentarem violar certas deusas; porque os deuses, assim como os homens, não querem admitir rivais.

A ficção dos Campos Elísios concorria, juntamente com a do Tártaro, para o mesmo fim moral e político. Virgílio coloca nos Campos Elísios os heróicos defensores da pátria que em defesa dela morreram (exactamente aqueles que os nossos padres hoje mandam matar! ¡A que ponto se não perverteu o espírito das antigas iniciações!); ao lado dêles encontram-se os inventores das artes, os autores das descobertas úteis, e em geral todos os beneméritos da humanidade, que por isso adquiriram direito à recordação e ao reconhecimento dos seus semelhantes. Foi para robustecer esta ideia que se imaginou a apoteose, de que mais tarde a lisonja abusou. Com êste fim se ensinava nos mistérios, que Hércules, Baco e os Dioscuros eram simples homens que, pelas suas virtudes e pelos serviços que prestaram, haviam conseguido atingir a mansão da imortalidade. Nela foi colocado Scipião pela gratidão dos romanos, cujos descendentes livres lá poderiam também colocar o Scipião dos franceses.

*

Na sua qualidade de poeta, coloca Virgílio nos Campos Elísios, e em lugar de destaque, aqueles a quem Apolo inspira, e os que, em nome dos deuses, transmitem os oráculos, tanto a respeito de moral como os simplesmente divinatórios.

Cícero, como estadista que amava ternamente a pátria, lá dá lugar também àqueles que se tiverem assinalado pelo seu patriotismo, pelo tino com que hajam governado os estados, ou pela coragem que tenham revelado para os salvar; aos amigos da justiça, aos bons filhos, aos bons pais, e principalmente aos bons cidadãos. O cuidado, diz o orador romano, que o cidadão toma pela felicidade da pátria torna fácil à sua alma o regresso aos deuses e ao céu, que é a sua pátria verdadeira.

Aí está uma instituição, aí estão dogmas bem próprios para animar o patriotismo e todos os talentos úteis à humanidade. É o homem que bem serve a sociedade que lá se recompensa, e não o monge ocioso que dela se isola, tornando-se-lhe encargo e vergonha.

Segundo Platão, são a beneficência e a justiça que nos Campos Elísios recebem recompensa. Lá se encontra o justo Aristides, que pertence ao pequeno número daqueles que nunca abusaram do grande poder de que estiveram revestidos, e sempre com escrupulosa integridade administraram os cargos que lhe foram confiados. Também possuem os mais seguros e sagrados direitos a um lugar nos Campos Elísios, a piedade e principalmente o amor da verdade e as investigações que por ela se fazem. Platão, porêm, deu a esta ideia tão exagerada extensão, que a podemos considerar o gérmen de todos os abusos introduzidos pelo misticismo na antiga ficção sôbre os Campos Elísios.

Com efeito, concede lá o sábio um lugar de evidência ao que vive consigo mesmo, sem se importar com os negócios públicos, simplesmente ocupado em purificar de paixões a sua alma, que sómente almeja pelo conhecimento da verdade, que se liberta dos erros que cegam os outros homens, que despreza os bens que êles estimam, e põe

todo o seu esfôrço em formar a sua alma para as virtudes.

Esta opinião que os antigos formaram da preeminência da filosofia e da necessidade que o homem tem de purificar a alma para contemplar a verdade e entrar em relações com os deuses, é muito anterior a Platão; antes que êste o fizesse, já Pitágoras a havia tirado do misticismo oriental.

Foi por abuso desta doutrina que os espíritos fracos, a pretexto de maior perfeição, se isolaram da sociedade, na crença de que, por uma contemplação ociosa, mereceriam os Campos Elísios até então reservados e prometidos simplesmente aos talentos úteis e à prática das virtudes sociais. Tal foi a origem do êrro que substituíu ridículos a virtudes e o egoísmo do solitário ao patriotismo do cidadão. A princípio, a iniciação não ía tão longe; foi isso obra das subtilezas filosóficas.

Êsse esfôrço constante do filósofo por separar a alma do contágio do corpo e por se libertar das paixões, para estar mais desimpedido e mais leve no momento de partir para a outra vida, degenerou em abstracções da vida contemplativa e originou todas as virtudes quiméricas conhecidas pelos nomes de celibato, abstinências, jejuns, que tinham por fim o enfraquecimento do corpo e conseguintemente o da sua acção sôbre a alma.

Foi essa pretensa perfeição que, falsamente considerada virtude, fêz esmaecer esta, pondo em seu lugar práticas ridículas às quais se concederam os mais brilhantes favores do Elísio. A religião cristã, assim como tôdas as da Índia, é uma das provas mais completas dêste abuso.

Terminado o julgamento pelo confronto do procedimento de cada qual com o código sagrado de Minos, passavam para a direita as almas virtuosas, guiadas pelo respectivo anjo da guarda ou génio familiar, e tomavam pelo caminho dos Campos Elísios e das Ilhas Afortunadas. As almas culpadas de grandes crimes, levadas pelo génio malfazejo que lhes aconselhava o mal, passavam para a esquerda e seguiam o caminho do Tártaro, levando atrás das costas a sentença

enumeratória das suas culpas. Finalmente, aquelas cujos vícios não eram incuráveis iam para um purgatório temporário, sujeitar-se a suplícios que revertiam em seu favor, e que era o meio único de expiação das suas faltas. As dos réprobos, pelo contrário, sujeitas a tormentos eternos, eram destinadas a servir de exemplo, única vantagem que do seu suplício se tirava.

Entre os que se punem, diz Platão, alguns há que, pela enormidade dos seus crimes, se reputam incuráveis, tais como os sacrílegos, os assassinos e todos os que se ennegreceram por delitos atrozes. Êsses, bem o merecem, precipitam-se no Tártaro, donde nunca sairão. Mas aqueles cujos pecados, grandes na verdade, forem todavia dignos de perdão (vem a ser os nossos pecados veniais), não obstante serem metidos nas prisões do Tártaro, são-no apenas por um ano. Passado êsse tempo, repelem-nos as ondas: a uns, pelo Cocito; a outros pelo Periflegetonte.

Uma vez chegados ao pântano do Aqueronte, pedem em altos gritos o perdão daquêles a quem prejudicaram; invocam-nos para que lhes concedam desembarcarem no pântano e serem aí recebidos. Se conseguem enternecê-los e obter dêles o consentimento, descem ao pântano e aí terminam os seus tormentos; se não conseguem, são novamente repelidos para o Tártaro e daí lançados nos rios. E êste género de suplício só acaba para êles quando conseguem pela compaixão vencer os ultrajados. Tal é a sentença contra êles proferida pelo terrível julgador.

Também Virgílio fala das penas expiatórias aplicadas àqueles que não estavam suficientemente puros para entrar nos Campos Elísios. Essas purificações eram dolorosas para as almas; eram verdadeiros suplícios. Supõe êle que as almas, ao saírem do corpo, raras vezes estavam bastante purificadas para se reunirem ao fogo éter do qual tinham procedido. O seu contacto com a matéria terrestre tinha-as carregado de porções heterogénias de que haviam de libertar-se antes de poderem confundir-se com o seu elemento primitivo. Todos os meios conhecidos de purificação eram

portanto, empregados: a água, o ar, o fogo. Por isso, umas eram expostas à acção do vento, que as agitava; outras mergulhadas em tanques profundos para nêles se lavarem das suas nódoas; outras passavam por um fogo depuratório. Cada homem experimentava em seus manes uma espécie de suplício, até merecer a admissão nos campos brilhantes do Elísio; mas muito poucos obtinham esta felicidade.

Ora aí está bem claramente um purgatório para as almas que não tinham sido precipitadas no Tártaro, e que podiam ter esperança de entrar um dia na mansão da luz e da felicidade. Ora aí estão os cristãos mais uma vez convencidos de que nunca passaram de copistas dos antigos filósofos e teólogos pagãos.

Notámos, na passagem de Platão, que se podia reduzir a duração dêsses suplícios preparatórios, apiedando por meio de súplicas aqueles a quem se tinha ultrajado. No sistema dos cristãos, o primeiro ultrajado era Deus, e era preciso, portanto, tentar comovê-lo; e os padres, intermediários reconhecidos pela divindade, encarregaram-se dessa comissão, pagando-lha. E está nisto o segrêdo da igreja; a origem das suas imensas riquezas. Por isso o deus dêles tantas vezes repete: Livrai-vos de aparecer diante de mim com as mãos vazias.

Foi assim que os padres e as igrejas enriqueceram com piedosos donativos; dêste modo as instituições monásticas se multiplicaram a expensas das famílias espoliadas pela imbecilidade religiosa dum parente e pelas velhacarias dos padres e dos monges. Por toda a parte a ociosidade monacal engordou à custa da substância dos povos; e a igreja, tão pobre em sua origem, explorou muito vantajosamente o domínio do purgatório, para nada mais ter a recear da indigência dos primeiros séculos, e até para insultar com o seu luxo a mediania do artífice laborioso.

Felizmente para nós, a revolução acaba de operar uma espécie de resgate; a nação tornou a tomar aos padres e aos frades a posse dêsses imensos bens, fruto da usurpação de tantos séculos, e não lhes deixou senão os bens celestes

com que êles parecem importar-se muito pouco, mas que lhes pertencem por direito de invenção. Por mais justo que êsse resgate pareça, os tiranos da nossa razão não renunciaram muito facilmente aos seus antigos roubos. Para se conservarem na posse do que haviam usurpado, afiaram de novo os punhais de S. Bartolomeu; abrasaram a pátria no incêndio da guerra civil, e a toda a parte levaram os archotes das fúrias sob o nome de facho da religião. Em tôrno dêles abandaram todos aqueles que viviam dos abusos das prevaricações.

A orgulhosa e feroz nobreza colocou os seus privilégios sob a protecção dos altares, como último entrincheiramento do crime; o ateu contra-revolucionario fez-se devoto; a prostituta dos paços quis ouvir a missa do padre rebelde às leis do seu país; a cortesã que, no teatro, vivia do produto do seu vício, queixou-se a Deus de que a revolução lhe roubou os seus bispos e os seus ricos abades; o papa e o chefe dos antipapistas uniram-se para a guerra; os incas tornaram-se bons cristãos; Turcaret [1] tornou-se Tartufo, [2] tôdas as espécies de hipocrisia e malvadez marcharam sob o estandarte da cruz, porque todos os crimes são bons para os padres, e os padres bons para todos os crimes.

Foi o padre que abençoou os punhais da Vendeia e dos *chouans;* [3] é êle que acaba de cobrir a Suiça com os

---

[1] Turcaret, personagem da comédia do mesmo nome, de Le Sage. Homem de espírito tacanho e falho de educação, conseguiu, todavia, à força de tôda a espécie de roubalheiras, juntar grandes riquesas.

N. do T.

[2] Tartufo personagem da comedia do mesmo nome, de Molière, é, sob a capa da honradez e da sinceridade, requintadamente hipócrita e perverso.

N. do T.

[3] Nome dado aos insurrectos da Bretanha, Normândia e Vendeia, no tempo da primeira república francesa. Por extensão foi o mesmo nome dado a todos os partidários da causa rialista no Oeste da França. Alguns supõem que aquele nome vem de ser

cadáveres dos seus valorosos filhos a quem burlou. E eis a religião cristã, bem digna de haver tido Constantino por seu protector o Nero do seu século, e por chefes os papas incestuosos e homicidas, tais como o assassino de Basseville [1] e do valente Duphot. [2] ¿ Causou jamais a filosofia tantos males?

É agora ocasião de examinar e pesar bem entre si as vantagens e inconvenientes das ficções sagradas, das instituições religiosas em geral, e particularmente da religião cristã; de ver quem mais ganhou: se as sociedades, se os padres. Já estamos convencidos de que era bom o fim das iniciações em geral, e de que, se em vez de ser sempre empregada por velhacos àvidos de poder e de riquezas, a impostura criadora da fábula do paraíso e do inferno para os néscios fôra sempre dirigida por homens atilados e virtuosos tanto quanto é lícito que um impostor o seja, poderia até certo ponto ser tolerada por aqueles que, contra a minha opinião, julgam que é permitido enganar para se ser mais útil. Assim é que às vezes se perdoa à ternura materna o preservar o filho dum perigo certo

---

conhecido por João Chouan um dos chefes insurrectos; outros dizem que êle provêm do facto dos insurrectos imitarem o grito da coruja, em francês *chouette*, para avisarem da aproximação das tropas republicanas.

N. do T.

[1] Bassevillo ou Bassville, diplomata francês trucidado pelo povo de Roma, segundo se disse, por ordem do govêrno pontifical, no tempo do papa Pio 6.º Hoje não se acredita muito nessa ordem do pontífice, nem nas convicções liberais e republicanas de Basseville que se supõe não ter passado dum intrigante e dum medíocre.

N. do T.

[2] General francês, acompanhou José Bonaparte a Roma para onde êste tinha sido enviado embaixador. Na ocasião duma sublevação popular, e no momento em que Duphot procurava intervir junto dos soldados pontificais, para que não atirassem sôbre o povo, foi mòrto por uma descarga da tropa papal.

N. do T.

inspirando-lhe terrores quiméricos, ameaçando-o com o lôbo para o tornar mais dócil aos seus ensinamentos e para o impedir de se prejudicar, embora, a final, valesse mais olhar por êle, recompensá-lo ou puní-lo, do que imprimir-lhe na alma terrores pânicos que de futuro o tornam tímido e crédulo.

Os que admitem as penas e recompensas futuras basciam-se em que Deus, sendo justo, deve premiar a virtude e castigar o crime; mas deixam que os padres decidam sôbre o que a virtude e o crime veem a ser. É portanto a moral sacerdotal que Deus está encarregado de manter, e sabe-se quanto ela é absurda e atroz. Se Deus só deve punir ou recompensar o que é contrário ou conforme à moral natural, a religião natural basta ao homem, visto como ela se funda no bom senso e na razão. Nesse caso não é própriamente a religião que nos faz falta, mas sim a moral, e então estamos de acôrdo. Fora a chamada moral religiosa? fora os indignos padres? De acôrdo ainda.

Mas a fábula do Elísio e do Tártaro nem sempre se conteve no círculo da moral admitida por todos os povos nem no interesse bem conhecido de todas as sociedades. O espírito de misticismo e a doutrina religiosa apoderaram-se dela para nela basearem as suas quiméras. Assim, ao lado dos dogmas da moral comuns a todos os filósofos antigos, colocaram os cristãos um sem número de preceitos e regras de vida tendentes à degradação da alma, ao aviltamento da razão, e aos quais todavia se conferem as maiores recompensas do céu.

Efectivamente ¡ que espectáculo mais humilhante para a humanidade, do que ver um homem forte e vigoroso viver de esmolas, por um motivo religioso, em lugar de viver do produto do seu trabalho! ¡ um homem que, podendo nas artes e no comércio passar uma vida útil para êle e para os seus concidadãos, prefere não passar dum apalermado contemplativo, porque a religião promete as suas mais brilhantes recompensas a êste genero de

inutilidade social! E não se diga que é isso um abuso da moral cristã, quando, pelo contrário constitui a sua perfeição; e o padre ensina que todos devemos visar à perfeição. Um frade cartuxo ¡em delírio, um insensato trapista que, como os outros doidos, se condenavam a viver sempre encerrados, sem comunicação com o resto da sociedade, ocupados em meditações tão tristes como inúteis e quiméricas, vivendo austeramente, extenuando-se, esgotando santamente tôdas as fôrças do corpo e do espírito para ser mais agradável ao Eterno, não eram aos olhos da religião, como o são aos olhos da razão, uns loucos para os quais as ilhas de Anticira [1] não forneceriam heléboro bastante; eram mas é uns santos homens que a graça divina tinha elevado à perfeição e para os quais Deus reservava no céu um lugar tanto mais alto quanto mais sublime era tal género de vida.

Raparigas simples e crédulas, caricatamente embiocadas, cantando à noite, não lindas canções, mas hinos idiotas de que felizmente nada entendiam, tudo em honra dum ser que as não ouvia; orando e meditando no isolamento, chegando até a flagelar-se; pondo a sua virgindade sob a protecção das grades e dos ferrolhos que nunca se abriam nem corriam senão perante a lubricidade dum director, não eram, aos olhos dos padres, cabeças fracas atacadas dum delírio habitual e que se sequestravam da sociedade como as outras doidas dos nossos hospitais; santas é que elas eram; santas raparigas que tinham consagrado a Deus a sua virgindade, e que, à fôrça de jejuns, de privações e principalmente de ociosidade, atingiam um estado de perfeição que as colocava acima do lugar que teriam ocupado no céu se, satisfazendo o voto

---

[1] Na antiga Fócida, no gôlfo de Corinto (Grécia). Eram notáveis pela cultura do heléboro, planta ranunculácea, que noutros tempos se supunha muito eficaz para curar a loucura. *N. do T.*

da natureza, se houvessem tornado mães e tivessem criado filhos para defesa da pátria.

Tinham renunciado aos mais ternos afectos que ligam os homens entre si, e, conformemente à doutrina cristã, haviam abandonado pai, mãe, irmãos, irmãs, parentes, amigos, para se unirem ao esposo espiritual ou Cristo, e tinham-se amortalhado em vida para um dia ressuscitarem com êle e se juntarem ao côro das virgens santas que povoam o paraíso. Eis o que se chamavam almas privilegiadas. E o crime da nossa revolução é ter destruído também êsses privilégios e restituído à sociedade essas desgraçadas vítimas da impostura sacerdotal.

Não se levanta a voz contra os algozes que as tinham precipitado nessas horríveis masmorras, nessas bastilhas religiosas, mas clama-se contra o legislador humano que daí as arrancou, e fèz brilhar também a liberdade nesses túmulos, em que a superstição prendia a alma sensível mas pouco ilustrada que havia seduzido. Tal é o espírito dessa religião, tal a perfeição ou antes a degradação a que ela conduz a nossa espécie. Porque, repito, não se trata dum abuso, mas duma conseqüência dos seus dogmas. E tanto assim, que o autor da lenda de Cristo põe na bôca do seu herói a seguinte frase:

«Na verdade vos digo, que ninguem deixará, por mim e pelo evangelho, casa, irmãos, irmãs, pai, mãe, filhos e terras, que presentemente e no século futuro não receba cem por um.» [1]

¡Quantos desgraçados não arrastou essa falsa moral para a solidão e para os mosteiros!

O casamento é apresentado no evangelho como um estado de imperfeição, quási como tolerância para as almas fracas. Um ouvinte de Cristo, assustado por essa moral,

[1] S. Mateus, cap. 19.º, vers. 29 — S. Marcos, cap. 10.º, vers. 29 e 30 — S. Lucas, cap. 18.º, vers. 29 e 30.
N. do T.

observa que, sendo o casamento tão cheio de perigos, é preferível não casar. O pretenso doutor responde que nem todos são capazes de renunciar ao casamento, mas sómente aqueles a quem o céu concedeu tal resolução. [1]

E aí está o celibato, êsse vício anti-social, elevado à categoria de virtude, e reconhecido como estado de perfeição que nem a todos foi dado atingir.

Convenhamos, de boa fé, em que, se os legisladores antigos assim tivessem organizado as sociedades, e conseguido que semelhante doutrina calasse no espírito de grande número de homens, as sociedades não teriam subsistido por muito tempo. Felizmente o contágio dessa vida perfeita não atacou o mundo inteiro, sem que, todavia, deixasse de lhe produzir muitos prejuízos de que ainda nos ressentimos.

Foi assim que os requintes do misticismo oriental destruíram os efeitos das iniciações primitivas. Estas conseguiram atar os primeiros laços sociais; aquelas, só podiam rompê-los. Os selvagens, dispersos pelas florestas com suas mulheres e filhos, alimentando-se do fruto do carvalho ou vivendo da caça, eram ainda homens, antes de serem civilizados; os solitários da Tebaida, [2] depois de aviltados pelo misticismo, já o não eram. Ora, na minha opinião, é mais digno de respeito o habitante das florestas da Germânia, que o da cidade de Oxirinque, [3] inteiramente povoada de monges e virgens.

Eu sei que o crédulo Rollin, [4] na sua história anti-

[1] S. Mateus, cap. 19.º, vers. 10, 11 e 12.
N. do T.

[2] Ou Alto Egipto; capital, Tebas, donde veio Tebaida. Foi nos desertos que cercam a Tebaida que viveram os primeiros anacoretas e eremitas cristãos.
N. do T.

[3] Cidade da antiga Tebaida.
N. do T.

[4] Historiador francês.
N. do T.

filosófica, diz ser a população desta cidade um dos milagres da graça e honra do cristianismo. Pode ser; mas então o cristianismo é a vergonha da humanidade. Introduzir nas sociedades os seus dois maiores e temíveis flagelos — o celibato e a ociosidade — longe de ser aperfeiçoá-las, é destruí-las. O paraíso dos cristãos parece-se muito com a cidade de Oxirinque.

Em vez dos grandes homens que edificaram cidades, que fundaram impérios, ou que à custa do seu sangue os defenderam; em vez dos homens de génio que, pelos seus conhecimentos sublimes, pela invenção das artes e por descobertas úteis, se ergueram acima do seu século; em vez dos chefes das numerosas populações civilizadas pelos hábitos e pelas leis; em vez dos Orfeus [1] e dos Linos [2] colocados por Virgílio nos seus Campos Elísios; ao céu dos cristãos eu vejo chegar bojudos frades, embiocados em hábitos de tôdas as ordens; fundadores ou chefes de ordens monásticas, aspirando, pela sua orgulhosa humildade, aos primeiros lugares do paraíso. Na sua peùgada eu vejo aparecer capuchinhos de longa barba e pés enlameados, aos ombros uma capa escura e suja e principalmente a pesada sacola dos metagirtas cheias das esmolas do pobre; aparecem ainda, sob o hábito da indigência, piedosos gatunos que prometeram o paraíso a trôco de algumas cebolas, e que nêle vão tomar o seu lugar em recompensa do aviltamento que êles chamam humildade cristã. Ao lado dêles vejo irmãos ignorantinos, cujo merecimento único é nada saberem, pois lhes disseram que a

---

[1] Músico lendario da Grécia. Os acordes da sua lira eram tão harmoniosos que, ouvindo-os, as feras perdiam nesse momento toda a sua ferocidade e corriam para junto do grande artista. Com os seus cantos acompanhados dos sons da lira comoveu Orfeu as próprias divindades infernais.
N. do T.

[2] Poeta lendário, contemporâneo de Orfeu.
N. do T.

sciência é mãe do orgulho e que só entram no céu os pobres de espírito.

Que moral! Ó Orfeu! Ó Lino! ¿Teríeis vós jamais acreditado que o génio criador dos Campos Elísios, nos quais Virgílio vos deu o primeiro lugar, havia de ser um dia um título da exclusão, e que se havia de chamar orgulho ao vôo da imaginação e do espírito que vós tínheis procurado exaltar por meio de ficções próprias para animar os grandes talentos?

De igual modo, ¿não vimos nós, no nosso século, Voltaire descer ao Tártaro e subir S. Labre [1] ao céu? E vós, filósofos, que tínheis procurado o aperfeiçoamento da razão humana, associando a religião à filosofia ¿pudestes acaso suspeitar que o primeiro sacrifício que se lhe havia de fazer seria o da própria razão e da razão inteira? Foi todavia o que aconteceu e o que verão ainda por muito tempo os séculos vindouros.

Só o crente se salvará, diz a religião cristã. Logo, o descrente será condenado e entregue às Fúrias. Ora o filósofo não crê, mas julga e raciocina; e aquele que raciocina não merece suplícios eternos; doutro modo a divindade seria culpada, porque tendo dado ao homem a razão, armava-lhe assim um laço, e igualmente o seria ocultando-lhe a verdade nos sonhos do delírio e nêsse maravilhoso que a sã razão reprova.

Mas não; tudo o que mata a razão ou a degrada é um crime aos olhos da divindade, porque a razão é a voz do próprio Deus.

Quanto aos legisladores que procuraram na religião um

---

[1] Bento José Labre. Depois de ter estado em vários mosteiros peregrinou pela Suíça e pela Itália. Estabeleceu-se por fim em Roma onde dormia sôbre a terra dura, sem agasalho, desprendendo-se de tudo quanto lhe parecia confôrto, e vivendo apenas de esmolas. Morreu no último quartel do século 18.º e foi canonizado pelo papa Leão 13.º Celebra-se-lhe a festa a 16 de Abril.
N. do T.

meio de estreitar os laços da vida social e de chamar o homem aos deveres santos da família e da humanidade, eu poderia preguntar-lhes se teriam calculado que havia de haver uma iniciação em que o iniciador diria aos sectarios: «¿Crêdes que vim trazer a paz à terra? Não, afianço-vo-lo; o que vim trazer foi a guerra; porque de ora avante sempre que se encontrarem cinco pessoas numa casa, essas cinco pessoas se dividirão e farão guerra umas às outras, três contra duas e duas contra três. O pai fará guerra ao filho, o filho ao pai, a mãe à filha, a filha à mãe, a nora à sogra, a sogra à nora.» [1]

Esta horrível moral, infelizmemte, foi prègada em excesso pelos nossos padres durante a revolução. Êles levaram a divisão a tôdas as famílias, e interessaram na sua causa ou, melhor, nas suas vinganças todos aqueles que os puderam servir pelos seus escritos, pelo seu crédito, pelo seu dinheiro ou pelas suas armas. Separaram da pátria todos os que tiveram a fraqueza de prestar ouvidos aos discursos sediciosos. Fizeram muitas vezes ecoar nos seus púlpitos mentirosos estas terríveis imprecações do seu mestre: «Se alguem vier a mim sem aborrecer o seu pai e a sua mãe, sua mulher, os seus filhos, os seus irmãos, as suas irmãs e até a sua própria vida, êsse não poderá ser meu discípulo.» [2]

¡A quantos crimes não tem aberto a porta semelhante moral! A igreja, durante a revolução, foi o arsenal de todos os delitos e a própria religião lhes tinha preparado os gérmens na sua doutrina exclusiva e intolerante.

Quando se estabelece como máxima fundamental duma instituição, que é preciso sacrificar a esta tudo quanto a

[1] S. Lucas, cap. 12.º, vers. 51 a 53 — S. Mateus, cap. 10.º, vers. 34 e 35.

N. do T.

[2] S. Lucas, cap. 14.º, vers. 26 — S. Mateus, cap. 10.º vers., 37 a 40.

N. do T.

natureza e a sociedade nos oferecem de mais querido, as famílias e as sociedades vêem imediatamente dissolverem-se os seus vínculos sempre que o ordenam os interesses do padre que nunca deixam de confundir-se com os dos deuses. Não há moral mais santa do que a moral pública, e foi só para a robustecer que os legisladores imaginaram a moral religiosa.

A única desculpa da invenção das religiões está no facto de serem elas, dizem, necessárias à manutenção da sociedade; portanto a religião que da sociedade se isola, que acima dela se ergue, que se rebela contra as suas leis e que à mesma rebeldia arrasta os cidadãos, essa religião é um flagelo destruidor da ordem social; é preciso dela libertar a terra.

O catolicismo está nestes casos, e o chefe de tal seita considera seus mais fieis agentes os que se armaram contra a pátria; são êsses os seus ministros queridos. Pois bem! é preciso devolver-lhos, como peste, à sua origem. A obediência cega a um chefe de inimigos, embora êle use o nome de chefe da igreja, é crime de lesa-nação; e essa obediência, a religião ordena-a. Quem examinar bem a série das revoltas dos padres católico-romanos contra a autoridade nacional, fàcilmente se convencerá de que não é um simples abuso, mas uma conseqüência necessária da organização hierárquica dessa religião. Ela é que é má; é portanto ela que é preciso mudar ou destruir. Poupemos o povo enganado, mas guerra sem perdão aos enganadores. A profissão da impostura deve ser proscrita duma terra livre. Lembrem-se dos males que essa religião causou por intermédio dos seus ministros e dos pontífices, lembrem-se das desordens por ela introduzidas nos diversos impérios pela resistência dos seus padres à autoridade legítima, e verão que isso que em nosso tempo acontece não é um extravio momentâneo nem um abuso de alguns homens, mas sim o espírito da igreja, que em toda a parte quere dominar, e que na doutrina do seu evangelho, a par das máximas de humildade, encontra o próprio fundamento da

sua ambição. No evangelho se encontram estas palavras: « Tudo o *que tiverdes ligado* na terra, *será ligado no céu*; e tudo o que *tiverdes desligado* na terra, será igualmente *desligado* no céu. »[1] O céu obedece pois às vontades do padre, e o padre tem a sua ambição, porque é um homem com todas as paixões dos outros homens.

Julguemos, pelo que aí fica, da extensão das suas pretenções e do império que êle se arroga nêste mundo. Era por isso o padre que colocava a coroa na cabeça dos reis, e que desobrigava os povos do juramento de fidelidade. Os nossos antigos druídas faziam outro tanto.

É êsse poder colossal que êles, saudosos, hoje choram, e é em nome da religião que o reclamam, ainda que só pudessem pô-lo novamente de pé sôbre as cinzas fumegantes do universo. Mas, tenho esperança, êsse poder vai acabar como todos os flagelos que não têm senão um tempo, e não deixará atrás de si, como o raio, senão um cheiro repugnante.

Não falarei dos dogmas que só conteem absurdos morais, como é, por exemplo, o preceito da humildade cristã. Certamente orgulho é vício e tolice, mas o desprezo de si mesmo não é virtude. ¿Qual é o homem de génio que, por humildade, se possa julgar um néscio e, para maior perfeição, se esforça por fazê-lo acreditar ao outros? ¿Qual o homem honrado que de si próprio tenha a opinião que se tem dum velhaco, e sempre por humildade? O preceito é absurdo, por isso que não é possível levar tão longe a ilusão. Quis a natureza que a consciência do homem de honra fôsse a primeira recompensa da sua virtude, e que a do mau fôsse o primeiro suplício dos seus crimes. É todavia a essa humildade que se promete o céu; a essa humildade que deprime o génio e sufoca os gérmens dos grandes talentos; a essa humildade que, encobrindo ao

[1] S. Mateus, cap. 18.º vers. 18. *N. do T.*

homem as suas verdadeiras fôrças, o torna incapaz dêsses generosos esforços que o levam a grandes empreendimentos para sua glória e para a glória dos impérios que êle defende ou governa. ¿Ao herói vencedor dos reis ligados contra a França direis, por ventura, que será maior aos olhos da divindade se conseguir persuadir-se de que vale menos do que os generais vencidos? Êle terá sem dúvida a modéstia própria dos grandes talentos, mas não a humildade de frade capuxo prègada pela religião cristã, única iniciação em que se lembram de fazer a apoteose da covardia que impede o homem de sentir o que vale e que, a seus próprios olhos o avilta. Porque, de duas, uma: se a humildade cristã não é modéstia, não passa dum absurdo; se é simplesmente modéstia, entra na classe das virtudes cuja prática todas as filosofias antigas recomendaram.

Dá-se o mesmo com o preceito da abnegação de si mesmo, tão recomendada pelo cristianismo, preceito cujo sentido ainda não consegui adivinhar. ¿Querer-se-á dizer que o homem, para se aniquilar numa apatia religiosa, deve renunciar à sua própria opinião quando ela é assisada, às suas comodidades, aos seus desejos naturais e legítimos, aos seus afectos, aos seus gostos, a tudo o que contribua para fazer neste mundo a sua felicidade por meio de prazeres honestos? ¿Aconselhar-se-á o homem a que renuncie ao uso de todas as suas faculdades intelectuais para se entregar à investigação de virtudes quiméricas, aos arroubos da contemplação e aos exercícios duma vida religiosa tão difícil para nós como infrutífera para os outros?

Mas deixemos aos doutores da seita o cuidado de explicar êsse preceito duma moral tão enigmática, e examinemos nesses dogmas não o que é simplesmente absurdo, mas o que é infinitamente perigoso nas suas conseqüências e funesto às sociedades.

¿Haverá dogma mais detestável do que aquele que arvora cada cidadão em sensor acerbo do procedimento do seu vizinho, mandando-lho considerar um publicano, isto é, um homem digno da execração dos outros, sempre que êle

Sôl, ou domingo, mata igualmente a alma. O que obedece ao desejo imperioso da natureza, que tende para a sua reproducção, é precipitado no Tártaro se não obtem licença do padre que renunciou ao casamento legítimo para viver em concubinagem, e que ainda hoje anatematiza os casamentos reconhecidos por lei, quando o sêlo da religião ou, melhor, da rebelião, não foi nêles impresso pelo padre refractário às leis da pátria.

Ora aí está o que em nossos dias se chama moral religiosa, indispensável à manutenção das sociedades, vista a necessidade duma religião.

Não ser pontual, ao menos uma vez cada ano, em comer a Deus na sua metamorfose de pastel sagrado, ou rir dos parvos que, ajoelhados e de bôca aberta recebem da mão dum impostor o Pão-Deus, destinado bem depressa a tornar-se o deus *Sterculus*, que vai descer aos lugares baixos da terra; não ir confiar as travessuras amorosas a um padre gasto pelo vício, e que arma laços á castidade e à inocência, tudo isso são crimes que, no sistema dos católicos, merecem a morte eterna, e o Tártaro não tem suplícios bastantes para punir tão evidente desprêzo de tôda a religião. E eis o que, no sistema religioso, se chamam pecados; eis o que se castiga nos infernos; pune-se o homem que teve bastante juízo para se rir das tolices de outrem; e emquanto a credulidade e a impostura levam directamente aos Campos Elísios, a sabedoria e a razão precipitam-nos no Tártaro.

E note-se que se não trata aqui de simples conselhos evangélicos dados às almas privilegiadas; é o direito comum pelo qual se regem rigorosamente todos os fiéis. É isto que se chama a religião de seus pais, na qual se quere viver e morrer, e sem a qual se não podem esperar nem a ordem nem a felicidade sociais.

O grande crime da revolução foi ter querido destruir êsse grande edifício de impostura, à sombra do qual todos os abusos e todos os vícios tranqüilamente reinaram. Foi isso que armou o fanatismo contra a liberdade republicana, a causa primária de todas as nossas desgraças. E aí está, numa palavra, a religião dessa honrada gente, isto é, daqueles que nunca tiveram nenhuma e que nesse nome só vêem uma senha de reunião para todos os crimes.

O mesmo génio que abusou da denominação de crimes, dando-a aos mais simples e inocentes actos, criou também virtudes quiméricas que se colocaram ao mesmo nível das virtudes reais, e que até, como mais acima observámos, muitas vezes sôbre estas obtiveram preferência. Daí nasceu uma confusão de tôdas as coisas, confusão que perverteu a verdadeira moral, substituindo-a pela moral postiça que tem o nome de moral cristã. Em breve o povo acreditou que eram virtudes os actos de devoção ou que as podiam substituir; e julgou-se, portanto, dispensado das virtudes sociais, desde que supôs bastarem-lhe as virtudes religiosas; e assim a moral religiosa destruíu a moral natural.

Os chineses atribuem aos seus bonzos a decadência da antiga moral na China. Foram os bonzos que substituíram por práticas supersticiosas o cumprimento dos verdadeiros deveres. O povo deu ouvidos a êsses sedutores, que lhe acenavam com todos os graus da felicidade neste mundo e no outro. Entregou-se-lhes à mágica influência, dizem os chineses, e julgou cumpridos todos os seus deveres. ¡ Quantas pessoas não há entre nós que, atendendo à sua exactidão em ouvir missa e ir ao confêsso, se julgam isentas dos deveres impostos pela moral pública e vida social! ¡ Quantas outras que, por serem fiéis aos padres, se crêem dispensadas de o serem à patria, de lhe respeitarem os magistrados! Os próprios padres lhe apodariam de crime a obediência às leis do país; tão fácil é desnaturar a moral em nome da religião!

Dir-se-á também que não passa isso dum abuso da religião cometido pelo povo, e que apenas se dá na classe menos instruída. Pois será assim, mas essa classe é a mais numerosa, precisamente aquela para a qual dizem ser necessária uma religião, e portanto a que dela abusa. Mas não; não é sómente o povo que toma por virtudes actos

religiosos. Os próprios chefes das sociedades teem feito outro tanto.

Os bispos da Mingrélia [1] estão diáriamente em festa e passam a vida em refeições de gula. Em compensação absteem-se de carne em certo dia, julgando-se por isso dispensados de tôdas as virtudes. Pensam que, oferecendo ouro ou prata a algumas imagens, os pecados lhes serão perdoados. O penúltimo dos nossos reis, o mais crapuloso de todos, [2] não faltava nunca à missa. Luís XI cometia os crimes sob a protecção duma pequena imagem da Virgem.

Os cristãos da América põem no jejum toda a sua religião. Os nossos camponeses embebedam-se ao sair da missa, e o domingo mantêm-se apenas pela imoralidade e pelas reuniões de prazeres e desregramentos. Os persas consideram a pureza legal a parte mais importante do seu culto. Trazem sempre na bôca esta máxima do seu profeta: «A religião bascia-se na consciência sem mancha, e metade da religião é ter a consciência limpa.» Na religião muçulmana julga-se fiel o que traz o fato e o corpo bem limpos, faz sem falta as cinco orações diárias, jejua no mês Ramazan [3] e fêz a viagem de Meca.

Mallet, na sua *Historia da Dinamarca*, observa com razão que em geral os homens consideram a moral uma parte acessória das religiões. Na religião cristã introduziu-se a distinção absurda entre virtudes humanas e as virtudes religiosas; e é sempre às últimas, que são virtudes quiméricas e nada mais, que se dá a preferência. Os Scipiões, os Catões, os Sócrates, só tinham virtudes humanas; os grandes homens do cristianismo, só virtudes religiosas. ¿E

[1] Região da Rússia asiática, ao sul da Cólchida.
N. do T.

[2] Luís XV.
N. do T.

[3] Ou Ramadan, nono mês do ano lunar dos muçulmanos que, durante êle, jejuam todos os dias, do nascer ao pôr do Sol.
N. do T.

quais são êsses grandes homens do cristianismo, que nos dão para modêlo? Nem um só que se recomende por virtudes verdadeiramente sociais, pela sua dedicação à coisa pública, por descobrimentos úteis, pelas qualidades particulares que caracterizam um bom pai, um bom marido, um bom filho, um bom irmão, um bom amigo, um bom cidadão; e quando, por acaso, possui uma dessas virtudes, é ela um simples acessório do seu elogio. O que nêle se louva são austeridades, abstinências, mortificações, práticas piedosas ou antes supersticiosas; um grande zêlo na propaganda da sua louca doutrina e um esquecimento de tudo para só seguir a sua quimera. São êstes os chamados santos ou perfeitos da seita.

Basta um lance de olhos à vida dêsses pretendidos santos para nos convencermos da verdade. ¿Efectivamente, que são êles na sua maior parte? entusiastas, fanáticos ou imbecis, que, à fôrça de religião, abjuraram do senso comum, e, como os faquires da Índia, de quem eram discípulos, se impuseram ao povo por actos de grande esfôrço, tais como os do tal Simeão, o estilita, que se manteve de pé, sôbre um pé só, durante vinte anos, em cima duma coluna e que, por êste meio, julgou chegar mais cedo ao céu.

Eu teria vergonha de trazer para aqui maior número de exemplos das virtudes sublimes de que os cristãos fazem alarde. Convido os que tiverem curiosidade e vagar para percorrer as lendas dêsses heróis do cristianismo, a munirem-se de paciência, e desafio-os a que citem um ou dois cujas pretensas virtudes resistam ao exame, já não digo dum espírito filosófico, mas dum homem atilado.

Foi assim que tudo se achou deslocado na moral; que os ridículos e as acções mais desequilibradas usurparam o lugar das verdadeiras virtudes, emquanto os actos mais inocentes foram disfarçados em crimes. Como conseqüência, ¡que confusão nas ideias de bem e mal moral! Se aquele que dá nascimento a um homem sem licença do padre (e êste não a pede a ninguem; só toma conselho da necessidade) se torna tão culpado como o que o destrói

pelo ferro ou pelo veneno, então amor e homicídio são igualmente crimes aos olhos da natureza, da razão humana, e da justiça divina. Se o homem que comeu carne ou, até, que não jejuou no dia de Vénus que precede a festa equinocial do Sol da primavera [1] é condenado ao Tártaro, para aí sofrer eternamente, ao lado do que embebeu um punhal no peito do pai ou da mãi, ¡então, comer certos alimentos em certos dias é crime igual ao parricídio! Sim, visto que uma e outra coisa são pecados que igualmente matam a alma e merecem suplícios eternos. ¿Acaso não se está vendo, que essa extravagante associação de ridículos e virtudes, de prazeres que a natureza permite e crimes que ela proscreve, redunda necessàriamente em prejuízo da moral e expõe as mais das vezes o homem religioso a deixar-se enganar quando, confundidas sob as mesmas côres, se lhe apresentam coisas tão diferentes em sua natureza? É então que as pessoas formam em si uma consciência falsa, que concebe escrúpulos tão grandes a propósito da infracção dum preceito absurdo, como se se tratasse de impingir a lei mais inviolável e sagrada para todo o homem probo e virtuoso.

Do dogma dos prémios e castigos da vida futura ou da sua crença só deveria resultar, como consequência, a necessidade duma vida virtuosa. Mas não se limitaram a isto: imaginou-se que se poderiam evitar os castigos e merecer as recompensas da outra vida por meio de práticas religiosas, peregrinações e austeridades que, certamente, não são virtudes. Daí procede que o homem liga tanta importância a práticas supersticiosas e pueris, como deveria ligar a virtudes verdadeiras e a qualidades sociais. Além disso a multiplicidade dos deveres que se lhe impõem afrouxa o laço que os une, e leva freqüentemente o homem a enganar-se. Se não é ilustrado, engana-se quási sempre, e avalia as

[1] Sexta feira santa. *N. do T.*

coisas segundo o grau aparente de importância. É de recear principalmente que o povo (porque o povo é que é religioso), quando uma vez transpôs a linha dos deveres que reputa sagrados, estenda o desprêzo que votou a uma proibição injusta e ridícula a uma outra que o não é e confunda, na mesma infracção, as leis que, sob as mesmas penalidades, o legislador lhe ordenou que observasse. Igualmente é para recear que êle se julgue dispensado das chamadas virtudes humanas, ou sejam as verdadeiras virtudes, por ter abandonado as virtudes religiosas que tinham um caracter sagrado, e que são de facto verdadeiras quimeras.

Na verdade o povo pode pensar que aquele que lhe proíbe, como crime, o que a necessidade imperiosa da natureza lhe ordena e parece legitimar, igualmente o engana quando lhe proíbe o que a moral natural condena; e que se os impulsos do amor não são pecaminosos, os da cólera produzem efeitos igualmante inocentes, pois que uns e outros provêm do temperamento.

É para recear que a proibição de roubar o pão alheio, ainda quando a necessidade aperte, lhe pareça tão contrária aos direitos que lhe deu a natureza (pois esta deixou a todos os homens a Terra e seus produtos), como é contrária ao bom senso e muitas vezes à saude a proibição de, em certos dias, comer o pão que é só dêle, embora a fome lho ordene. Chegará talvez a pensar que as ameaças do inferno, feitas ao primeiro crime, são tão reais como as que teem por objecto o segundo, atendendo a que o legislador e o padre, que o iludem num ponto, bem o podem iludir nos dois. Como lhe não permitiram reflectir sôbre a legitimidade das interdições que lhe fizeram, nem sôbre a natureza dos deveres impostos, e como êle não tem outro critério senão uma fé cega, desde que deixa de ser crédulo deixa quási sempre de ser virtuoso, pois que, tendo-o sempre habituado a procurar fora do seu coração as fontes da justiça e da moral, nunca fêz uso da luz da razão para se esclarecer na sua vida e no seu procedimento. Uma vez que o povo deixa de crer no inferno, deixa também de

crer na moral que no temor do inferno se apoiava; e deixa de crer quando lhe apresentem como crime os actos mais inocentes e naturais. Como deve ser eternamente condenado por violar os mais ridículos preceitos dos padres, pouco lhe importa observar os outros deveres impostos pelo legislador, visto como a sentença de morte foi proferida contra êle, e o inferno o espera como presa que não pode escapar-lhe.

Conheço a resposta que vão dar-me: Não é irrevogável a sentença; a religião colocou a esperança no arrependimento, na confissão do pecado e na clemência divina que, dócil à voz do padre, absolve e livra de remorsos o culpado. Confesso que é êsse um remédio inventado pelos mistagogos antigos contra o desespêro; mas sustento que o remédio é pior do que o mal, e que o bem (pouco) que a iniciação podia produzir foi destruído por êsses novos específicos preconizados pelo charlatanismo religioso.

As cerimónias expiatórias destinadas a fazer esquecer aos deuses os crimes dos homens, fizeram que os próprios culpados depressa os esquecessem também; o remédio, colocado tão perto do mal, dispensou do cuidado de o evitar. Maculava-se voluntáriamente o manto da inocência quando à mão se tinha a água lustral que devia purificá-la, e quando a alma, ao sair dos banhos sagrados, reaparecia em tôda a sua pureza primitiva. O baptismo e a penitência, que entre os cristãos é um segundo baptismo, produzem êsse efeito maravilhoso.

Por isso vemos tantos cristãos que tudo se permitem, porque lhes basta, para ficarem quites, ir à confissão e comer depois o sagrado pastel. Conseguida a absolvição do padre, julgam ter direito a essa nobre confiança que caracteriza o homem irrepreensível.

Os habitantes de Madagáscar julgam que, para obter o perdão das suas culpas, lhes basta molhar uma moeda de ouro num vaso de água, e engolir em seguida a água. Assim, a religião, a pretexto de aperfeiçoar o homem, lhe forneceu um meio de sufocar o remorso que a natureza ligou ao crime, e lhe deu coragem nos seus desvarios,

deixando-lhe a esperança de voltar ao seu grémio quando quisesse, a recuperar as lisonjeiras esperanças que ela fornece, com a simples condição de cumprir certas formalidades religiosas.

Bem o compreendeu o sábio Sócrates, quando nos pintou o homem injusto que, ante o temor dos suplícios do Tártaro, se tranquiliza dizendo que na iniciação se encontram meios seguros para apartar êsse temor. Amedrontam-nos, diz o apologista da injustiça, com os suplícios do inferno; ¿mas quem ignora que há o remédio das iniciações? ¿quem desconhece que elas nos são recurso maravilhoso e nos ensinam que há deuses que nos livram das penas devidas ao crime? Temos cometido injustiças, é certo, mas essas injustiças deram-nos dinheiro. Dizem-nos que os deuses se deixam vencer por meio de preces, de sacrifícios e de oferendas. Pois bem! os frutos dos nossos roubos nos fornecerão com que os aplacar.

¡Quantos estabelecimentos religiosos, quantos templos, em tempo de nossos avós, não deveram a sua fundação a semelhante modo de ver! ¡Quantos edifícios sagrados não tiram a sua origem de grandes crimes cujo esquecimento dêsse modo se procurou, desde que os bandoleiros condecorados ou enriquecidos se julgaram quites com a divindade, partilhando com os seus padres os despojos dos desgraçados! Foi assim que, entre os homens, pretenderam apagar a lembrança dos seus delitos; foi por dotações piedosas que julgaram próprias para levar ao olvido das

«Si l'on vient à chercher, pour quel secret mystère,
Alidor, à ses frais, bâtit un monastère...
C'est un homme d'honneur, de piété profonde,
Et qui veut rendre à Dieu ce qu'il a pris au monde».
Boileau, sat. 9, v. 163. [1]

---

[1] Se se adrega a indagar que intimo sentimento
À sua custa Alidor leva a erguer um convento...
É que homem probo êle é, cheio de amor profundo,
E que quer' dar a Deus o que roubou ao mundo.
N. do T.

suas atrocidades, os próprios deuses que dessas atrocidades deviam ser os vingadores. Com tais dotações já se não é ladrão entre os cristãos.

Os nossos primeiros reis fundaram grande número de igrejas e mosteiros para perdão dos seus crimes; porque se julgava, diz o abade Velly, que a justiça christã consistia em erigir templos e sustentar monges.

Não há religião que não tenha tido as suas lustrações, [1] expiações e indulgências, cujo pretendido efeito era levar os deuses ao esquecimento dos crimes dos mortais, e conseguintemente animar êstes a cometerem outros, enfraquecendo assim o mêdo que a ficção do Tártaro lhes podia inspirar.

Orfeu, que lançou mão de tôdas as espécies de charlatanismo religioso a fim de, com mais segurança, dirigir os homens, tinha imaginado remédios para a alma e para o corpo. Êsses remédios eram todos pouco mais ou menos da mesma eficácia, porque então se podiam nivelar os médicos do corpo e os da alma, Esculápio e Orfeu. As abluções, as cerimónias expiatórias, as indulgências, as confissões e os *Agnus Dei*, [2] etc. estão para a moral como os talismans para a medicina. Êstes dois específicos, saídos da mesma fábrica, só aos tolos conseguem enganar; só a fé os vulgariza.

Orfeu passava entre os gregos por ter inventado as iniciações, as expiações dos grandes crimes, e achado o segrêdo de afastar os efeitos da cólera dos deuses e de

[1] Cerimónias purificatórias.

N. do T.

[2] Oração que começa por aquelas palavras e se diz à missa: *Agnus Dei qui tollis peccata mundi, miserere nobis!* Cordeiro de Deus que perdoas os pecados do mundo, tem compaixão de nós. Também se chamou *Agnus Dei* uma espécie de medalha feita de cera benta e óleo do crisma, representando o cordeiro pascal, e, por extensão, quaisquer pequenas estampas representando o mesmo.

N. do T.

alcançar a cura das doenças. Inundava a Grécia um sem número de rituais que lhe eram atribuídos, assim como a Moisés entre os hebreus e que prescreviam a forma dessas expiações. Por desgraça da humanidade, não sómente se fêz persuadir aos particulares mas também a cidades inteiras, que por meio de sacrifícios expiatórios, festas e iniciações, todos se podiam purificar dos seus crimes e libertar-se dos suplícios com que a divindade ameaçava os culpados; que a religião oferecia êsses recursos a vivos e a mortos, nos chamados *téletes* ou mistérios. Daí veio que os sacerdotes de Cibele, os de Ísis, os orfeotéletes, como os nossos capuchinhos e religiosos mendicantes, se espalharam por entre o povo, para lhe tirar dinheiro, a pretexto de o iniciar e de o salvar do fatal ceno, porque o povo é sempre o pasto dos padres, e a credulidade popular o mais rico património sacerdotal.

Vemos em Demóstenes que a mãe de Ésquines vivia dessa profissão, cujos módicos lucros juntava aos das suas prostituições. Teofrastes, descrevendo o carácter do supersticioso, no-lo representa como os nossos devotos escrupulosos, que vão frequentemente ao confêsso. Diz-nos que é muito pontual, no fim de cada mês, em visitar os sacerdotes de Orfeu, que o iniciam nos seus mistérios; e que, nessas visitas, se faz acompanhar de sua mulher e filhos.

Á porta da mesquita de Ali [1] em Mesched-Ali, encontram-se daruezes [2] que, a trôco de pequena soma de dinheiro, oferecem as suas orações aos peregrinos. Espreitam principalmente o pobre crédulo e supersticioso para, em nome da divindade, lhe esvaziarem as algibeiras. Os nossos dizedores de evangelhos fazem o mesmo; no Oriente

[1] Um dos primeiros califas. Foi casado com Fátima, filha de Maomé.

N. do T.

[2] Religiosos muçulmanos. Também se chamam dervizes, e, afrancesadamente, derviches.

N. do T.

recitam evangelhos sôbre a cabeça dum muçulmano doente, contanto que lhes paguem; porque os orientais, nas suas doenças, apegam-se aos santos de todas as religiões.

A invocação de Omito, [1] entre os chineses, basta para purificar dos maiores crimes, e daí procede que os chineses da seita de Fo proferem a cada momento estas palavras: O-mito-Fo! por meio das quais resgatam tôdas as suas culpas; entregam-se depois às suas paixões, na certeza de que lavam tôdas as manchas pelo mesmo preço. Admiro-me de que o jesuíta missionário que aponta os factos indicados não tenha notado que, entre nós, possuem pouco mais ou menos a mesma virtude o *O bone Jesu!* [2] e o bom *peccavi*. Mas Júpiter criou-nos a todos alforjeiros, diz o bom de La Fontaine. [3]

Por isso os índios estão persuadidos de que, se um doente morre tendo na bôca o nome de Deus, e se até o último suspiro o repete, êsse doente vai direito ao céu, principalmente se tem na mão a cauda duma vaca.

Os brâmines não deixam manhã nenhuma de contar a história maravilhosa de *Gosjendre-Mootsjam*, e diz-se que todo aquele que a lê todos os dias, recebe o perdão de todos os seus pecados. Convenhamos em que fica barata a

---

1 Omito é, na China, o deus dos sectários de Fo, isto é dos budistas, pois que Fo é o nome lá dado a Buda.

N. do T.

2 Ó bom Jesus.

N. do T.

3 «Le fabricateur souverain
Nous crea besaciers tous de même manière;
Il fit pour nos defauts la poche de derrière
Et celle de devant pour les defauts d'autrui.»

La Fontaine.

O sumo criador
Alforgeiros nos fêz a todos igualmente;
P'ra as nossas culpas, deu a bolsa post'rior;
P'ra as alheias, porêm, o saco fêz da frente.

N. do T.

absolvição dum scelerado. Possuem certos lugares considerados santos que absolvem de igual modo os que lá morrem ou lá se dirigem em peregrinação. Igualmente possuem certas águas que teem a virtude de purificar de tôdas as máculas da alma. Tais as águas do Ganges. ¿Não temos nós o nosso Jordão e as nossas pias baptismais?

Biache, um dos interlocutores do Ezourvedão, diz que há, no país chamado Magnodechan, um lugar santo onde basta fazer alguma oferenda para livrar do inferno os antepassados.

Os índios teem as mais fantásticas opiniões acêrca do pequeno arbusto chamado *Toloschi*. Basta vê-lo para se obter o perdão dos pecados; basta tocá-lo para se ficar purificado de tôdas as máculas.

Foram tôdas estas opiniões e tôdas estas práticas estabelecidas pelas diversas religiões, autorizadas e aconselhadas pelos padres, que, sob a aparência de socorro ao homem culpado, perverteram a moral natural, a única verdadeira, e destruíram o efeito que se esperava das instituições religiosas, principalmente da fábula do Tártaro e do Elísio.

Porque enfraquecer a voz imperiosa da consciência, corresponde a enfraquecer a moral. Esta censura é principalmente feita à confissão e às virtudes que com ela se relacionam. A natureza gravou no coração do homem leis sagradas que êle não pode infringir sem incorrer no remorso da infracção. É o remorso o vingador secreto que a natureza põe na peugada do criminoso. A religião sufoca êsse verme roedor, quando faz crer ao homem que a divindade lhe esqueceu o crime, e que uma confissão feita aos pés do impostor do padre o reconcilia com o céu ultrajado. ¿E que réu pode ter receio da consciência quando o próprio Deus obedece?

A facilidade das reconciliações não é o vínculo mais forte da amizade, e ninguém receia delinquir quando se tem sempre a certeza do perdão do céu. O poeta árabe Abu-Naovas dizia a Deus: «Nós entregámo-nos ao êrro, Senhor, porque vimos que o perdão se não fazia esperar.»

*

Efectivamente, o remédio, quando vem sempre depois do mal, obsta a que êste seja temido, e torna-se êle próprio um grande mal.

Exemplo frisante é o povo que vai habitualmente confessar-se, sem se tornar melhor. Esquece os seus erros logo que sai da guarita do pretenso vigilante das consciências. [1] Depondo aos pés do padre o fardo dos remorsos, que talvez lhe pesasse tôda a vida, goza desde logo da tranqùilidade do homem honesto, e desembaraça-se do único suplício que pode punir o crime que fica secreto, ¡ Quantos delitos não tem gerado a funesta esperança dum bom *peccavi*, [2] que deve terminar uma vida manchada de crimes, e garantir-lhe a imortalidade dos bemaventurados! No espírito do criminoso, a ideia da clemência divina sempre contrabalançou o temor da sua justiça, e a morte é o têrmo que lhe fixa o regresso à virtude. Quere dizer: O criminoso renuncia ao crime, no momento em que, para sempre, vai estar na impossibilidade de cometer mais, e em que um padre vai, na sua opinião, livrá-lo dos castigos que, pelos seus pecados, merecia. Tal instituição é, pois, um grande mal, visto como substitui o verdadeiro freio que a natureza pôs ao crime, por um freio artificial cujo efeito a própria instituição destrói.

Se é justo que a consciência do homem probo lhe recompense as virtudes, também é justo que a do culpado lhe puna os delitos. São êstes os verdadeiros Campos Elísios e o verdadeiro Tártaro, criados pela solicitude da própria natureza. É ultrajá-la querer ampliar-lhe a obra, e mais ainda pretender absolver um réu, e isentá-lo do suplício que ela secretamente inflige pela perpetuidade dos remorsos.

[1] Quere dizer: logo quo sai do confessionário. *N. do T.*

[2] Palavra latina que quere dizer *pequei* e que é ao mesmo tempo a confissão e o arrependimento dum pecado. *N. do T.*

As antigas iniciações tinham também os seus tribunais de penitência, nos quais um sacerdote, sob o nome de Coés, ouvia a confissão das culpas a expiar. Um dêsses desgraçados impostores, ao confessar o famoso Lisandro, [1] instava-o com preguntas imprudentes. Lisandro preguntou-lhe se êle falava em seu próprio nome ou se em nome da divindade. — Em nome da divindade — lhe responde o Coés — Bem; então retira-te, lhe disse Lisandro; que, se ela me interrogar, lhe direi a verdade.

É a resposta que tôdas as pessoas sensatas deveriam dar aos nossos modernos Coés ou confessores, que se inculcam órgãos da clemência e justiça divinas, supondo que as pessoas sensatas possam apresentar-se a êsses espiões das consciências, que se servem da religião para melhor abusar da nossa fraqueza, nos tiranizar a razão, se imiscuir nos negócios da nossa casa, nos seduzir mulheres e filhas, roubar o segrêdo das famílias, e até, freqùentemente, para as dividir no intento de as dominar ou despojar.

Além disso, os antigos não levavam tão longe como nós o abuso dessas espécies de remédios. Houve certos crimes que êles privaram do benefício da expiação e entregaram aos remorsos e à vingança eterna dos deuses.

Nada mais freqùente, com efeito, do que ver darem os antigos a certos crimes o epíteto de irremissíveis, ou crimes que por motivo nenhum podiam ser expiados. Afastavam-se dos santuários de Elêusis os homicidas, os scelerados, os traidores à patria e todos os maculados de grandes delitos. Daqui resultava que também eram excluidos dos Campos Elísios, e metidos no negro lodaçal dos infernos.

Estabeleceram-se purificações para o homicídio, mas para o homicídio involuntario ou necessário. Os antigos heróis se haviam praticado um assassinio, podiam recorrer à expiação. Depois dos sacrifícios por ela exigidos, derra-

[1] General espartano. *N. do T.*

que o autor, depois de nos ter apresentado o sistema planetário sob o emblêma de sete candelabros, deveria chamar a nossa atenção para o oitavo céu e para o zodíaco, que, com os planetas, concorre para revelar os pretendidos segredos da adivinhação.

O mistagogo nada aqui fêz do que devia fazer um astrólogo que se apresentava a desvelar os destinos do mundo, e a predizer as desgraças que ameaçavam a Terra e que eram as precursoras da sua destruição. Estabeleceu a esfera sôbre os quatro pontos cardiais das determinações astrológicas, e apresenta as quatro figuras que dividiam em quatro partes iguais o círculo da fatalidade. Essas figuras estavam distribuídas a distâncias iguais em tôrno do trono de Deus, isto é, do firmamento, acima do qual se coloca a divindade. As vinte e quatro partes do tempo [1] que dividem a revolução do céu, são chamadas, no Apocalipse, vinte e quatro anciãos, como o próprio tempo, ou Saturno, foi sempre chamado.

As horas, tomadas seis a seis, são também chamadas asas, coisa que sempre se deu ao tempo. Eis porque os animais celestes, dividindo o zodíaco de seis em seis horas, se supõe ter cada qual seis asas. Essas figuras de animais, que achamos situadas no céu das fixas e distribuídas pela mesma ordem porque o Apocalipse as nomeia, são figuras de querubins, os mesmos que vemos em Ezequiel. Ora os caldeus e os sírios davam ao céu das fixas o nome de céu dos querubins, por cima do qual colocavam o grande mar, ou as águas superiores, e o céu de cristal. O autor do Apocalipse, pois, fala absolutamente a linguagem da astrologia oriental.

Ainda neste ponto os escritores cristãos justificam as nossas explicações. S. Clemente de Alexandria, entre outros, formalmente diz que as asas dos querubins designavam o

[1] As 24 horas do dia. *N. do T.*

tempo que circula no zodíaco. Logo, as figuras do zodíaco que correspondem exactamente às quatro divisões dadas pelas asas, só podem ser os querubins possuidores dessas asas, visto que são precisamente as mesmas figuras de animais. ¿Para que procurá-los num céu ideal, se se encontram no céu real ou astronómico, o único em que se vêem figuras de animais chamados comummente animais celestes? O autor diz muitas vezes: Eu vi no céu; pois bem! olhemos com êle para o céu.

As mesmas figuras são as dos quatro animais afectos aos evangelistas. São também as dos quatro anjos que, entre os persas, devem tocar a trombeta no fim do mundo. Os antigos persas veneravam quatro estrêlas principais, sentinelas dos quatro cantos do mundo, e essas quatro estrêlas correspondiam aos quatro animais celestes que teem as mesmas figuras dos do Apocalipse. Também êsses quatro astros se encontram entre os chineses, servindo aí para designar as quatro estações, que, no tempo de Iao, correspondiam aos mesmos pontos do céu. O astrólogo compositor do Apocalipse não fêz mais do que repetir o que se encontrava em todos os antigos livros da astrologia oriental.

É depois de ter assentado assim a sua esfera nos seus quatro pontos cardiais, que êle abre o livro dos destinos do mundo, tão alegòricamente chamado livro de sete selos, e cuja abertura é confiada ao primeiro signo, *Aries*, ou ao Cordeiro.

Nono, nas suas Dionisíacas, serve-se duma expressão um tanto parecida para designar o livro da fatalidade; chama-lhe êle o livro das sete tábuas, no qual estavam escritos os destinos. Cada tábua tinha o nome dum planeta. Assim, é fácil reconhecer no livro dos sete selos o livro da fatalidade, consultado por aquêle que se encarrega de anunciar o que vai acontecer ao mundo. Por isso, o capítulo 6.º e seguintes até ao 11.º inclusivamente, conteem tôdas as predições que encerram a série dos males de que o mundo está ameaçado, tais como a guerra, a fome, a mortandade, etc. O desenho de todos êstes quadros é bas-

tante arbitrário e fruto duma imaginação exaltada. Seria talvez tão difícil analisá-los de harmonia com os princípios da sciência, como explicar os sonhos dum doente que delira. Demais, a doutrina dos magos ensinava que, antes de Ahriman ser destruído, desolariam a Terra a peste, a fome e outros flagelos.

Os adivinhos toscanos também propalavam que, quando o universo estivesse para ser desfeito a fim de tomar uma face nova, se ouviria a trombeta nos ares, e sinais apareceriam no céu e na Terra.

Foram êstes dogmas da teologia persa e toscana que forneceram a matéria da amplificação do padre autor do Apocalipse; constituíram êles o esbôço que o autor recamou a seu modo nos seis citados capítulos.

No capítulo 12.º dirige ainda a sua atenção para o céu das fixas e para a parte do firmamento onde está o Navio chamado arca; para a Virgem, para o Dragão que a segue, para a Baleia que tem o seu ocaso no momento em que ela tem o seu orto; para a besta com cornos de cordeiro, ou Medusa, que nasce no momento do ocaso da Virgem. São êstes os diversos quadros que põe em espectáculo e encaixilha em moldura feita de maravilhoso e inteiramente alegórica. Depois de ter feito passar em revista a parte das constelações que determinam a época do tempo em que, todos os anos, a natureza se renova quando o Sol atinge o signo do Cordeiro, o autor do Apocalipse entra a delinear uma série de acontecimentos nos quais se vê finalmente a realização das predições que êle tirara do livro da fatalidade. Tudo se executa na mesma ordem pela qual anteriormente o havia profetizado.

Vem depois dêsses flagelos o juízo final, ficção que em Platão já encontrámos e que vinha da mistagogia oriental.

Desde que se haviam imaginado recompensas e penas, era muito natural admitir que a sua distribuição fôsse justa; que o juiz supremo daria a cada qual conforme as suas obras. Foi assim que os gregos acreditaram nas sentenças

de Minos. Nada até aqui inventaram os cristãos; copiaram os dogmas dos antigos chefes de iniciação.

O efeito dêste julgamento era a separação do povo de Ahuramazda do de Ahriman, e a ida dêles sob os estandartes do respectivo chefe, êste para o Tártaro, aquêle para os Campos Elísios ou para a morada de Ahuramazda.

É êste o assunto dos últimos capítulos a começar no 17.º O princípio do mal aí figura, como na teologia dos persas, sob a forma monstruosa da serpente, forma que Ahriman tomava na citada teologia. Combate o princípio do bem e da luz e o respectivo povo, mas é finalmente vencido e precipitado com os seus na pavorosa mansão das trevas onde tomou origem. É Júpiter que, em Nono, fulmina Tifon ou Tifeu antes de restabelecer a harmonia dos céus.

O deus da luz, vencedor, segue à frente do seu povo e dos seus eleitos para a mansão da luz e da eterna felicidade, mundo novo donde o mal e as trevas que neste reinam serão para sempre banidos. Mas êsse novo mundo conserva as divisões do antigo; e o número duodecimal que dividia o primeiro céu, lá se encontra também nas divisões do novo universo, onde igualmente preside o Cordeiro ou *Aries*.

É principalmente nesta última parte da obra que a astrologia se reconhece. De feito os antigos astrólogos orientais haviam submetido tôdas as produções da natureza à influência dos signos celestes, subordinado as plantas, as árvores, os animais, as pedras preciosas, as qualidades elementares, as côres, etc., aos doze animais do zodíaco, segundo a analogia que, com a natureza dos signos, em tudo aquilo supunham encontrar.

Na nossa grande obra mandámos imprimir o quadro sistemático das influências, mostrando a relação das causas celestes para os efeitos sublunares no reino animal, vegetal e mineral. Nêle se notam doze pedras preciosas, absolutamente as mesmas que as do Apocalipse, dispostas pela mesma ordem, e relacionadas cada qual com o seu signo.

Assim, os signos celestes foram representados por outras tantas pedras preciosas; e como na distribuição dos meses os signos se agrupam a três e três para separação das quatro estações, no Apocalipse as pedras preciosas igualmente se agrupam de três e três na cidade das doze portas e dos doze fundamentos ou alicerces.

Cada face da cidade santa olhava para um dos pontos cardiais do mundo, conforme a divisão astrológica que relacionava três signos com cada um dêsses pontos, em razão dos ventos que sopram dos diversos pontos do horizonte, dividido também em doze partes, ou tantas quantos os signos. Os três signos de leste, correspondiam à primavera; os de oeste, ao outono; os do sul, ao verão, e os do norte ao inverno.

Há doze ventos, diz um astrólogo, por causa das doze portas do Sol pelas quais saem êsses ventos que o Sol faz nascer. É por isso que Homero dá a Eolo, deus dos ventos, doze filhos. Quanto às doze portas do Sol, são no Apocalipse designadas pelo nome das doze portas da cidade santa do deus da luz. A cada porta coloca o autor um anjo ou génio, aquele que presidia a cada vento em particular.

Via-se em Constantinopla uma pirâmide encimada duma figura que, pelo seu movimento, lembrava os doze ventos representados por doze génios ou doze imagens. São também anjos que, no Apocalipse, presidem ao soprar dos ventos. Quatro, são encarregados dos quatro ventos que partem dos quatro pontos cardiais do horizonte, o qual também está dividido em doze ventos; e é esta a razão porque nêle se colocam doze anjos. Não há em tudo isto, senão astrologia, ligada ao sistema dos anjos e génios adoptado por caldeus e persas, aos quais hebreus e cristãos foram buscar a sua teoria.

Os nomes das doze tríbus, escritos nas doze portas, lembram de igual modo o sistema astrológico dos hebreus, que tinham colocado cada tríbu em correspondência com um signo celeste. Efectivamente, vê-se, na profecia de Jacob, que a feição característica de cada um dos filhos

dêste patriarca, convêm ao signo sob cuja influência os hebreus colocam a tríbu de que êsse filho é chefe.

Simon Joaquites, depois de ter feito o cômputo das inteligências que distribui conforme as relações que elas devem ter com os quatro pontos cardiais, coloca ao centro um templo santo que sustenta tudo. Tem o templo doze portas, em cada uma das quais está esculpido um signo do zodíaco, estando na primeira o signo de *aries* ou do Cordeiro. São êsses, continua o rabino, os doze chefes ou moderadores que foram dispostos segundo o plano de distribuição duma cidade e dum campo; são os doze anjos que presidem ao ano e aos doze termos ou divisões do universo.

Pselo, no seu livro dos génios ou anjos guardiões do mundo, agrupa-os também de três em três, de maneira a fazerem face aos quatro cantos do mundo.

Mas ouçamos os próprios doutores cristãos e judeus. O sábio bispo de Alexandria diz-nos, do racional que o sumo sacerdote dos judeus trazia ao peito, que é *uma imagem do céu;* que as suas doze pedras, dispostas três a três, num quadrilátero, *designam o zodíaco e as quatro estações, de três em três meses.* Ora essas pedras, dispostas como as do Apocalipse, são também as mesmas, com diferença de algumas. Filon e Josefo dão explicação parecida. Em cada pedra, diz Josefo, estava gravado o nome de um dos doze filhos de Jacob, chefe das tríbus, e essas pedras representavam *os meses* ou *os doze signos figurados no zodíaco.* Filon acrescenta que a distribuição *a três e três* indicava visívelmente as estações, cada uma das quais, *em cada grupo de três meses, corresponde a três signos.*

Com semelhantes testemunhos não é lícito pôr em dúvida que o mesmo génio astrológico que presidiu à composição do racional foi o que dirigiu o plano da cidade santa, resplendente de luz, na qual são introduzidos os eleitos e fieis discípulos de Ahuramazda.

Ainda em Luciano se encontra cidade igual, destinada a receber os bem-aventurados, na qual se vê brilhar o

ouro e pedrarias que ornavam a cidade do Apocalipse. Não há diferença nenhuma entre estas duas ficções, a não ser que em Luciano está representada a divisão por sete, ou o sistema planetário, emquanto no Apocalipse se preferiu a divisão por doze, que é a do zodíaco, através do qual os homens passavam na sua volta ao mundo luminoso.

Os maniqueus, nas suas ficções sagradas acêrca do regresso das almas *ao ar perfeito e à coluna de luz*, figuravam os mesmos signos por doze vasos ligados a uma grande roda que, circulando, elevava as almas dos bem-aventurados ao foco da luz eterna. O génio mistagógico variou os emblemas representativos do mundo e do zodíaco. A grande roda é o zodíaco, chamado pelos hebreus a roda dos signos. São essas as rodas que Esequiel vê moverem-se nos céus; porque os orientais, observa judiciosamente Beausobre, são muito alegóricos, não exprimem os seus pensamentos senão por símbolos e imagens. Tomá-los à letra seria tomar a sombra pela realidade. Assim, os maometanos representam o universo por uma cidade que tem doze mil parasangas [1] de perímetro, e na qual há doze mil pórticos; quere dizer que empregam a divisão milesinal usada pelos persas na fábula da criação, para representar o tempo ou o famoso período que se reparte pelos dois princípios. Tais fábulas em tôda a parte se encontram.

Também os povos do norte falam de doze governadores encarregados de regular o que respeita à administração da cidade celeste. Reúnem-se na planície chamada *Ida*, que está no centro da residência divina. Sentam-se numa sala onde há doze tronos além do que o *pai universal* ocupa. Esta sala é a maior e mais grandiosa do mundo, não se lhe vê senão ouro por fora e por dentro, e chamam-lhe a mansão da alegria. Na extremidade do céu está a mais

---

[1] Parasanga, medida itinerária da antiga Persia; cêrca de 5:200 metros. *N. do T.*

bela de todas as cidades; dão-lhe o nome de *Gimle;* é mais brilhante que o próprio Sol. Subsistirá ainda depois da destruição do céu e da Terra, e hão-de habitá-la para todo o sempre os homens bons e íntegros.

Como no Apocalipse, também nas fábulas sagradas dêstes povos se nota o abrasamento do mundo actual, e a passagem dos homens a outro mundo no qual hão-de viver. Depois de vários prodígios que acompanham essa grande catástrofe, vêem-se aparecer várias estâncias, agradáveis umas, medonhas outras. A melhor de tôdas é a *Gimle*. O Eda fala, como o Apocalipse, dum céu novo e duma Terra nova. «Sairá, diz êle, do mar outra Terra, bela e agradável, coberta de verdura e de campos nos quais o grão crescerá por si mesmo e sem cultura. Os males serão banidos do mundo.» No Voluspa, poema dos escandinavos, igualmente se encontra o grande dragão do Apocalipse, dragão que o deus Tor, filho de Odin, ataca e mata. «Então o Sol apaga-se, a Terra dissolve-se no mar, a chama devoradora atinge todos os limites da criação, e lança-se para o céu. Mas do seio das ondas, diz a profetiza, eu vejo sair uma nova Terra vestida de verdura. Nela se vêem searas maduras que se não tinham semeado. O mal desaparece. Em *Gimle* eu vejo uma morada de tectos de ouro e mais brilhante que o Sol; nela habitam povos virtuosos, e a sua felicidade não terá fim.» Penso que ninguêm está disposto a julgar inspirada por Deus essa profetiza dos escandinavos. ¿Porque haviam então de julgar inspirado o autor da profecia dos cristãos da Frígia ou da revelação do profeta S. João? São absolutamente as mesmas ideias mistagógicas, que vimos consagradas na teologia dos magos, da qual Teopompo nos deu um resumo muito tempo antes de haver cristãos.

Há um trecho precioso dessa teologia no vigésimo quarto discurso de Díon Crisóstomo, em que o sistema do abrasamento do mundo e da sua reorganização está descrito sob o véu da alegoria. Nele se nota o dogma de Zenão e de Heráclito sôbre a transfusão ou metamorfose dos elementos

*

último mevimento. O cavalo de Júpiter, de todos o mais vigoroso e de natureza infinitamente melhor, consome os outros, que são, comparados com êle, como de cera, e faz entrar nêle tôda a substância de que são feitos. Depois disto a substância única distende-se e rarefaz-se de maneira a readqùirir tôda a pureza da sua natureza primitiva, tende então a reorganizar-se e a reproduzir as outras três naturezas ou elementos, formando-se dêsse modo um novo mundo, de forma agradável, e com todas as graças e frescura duma obra nova.

E eis o resumo dessa cosmogonia, da qual damos minuciosa explicação no nosso manuscrito *Cosmogonias Comparadas,* que está de há muito a ser impresso. Não é pois coisa que espante ver reproduzir sob outras formas, nas diversas seitas religiosas, o dogma filosófico dum mundo destruído e renovado, e substituído por melhor ordem de coisas. É êste dogma que serve de base à quarta écloga de Virgílio e ás ficções dos índios sôbre a volta da idade de ouro. Encontra-se também no terceiro livro das questões naturais de Séneca.

Na teologia dos índios, escrita precisamente no mesmo estilo que êste trecho de teologia dos magos, supõe-se que depois da destruição total do universo, Deus, que tinha ficado como chama ou como luz, quis que o mundo retomasse o seu primeiro estado, e procedeu á reprodução dos seres.

Não acompanharemos mais longe o paralelo de todas estas opiniões filosóficas que cada mistagogo apresentou a seu modo. Limitamo-nos a êste exemplo que basta para nos dar uma ideia da tendência alegórica dos antigos sábios do Oriente, e para justificar o uso que fizemos dos dogmas filosóficos que nos são conhecidos, no intuito de descobrir o sentido dessas espantosas ficções da mistagogia oriental.

Esta maneira de instruir os homens, ou antes de os enganar a pretexto de os instruir, está tão afastada dos nossos costumes, como a escrita hieroglífica o está da nossa escrita, e como o estilo da sciência sagrada o é do da

filosofia do nosso tempo. Mas tal era a linguagem que se empregava com os iniciados, diz o autor da cosmogonia fenícia, a fim de por meio dela excitar a admiração e o pasmo dos mortais. Como já vimos, foi essa mesma tendência que presidiu à redacção dos primeiros capítulos do Génesis e criou a fábula da árvore dos dois princípios, ou árvore da sciência do bem e do mal, bem como a da famosa serpente que introduz no mundo um mal que só o Cordeiro pode reparar.

O alvo da ficção apocalíptica era não só excitar admiração profunda nos iniciados nos mistérios do Cordeiro, mas também infundir terror no coração de todos aqueles que viessem a não ser fiéis às leis da iniciação; porque todas as grandes fábulas sacerdotais, as do Tártaro, dos dilúvios, do fim do mundo, etc., tiveram êsse fim. Os padres quiseram governar o mundo pelo mêdo. Armou-se contra o homem tôda a natureza; não há fenómeno algum que não tenha sido um sinal ou uma conseqüência da cólera dos deuses.

A saraiva, o trovão, o incêndio, a peste, etc., todos os flagelos que afligem a triste humanidade foram considerados outros tantos actos da vingança divina, que fere as gerações culpadas. O incêndio de Sodoma é apresentado como punição dos crimes dos seus habitantes.

Os árabes teem tríbus que chamam perdidas por não terem obedecido à voz dos profetas. A famosa Atlântida, que talvez tenha sòmente existido na imaginação dos padres do Egipto, submergiu-se porque os deuses quiseram punir os crimes dêsses insulares. Os japonêses possuem também a ficção da sua ilha Maury, que igualmente se submergiu em conseqüência da vingança divina.

Mas foi principalmente do dogma filosófico da transmutação dos elementos que mais se abusou, chamando-se-lhe o fim do mundo. Tudo pareceu bom aos padres para amedrontar os homens e conservá-los na sua dependência. Embora tal ameaça jamais devesse realizar-se, temiam-na

sempre, e era o bastante. É verdade que os homens não se faziam melhores.

Se acaso se ousava fixar a época dessa catástrofe, ficava-se com autoridade para a diferir para outro tempo, e o povo não deixava de continuar a ser logrado, porque tal é sempre a sua sorte quando aos padres se abandona. Daí êsses terrores perpétuos em que o mantiveram durante os primeiros séculos da igreja, e êsse mêdo funesto do fim do mundo que sempre se julgava próximo. O fim do mundo foi seguidamente adiado para o século 11.º, isto é, para o ano mil da era cristã.

Até nestes últimos séculos se tem despertado essa quimera, que já não amedronta ninguêm, nem mesmo sob a forma de cometa, que novos charlatães lhe teem dado. Pertence à filosofia, com o auxílio da erudição, descobrir a origem dessas fábulas, analisar essas narrações maravilhosas, e assinalar-lhes principalmente o alvo. Foi o que fizemos nesta obra.

FIM

ERRATAS

Na única revisão que se fêz escaparam êrros sem conta, dos quais se mencionam sómente os que podem alterar o sentido. São os seguintes:

VOLUME 1.º

PAG.	LINHA	ONDE ESTÁ	DEVIA ESTAR
23	32 e 33	que comeram os companheiros de Ulises quando estes lá chegaram	que os companheiros de Ulisses comeram quando lá chegaram.
24	1	e as dessedentava	e os dessedentava
24	6	da manhã e da tarde.	da manhã e ao crepúsculo.
25	17	protecções	produções
26	14	deu aquele cachimbo	deu de presente o cachimbo
27	33	ou deuses escolhidos	os deuses escolhidos
30	32	Oriente	Órion
43	29	Oriente	Órion
32	27	solstício do inverno e	solstício do inverno; e,
32	29	do fogo e da lua	do fogo e da luz
34	15	de Hesíodo	Hesíodo
40	17	aíma	alma
49	26	sempre os homens,	sempre os homens:
71	18	e altares.	e altares, e foi consagrado nos cantos religiosos de todos os povos.

N.º 35—**O regicida.**
N.º 36—**A filha do arcediago.**
N.º 37—**A neta do arcediago.**
N.º 38—**Delictos da Mocidade.**
N.º 39—**Onde está a felicidade?**
N.º 40—**Um homem de brios.**
N.º 41—**Memorias de Guilherme do Amaral.**
N.os 42, 43 e 44—**Misterios de Lisboa.**
N.os 45 e 46—**Livro negro de padre Diniz.**
N.os 47 e 48—**O judeu.**
N.º 49—**Duas épocas da vida.**
N.º 50—**Estrellas funestas.**
N.º 51—**Lagrimas abençoadas.**
N.º 52—**Lucta de gigantes.**
N.os 53 e 54—**Memorias do carcere.**
N.º 55—**Mysterios de Fafe.**
N.º 56—**Coração, cabeça e estomago.**
N.º 57—**O que fazem mulheres.**
N.º 58—**O retrato de Ricardina.**
N.º 59—**O sangue.**
N.º 60—**O santo da Montanha.**
N.º 61—**Vingança.**
N.º 62—**Vinte horas de liteira.**
N.º 63—**A queda d'um anjo.**
N.º 64—**Scenas da Foz.**
N.º 65—**Scenas contemporaneas.**
N.º 66—**O romance d'um rapaz pobre.**
N.º 67—**Aventuras de Bazilio Fernandes Enxertado.**
N.º 68—**Noites de Lamego.**
N.º 69—**Scenas innocentes da comedia humana.**
N.os 70 e 71—**Os Martyres.**
N.º 72—**Um livro.**
N.º 73—**A Sereia.**
N.º 74—**Esboços de apreciações litterarias.**
N.º 75—**Cousas leves e pesadas.**
N.º 76—**Theatro: —I. Agostinho de Ceuta.—O marquez de Torres-Novas.**

N.º 77—**Theatro: —II. Poesia ou dinheiro?—Justiça.—Espinhos e flores.—Purgatorio e Paraizo.**
N.º 78—**Theatro:—III. O Morgado de Fafe em Lisboa.—O Morgado de Fafe amoroso.—O ultimo acto.—Abençoadas lagrimas!**
N.º 79—**Theatro: —IV. O condemnado.—Como os anjos se vingam.—Entre a flauta e a viola.**
N.º 80—**Theatro: —V. O Lubis-Homem.—A Morgadinha de Val-d'Amores.**

Tiragem especial em bom papel de linho
propria para amadores.
Cada volume, br. 700 rs., enc. em 1/2 franceza «amador»
1$000 rs.

OUTRAS EDIÇÕES

Azevedo (Domingos de)

Diccionario (Grande) contemporaneo francez-portuguez e v. v. enc. 11$000 rs.
Grammatica da lingua franceza, enc. 900 rs.
Grammatica Nacional, para aprender portuguez sem mestre, enc. 1$500 rs.
Lições praticas de conversação franceza, enc. 400 rs.
Ollendorff aperfeiçoado para aprender francez sem mestre, (2 vol.) enc. 2$800 rs.
Significados da Selecta franceza de Bensabat, enc. 600 rs.

Carvalho (D. Maria Amalia Vaz de)

Ao correr do tempo, br. 600 rs., enc. 800 rs.
Arte de viver na sociedade, br. 1$000 rs., enc. 1$400 rs.
Aventura de um polaco (2 vol.), br. 400 rs., enc. 600 rs.
Cerebros e corações, br. 600 rs., enc. 800 rs.
Contos e phantasias, br. 600 rs., enc. 800 rs.
Em Portugal e no estrangeiro, br. 800 rs., enc. 1$100 rs.
Figuras de hoje e de hontem, br. 600 rs., enc. 800 rs.
No meu cantinho, br. 600 rs., enc. 800 rs.
Nossas filhas, br. 600 rs., enc. 800 rs.
Pelo mundo fóra, br. 500 rs., enc. 700 rs.
Raphael, trad. de Lamartine, (ed. de luxo), enc. 3$200 rs.

Laureanna (Duqueza)

Insoxuada, br. 600 rs., enc. 800 rs.
Para espalhar maguas, br. 400 rs., enc. 500 rs.
Para lêr á noite, br. 400 rs., enc. 500 rs.
Para lêr na praia, br. 400 rs., enc. 500 rs.
Para rir, br. 400 rs, enc. 500 rs.
Para ser amada, br. 600 rs., enc. 800 rs.
Para ser linda, br. 600 rs, enc 800 rs.

Pinto (Silva)

(COLLECÇÃO D'ALGIBEIRA)

A 500 rs. br. e 600 rs. enc.

A queimar cartuchos.
A torto e a direito.
Ao correr do pello.
Entre nós.
Frente a frente.
Moral de João Braz.
Mundo (O) furta-côres.
Na Procella.
Na travessia.
N'este valle de lagrimas.
No colyseu.
No mar morto.
Para o fim.
Philosophia de João Braz.
Por este mundo.
Riso amarello.
Rompendo o fogo.
Velha historia.

Queiroz (Dr. Teixeira de)

Amores... amores... br. 600 rs. enc. 800 rs.
Arvoredos, br. 800 rs., enc. 1$000 rs.
Caridade (A) em Lisboa (2 vol.), br. 1$000 rs, enc. 1$400 rs.
Cartas d'amor, br. 600 rs., enc. 800 rs.
Morte de D. Agostinho, br. 600 rs., enc. 800 rs.
Noivos (Os) (2 vol.), br. 1$000 rs., enc. 1$400 rs.
Nossa (A) gente, br 500 rs., enc 700 rs.
Sallustio Nogueira (2 vol.), br. 1$000 rs., enc. 1$400 rs.
Velhice d'um rei, br. 200 rs., enc. 300 rs.

OBRAS DE CAMILLO CASTELLO BRANCO

EDIÇÃO POPULAR, em volumes in-8.º de 200 a 300 paginas, impressa em bom papel, typo elzevir

200 réis em brochura e 300 réis encadernado

VOLUMES PUBLICADOS

1 — Coisas espantosas.
2 — As tres irmans.
3 — A engeitada.
4 — Doze casamentos felizes.
5 — O esqueleto.
6 — O bem e o mal.
7 — O senhor do Paço de Ninães.
8 — Anathema.
9 — A mulher fatal.
10 — Cavar em ruinas.
11 e 12 — Correspondencia epistolar.
13 — Divindade de Jesus.
14 — A doida do Candal.
15 — Duas horas de leitura.
16 — Fanny.
17, 18 e 19 — Novellas do Minho
20 e 21 — Horas de paz.
22 — Agulha em palheiro.
23 — O olho de vidro.
24 — Annos de prosa.
25 — Os brilhantes do brasileiro.
26 — A bruxa do Monte Cordova.
27 — Carlota Angela.
28 — Quatro horas innocentes.
29 — As virtudes antigas.
30 — A filha do Doutor Negro.
31 — Estrellas propicias.
32 — A filha do regicida.
33 e 34 — O demonio do ouro.
35 — O regicida.
36 — A filha do arcediago.
37 — A neta do arcediago.
38 — Delictos da Mocidade.
39 — Onde está a felicidade?
40 — Um homem de brios.
41 — Memorias de Guilherme do Amaral.
42, 43 e 44 — Mysterios de Lisboa.
45 e 46 — Livro negro de padre Diniz.
47 e 48 — O judeu.
49 — Duas epocas da vida.
50 — Estrellas funestas.
51 — Lagrimas abençoadas.
52 — Lucta de gigantes.
53 e 54 — Memorias do carcere.
55 — Mysterios de Fafe.
56 — Coração, cabeça e estomago.
57 — O que fazem mulheres.
58 — O retrato de Ricardina.
59 — O sangue.
60 — O santo da montanha
61 — Vingança.
62 — Vinte horas de liteira.
63 — A queda d'um anjo.
64 — Scenas da Foz.
65 — Scenas contemporaneas.
66 — O romance d'um rapaz pobre.
67 — Aventuras de Bazilio Fernandes Enxertado.
68 — Noites de Lamego.
69 — Scenas innocentes da comedia humana.
70 e 71 — Os Martyres.
72 — Um livro.
73 — A Sereia.
74 — Esboços de apreciações litterarias.
75 — Cousas leves e pesadas.
76 — THEATRO: I — Agostinho de Ceuta. — O marquez de Torres-Novas.
77 — THEATRO: II — Poesia ou dinheiro? — Justiça. — Espinhos e flôres. — Purgatorio e Paraizo.
78 — THEATRO: III — O Morgado de Fafe em Lisboa. — O Morgado de Fafe amoroso. — O ultimo acto. — Abençoadas lagrimas!
79 — THEATRO: IV — O condemnado. — Como os anjos se vingam. — Entre a flauta e a viola.
80 — THEATRO: V — O Lobis-Homem. — A Morgadinha de Val-d'Amores.

NOVA COLLECÇÃO PEREIRA

A 50 réis o volume

VOLUMES PUBLICADOS

— Port-Tarascon.
— D. Carlos, por Saint-Réal.
— Madame Chrysantème, por Pierre Loti.
4 — Sapho, por A. Daudet.
5 — Negro e côr de rosa, por J. Ohnet.
6 — O senador Ignacio, por Th. Cahu.
7 — Jettatura, por T. Gauthier.
8 — Casa com escriptos, por Carlos Dickens.
9 — O canteiro de Saint Point, por Lamartine.
10 — Rosa e Ninette, por A. Daudet.
11 — Primeiro amor, por Ivan Tourgueneff.
12 — Esgotado.
13 — O Judeu, por H. Murger.
14 — O tanoeiro Nuremberg, por Hoffmann.
15 — Dinheiro maldito, por L. Tolstoi.
16 — Vida phantastica, por Méry.
17 — O padre Daniel, por A. Theuriet.
18 — Um coração simples, por Gustave Flaubert.
19 — Yan, por J. Rameau.
20 — O tio Scipião, de André Theuriet.
21 — Diario de uma mulher, por Octavio Feuillet.
22 — O crime do juiz, por Paulo Féval.
23 — Esgotado.
24 — Os Rantzau, por Erkman Chatrian.

COLLECÇÃO ECONOMICA

Volumes in-16.º de 240 a 320 paginas

ROMANCES DOS MELHORES AUCTORES

A 100 réis o volume

VOLUMES PUBLICADOS

1 — Aventuras prodigiosas de Tartaran de Tarascon, seguidas de Tartaran nos Alpes, por A. Daudet.
2 — Pedro e João, por Guy de Maupassant.
3 — Sergio Panine, por Jorge Ohnet.
4 — O sonho, por E. Zola.
5 — Soror Philomena, por Edmond e J. Goncourt.
6 — O medico assassino, por Octavio Féré.
7 — Os milhões vergonhosos, por Heitor Malot.
8 — O amigo Fritz, por Erckman Chatrian.
9 — Vogando, por Maupassant.
10 — Um romance de mulher, por Pierre Mael.
11 — Vontade, por J. Ohnet.
12 — O Nababo, por A. Daudet.